



Montepio Seguros SGPS, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADO

Exercício de 2021

Maio de 2022

[PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]

A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'D' with a horizontal line extending to the left.

ÍNDICE

ÓRGÃOS SOCIAIS.....	5
RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	7
I. A DINÂMICA DOS MERCADOS	11
A. Enquadramento macroeconómico.....	11
B. Enquadramento do mercado segurador nacional.....	13
II. ATIVIDADE DA MONTEPIO SEGUROS, SGPS EM 2021	15
III. A DINÂMICA EMPRESARIAL	16
A. Síntese	16
1. Produção de seguro direto	16
2. Custos com sinistros de seguro direto.....	16
3. Custos e gastos de exploração de seguro direto.....	17
4. Resseguro cedido	17
5. Gastos por natureza.....	17
B. A atividade da gestão dos fundos de pensões	18
C. Ativos Financeiros.....	18
D. Margem de solvência	18
E. Resultado líquido e capitais próprios.....	19
F. Recursos Humanos	19
IV. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	20
V. PERSPETIVAS PARA 2022	20
A. A atividade económica	20
B. O enquadramento do mercado segurador.....	21
C. A estratégia para o triénio 2020-2022	22
VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	25
NOTAS AO BALANÇO E CONTA DE GANHOS E PERDAS CONSOLIDADOS	33
CERTIFICAÇÕES	109
RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE	111

[PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]



ÓRGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral

Presidente	António Pedro de Sá Alves Sameiro
Secretário	Susana Raquel dos Anjos Pacheco

Conselho de Administração

Presidente	Virgílio Manuel Boavista Lima
Vice-Presidente	Maria Manuela Traquina Rodrigues ¹
Administrador	Paulo José Martins Jorge da Silva

Conselho Fiscal

Efetivo	José Augusto Perestrello Alarcão Troni
Efetivo	Gabriel Fernando Martins de Mesquita Gabriel
Efetivo	Paula Alexandra Flores Noia da Silveira
Suplente	Maria Fernanda Rodrigues Fernandes

Revisor Oficial de Contas

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por Carlos Manuel Sim Sim Maia
Suplente: Carlos José Figueiredo Rodrigues

Secretário da Sociedade

Efetivo	Susana Raquel dos Anjos Pacheco
---------	---------------------------------

¹ A Vice-Presidente da Sociedade, Dra. Maria Manuela Traquina Rodrigues, apresentou a renúncia com efeitos a 31 de março de 2022.



[PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]



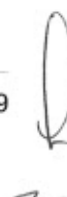
RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A large, stylized handwritten mark, possibly a signature or initials, is located in the bottom right corner of the page. It consists of a large loop and a small squiggle below it.

[PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]



O Conselho de Administração da Montepio Seguros S.G.P.S., S.A.
nos termos da Lei e do Contrato de Sociedade, apresenta o
Relatório e Contas Consolidado relativo ao exercício de 2021.



[PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]



I. A DINÂMICA DOS MERCADOS

A. Enquadramento macroeconómico

A economia global em 2021 deverá registar um crescimento de 5,9%, de acordo com as estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI). A vacinação em massa da população nos países desenvolvidos facilitou o alívio das restrições sanitárias que contribuíram para a recuperação dos vários indicadores macroeconómicos.

No que diz respeito aos EUA, de acordo com as estimativas do FMI, o crescimento económico deverá situar-se em 5,6%, em 2021, suportado pelas políticas expansionistas adotadas ainda em 2020 e continuadas em 2021. Assim, o consumo privado deverá registar um aumento de 7,9%, suportado pelo aumento da mobilidade e alívio das restrições. O mercado de trabalho no bloco norte-americano registou uma recuperação bastante significativa com a abertura da economia e deverá situar-se nos 3,9% em 2021. Por outro lado, a componente da inflação deverá registar um crescimento de 7%, em 2021, como consequência de um crescimento da procura que não foi acompanhado pelo crescimento da oferta, que foi bastante penalizada por um desempenho aquém do esperado das cadeias de fornecimento.

Na Zona Euro, a evolução do Produto Interno Bruto deverá avançar 5,2% em 2021, segundo o FMI, beneficiando também das políticas de apoio dadas pelos governos europeus e pela política expansionista do Banco Central Europeu. Os níveis de consumo privado deverão crescer cerca de 3,5% sustentados pela abertura da economia e pelo aumento de mobilidade. O mercado de trabalho deverá acompanhar a evolução positiva dos outros indicadores e a taxa de desemprego na Europa deverá fixar-se nos 7,7%, enquanto os indicadores de inflação deverão acompanhar a tendência global de aumento e fixar-se nos 2,6%.

No contexto global, os mercados acionistas revelaram desempenhos bastante positivos, beneficiando da recuperação do consumo privado e consequente retoma económica, que acabou por se refletir nos resultados das empresas. A manutenção dos programas expansionistas por parte dos bancos centrais também suportou em parte a evolução positiva.

Região	Índice	Var. 2021
EUA	S&P 500	+26,89%
	Nasdaq 100	+26,63%
	Dow Jones Industrial	+18,73%
Europa	DAX (Alemanha)	+15,79%
	CAC 40 (França)	+28,85%
	IBEX 35 (Espanha)	+7,93%
	PSI 20 (Portugal)	+13,70%
	FTSE MIB (Itália)	+23,00%
	FTSE 100 (Reino Unido)	+14,30%
Ásia	Nikkei 225 (Japão)	+4,91%
	Shanghai SE Composite (China)	+4,80%

Fonte: Bloomberg

Em Portugal, em 2021, registou uma evolução do PIB de 4,9%, na sequência do abrandamento das restrições que originaram um aumento da procura interna e das exportações, com especial impacto no segmento de serviços relacionados com o turismo. Não obstante, o Banco de Portugal antecipa para o período de 2022 e 2023 uma recuperação do crescimento económico, estimando um crescimento do Produto Interno atingindo os níveis pré-pandemia já na primeira metade de 2022.

Após uma quebra considerável como consequência da crise sanitária, o consumo privado voltou à tendência positiva e cresceu 4,4% em 2021 assente na abertura da economia e no aumento da mobilidade interna. Esta tendência de crescimento deverá manter-se nos próximos anos, ainda que com abrandamento.

O consumo público cresceu 5,0% em 2021, bastante acima do valor de 2020, suportado pelo aumento do número de horas trabalhadas na função pública.

A formação bruta de capital fixo aumentou 6,1% em 2021, recuperando da redução registada em 2020. O aumento previsto dos fundos europeus, juntamente com as medidas de apoio às empresas e condições de financiamento favoráveis, asseguradas pela política monetária expansionista, sustentam a recuperação prevista ao nível do investimento para os anos seguintes, ainda que possa estar condicionada pelos problemas nas cadeias de abastecimento global.

Em 2021, as exportações deverão registaram uma recuperação significativa, em torno dos 13% ainda que deva haver uma distinção entre bens e serviços. As perturbações registadas nas cadeias de abastecimento global acabaram por impor algumas condicionantes à recuperação das exportações de bens com particular destaque para o sector automóvel. Em



relação às exportações de serviços, a reabertura da economia, o aumento da mobilidade interna e externa, suportaram o crescimento do sector do turismo prevendo-se que seja a componente mais importante para o crescimento do PIB em 2022.

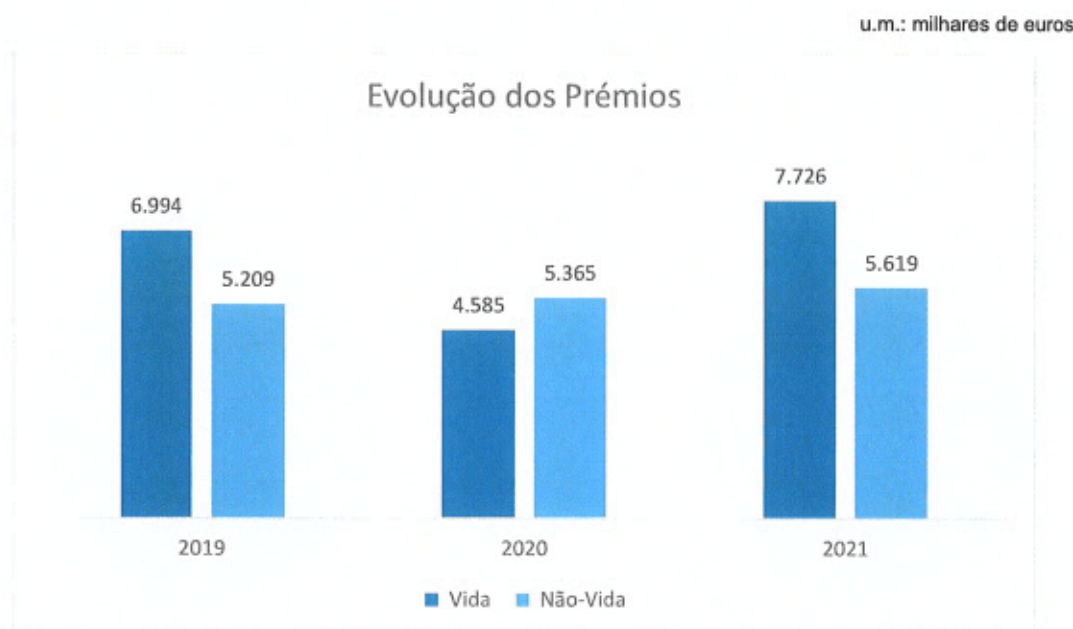
O mercado de trabalho acompanhou a recuperação da economia e a taxa de desemprego fixou-se nos 6,6%, o que evidencia as condições favoráveis no mercado de trabalho que deverão manter-se nos próximos anos.

A inflação situou-se nos 0,9% em 2021, suportada essencialmente, pela evolução dos bens energéticos.

Para 2022 e 2023, as primeiras estimativas foram alvo de revisão na sequência da invasão militar da Federação Russa à Ucrânia.

B. Enquadramento do mercado segurador nacional

De acordo com a informação divulgada pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), o mercado segurador, em 2021, registou um aumento de 34,1% na produção de Seguro Direto, situando-se nos 13,3 mil milhões de euros, tendo invertido a tendência de decréscimo que se observou em 2020 (-18,5%).



Fonte: Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões



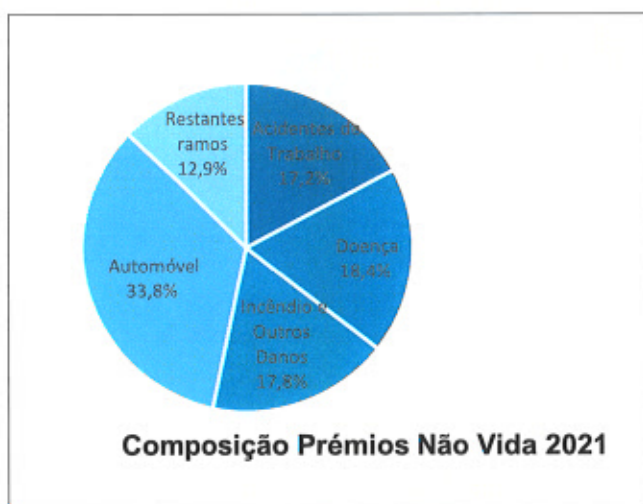
Este aumento do volume de produção foi muito influenciado pelo comportamento do segmento Vida, que cresceu 68,5%, face a 2020. Neste segmento, a receita atingiu os 7,7 mil milhões de euros, representando 57,9% da receita (2020: 46,1%). Os Seguros Ligados a Fundos de investimento destacaram-se, registando um incremento de 144,1% (2021: 4,7 mil milhões de euros, 2020: 1,9 mil milhões de euros).

O segmento Não Vida manteve a tendência de crescimento dos últimos anos, com uma variação de 4,7%, superior ao observado no ano anterior (2020: 3,0%). Todos os ramos cresceram, à exceção do ramo Aéreo que decresceu 2,2%, tendo sido o ramo Marítimo e Transportes o que apresentou maior variação (10,65%).

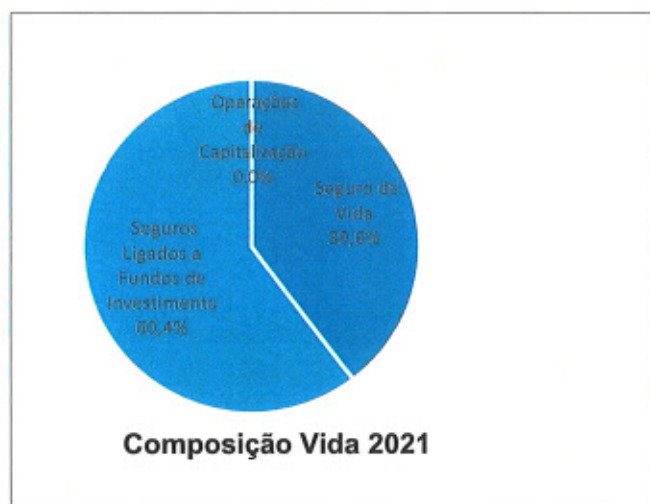
O Automóvel continua a ser o ramo com maior peso no total da produção Não Vida (2021: 33,8%; 2020: 34,9%), ligeiramente abaixo do que se registou no ano anterior. Este ramo apresentou um valor de prémios de 1,9 mil milhões de euros, o que reflete um crescimento de 1,3%, inferior em 0,6 p.p. relativamente a 2020.

Em Acidentes de Trabalho registou-se uma variação de 6,6%, situando-se nos 965 milhões de euros, tendo consolidado o crescimento que se tinha verificado em 2020 (1,2%).

O ramo Doença manteve a trajetória de crescimento (2021: 8,6%, 2020: 8,5%), continuando a assistir-se a uma cada vez maior procura por parte dos consumidores pelos seguros de saúde, com o peso do ramo a representar 17,8% no mercado não vida (2020: 17,6%).



Fundos de Pensões



Fonte: Autoridade de Supervisão de Seguros e

Relativamente ao ramo Incêndio e Outros Danos, este apresentou uma evolução de 5,6%, situando-se em 1,0 mil milhões de euros (2020: 946 milhões de euros).

Durante 2021, o mercado segurador foi ainda influenciado pela incerteza vivida face à Pandemia Covid19, com principal destaque para os momentos de confinamento decretados pelo governo. A moratória estabelecida no Decreto-Lei nº 22-A/2021 terminou a 30 de setembro, tendo contemplado cerca de 12,7 milhões de apólices. As empresas seguradoras, no geral, aplicaram medidas tanto de natureza imediata como prospetiva, contribuindo para a solvência financeira e em simultâneo a proteção dos segurados, de forma sã e prudente.

II. ATIVIDADE DA MONTEPIO SEGUROS, SGPS EM 2021

A Montepio Seguros SGPS tem como objetivo a gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indireta de exercício da atividade de seguros e resseguros e na gestão de fundos de pensões.

As participações da Montepio Seguros são avaliadas anualmente utilizando os modelos adequados para o apuramento do justo valor dos investimentos. Na carteira de participações regista-se uma imparidade superior a 201 milhões de euros, decorrente dos investimentos na Lusitania, pelo que a evolução do *enterprise value* desta empresa será determinante para os resultados futuros da Montepio Seguros. Com base nos elementos disponíveis e tendo em conta as condições de evolução num ambiente pós-pandemia, a Montepio Seguros contratou os serviços de uma entidade externa para a avaliação da Lusitania Companhia de Seguros S.A. com referência a 31 de dezembro de 2021. Apesar desta entidade independente ter apurado um valor da empresa superior ao registado contabilisticamente, atentas as atuais circunstâncias de enorme excecionalidade, pese embora a recuperação da Lusitania nos últimos 4 exercícios, foi considerado prudente não proceder em 2021 ao reconhecimento da referida valorização.



III. A DINÂMICA EMPRESARIAL

A. Síntese

A Montepio Seguros SGPS apresentou um resultado líquido positivo consolidado de 3,4 milhões de euros, registando uma redução de 47,6% face ao resultado apresentado em 2020 na ordem dos 6,5 milhões de euros.

1. Produção de seguro direto

A produção das empresas de seguros apresentou um crescimento de 7,6%, em comparação com os valores consolidados do ano anterior, fixando-se em 283,3 milhões de euros.

(milhares de euros)			
Prémios Seguro Direto	2021	2020	Δ 21/20
Vida	67.088	45 831	46,4%
Não Vida	216.193	217 330	-0,5%
Total	283.280	263 161	7,6%

2. Custos com sinistros de seguro direto

Os custos com sinistros de seguro direto, em 2021, atingiram os 168,2 milhões de euros, registando um aumento de 1,2%, face ao ano anterior.

(milhares de euros)			
Custos com sinistros	2021	2020	Δ 21/20
Vida	26.387	20 626	27,9%
Não Vida	141.826	145 555	-2,6%
Total	168.214	166 181	1,2%

A taxa de sinistralidade de seguro direto consolidada, em função dos prémios emitidos de seguro direto, apresentou uma redução de 3,8 p.p., que se traduz numa taxa de sinistralidade de 59,4% (2020: 63,2%).

3. Custos e gastos de exploração de seguro direto

Em 2021, os custos e gastos de exploração de seguro direto situaram-se nos 68,1 milhões de euros, o que se traduziu num decréscimo de 0,6%, face ao ano anterior.

(milhares de euros)			
Custos e gastos de exploração	2021	2020	Δ 21/20
Vida	10.952	11 062	-1,0%
Não Vida	57.190	57 517	-0,6%
Total	68.141	68 578	-0,6%

As taxas de comissionamento, em função dos prémios brutos emitidos, diminuíram de 26,1% em 2020 para 24,0% em 2021, contrariando a tendência de crescimento do ano anterior.

4. Resseguro cedido

O resultado de resseguro cedido, em 2021, foi favorável aos resseguradores em 21,2 milhões de euros, refletindo um ligeiro decréscimo de 0,6%, quando comparado com os valores consolidados de 2020.

(milhares de euros)			
Resultado Resseguro Cedido	2021	2020	Δ 21/20
Vida	693	893	-22,3%
Não Vida	20.498	20 169	1,6%
Total	21.191	21 062	0,6%

5. Gastos por natureza

Os custos por natureza no exercício de 2021 representam 21,8% dos prémios brutos emitidos de seguro direto, tendo-se verificado uma diminuição de 0,6 p.p. neste rácio face a 2020. O montante global situou-se nos 61,7 milhões de euros, o que se traduz num aumento de 4,2%, relativamente a 2020.



(milhares de euros)			
Gastos por natureza	2021	2020	Δ 21/20
Gastos com Pessoal	28.568	27 934	2,3%
Forn. e serviços externos	21.566	19 279	11,9%
Impostos e taxas	2.268	2 409	-5,9%
Amortizações do exercício	4.824	5 022	-3,9%
Juros Suportados	3.564	3 708	-3,9%
Comissões	724	670	8,1%
Total	61.514	59 021	4,2%

B. A atividade da gestão dos fundos de pensões

Durante o ano de 2021, o total de ativos sob gestão pela Futuro teve um crescimento de 6,2%, com o aumento de ativos dos Fundos Fechados de 1,1% e dos Fundos Abertos de 18,9%.

A Lusitania Vida diminuiu para 5 os fundos de pensões sob gestão, face a 2020, devido à transferência de um fundo para outra entidade gestora em 2021.

(milhares de euros)						
Fundos de Pensões	2021		2020		Δ 21/20	
	Número	Valor	Número	Valor	Número	Valor
Fechados	20	1.340.271	20	1 337 206	0,0%	0,2%
Abertos	30	620.896	15	521 712	100,0%	19,0%
Total	48	1.961.167	35	1 858 918	42,9%	5,5%

C. Ativos Financeiros

Em 2021, a carteira da Montepio Seguros SGPS atingiu o valor de 1.525,3 milhões de euros, superior em 126,4 milhões de euros ao valor consolidado do ano anterior, sendo constituída, essencialmente, por obrigações de taxa fixa e variável.

O resultado financeiro alcançou, neste ano, 12,6 milhões de euros, o que se traduz num decréscimo de 18,5%, face ao período homólogo.

D. Margem de solvência

Na Gestão de Capital da holding, o rácio de cobertura de requisitos de capital de solvência (SCR), comunicado previamente ao Regulador, encontra-se em níveis superiores ao

Objetivo de Capital (125% SCR), de acordo com o *target* definido na Política de Apetite ao Risco.

O rácio de SCR será publicado conforme disposição legal, no âmbito do Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira, no mês de maio de 2022.

E. Resultado líquido e capitais próprios

Os capitais próprios atribuíveis à Montepio Seguros registaram uma redução de 36,9 milhões de euros, face aos valores consolidados de 2020, atingindo 178,1 milhões de euros.

O resultado líquido situou-se nos 3,4 milhões de euros.

(milhares de euros)			
Resultado líquido e capitais próprios	2021	2020	Δ 21/20
Capital social	137.750	137 750	0,0%
(Ações próprias)	-5.062	-5 062	0,0%
Outros instrumentos de capital	200.500	200 500	0,0%
Reservas	-37.049	2 978	-1344,0%
Resultados transitados	-121.402	-127 573	4,8%
Resultado líquido	3.394	6 475	-47,6%
Total	178.131	215 068	-17,2%

F. Recursos Humanos

O quadro de pessoal das participadas, em 31 de dezembro de 2021, era de 592 colaboradores, registando-se uma redução de 1,0% face a 2020, exercício em que o número de colaboradores se situou em 598.

Sendo a formação um dos objetivos prioritários na gestão de recursos humanos, as ações realizadas em 2021 totalizaram 14.764 horas, sobre temas como IFRS 17, branqueamento de capitais, línguas, para além de outras áreas relevantes.

Em anexo ao Relatório e Contas de 2021, está incluído o Relatório de Sustentabilidade das participadas Lusitania, Lusitania Vida e Futuro, com as várias medidas adotadas durante 2021 para promover melhorias ambientais, socioeconómicas, assim como o bem-estar dos colaboradores (formação, ambiente de trabalho, e outras valências).

IV. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício, no montante de 3.394.025 euros, seja levado, na totalidade, a Resultados transitados.

V. PERSPETIVAS PARA 2022

A. A atividade económica

Apesar de se ter iniciado a retoma da economia após a eliminação das restrições associadas à pandemia, a invasão militar da Federação Russa à Ucrânia introduz uma elevada incerteza sobre o futuro. De acordo com o Boletim Económico de março de 2022 do Banco de Portugal, a economia portuguesa deverá manter um perfil de crescimento nos períodos de projeção (2022 a 2024), tendo as perspetivas sido revistas em baixa e a inflação será substancialmente mais elevada.

O Produto Interno Bruto (PIB) apresentará um aumento de 4,9% em 2022 (4,9% em 2021) e nos anos seguintes converge para taxas mais próximas do ritmo estimado de crescimento de longo prazo: 2,9% em 2023 e 2,0% em 2024. O crescimento da atividade económica permitirá um aumento do emprego e uma redução da taxa de desemprego.

Perspetiva-se que a inflação aumente em 2022 para 4,0%, e apresente uma redução em 2023 e 2024, para 1,6%. O aumento da inflação em 2022 será resultado da subida do preço das matérias-primas, energéticas e outras, e à manutenção de constrangimentos nas cadeias de abastecimento globais, assim como a recuperação da procura dos serviços mais afetados pela pandemia.

As exportações continuaram a apresentar uma dinâmica favorável da procura externa de bens com a recuperação dos fluxos internacionais de turismo, assumindo-se que efeitos negativos limitados do conflito na Ucrânia. As exportações crescem 14,2% em 2022 (13,0% em 2021) e desaceleram para 7,5% em 2023 e 3,8% em 2024.

A melhoria da situação epidemiológica e a eliminação das restrições à mobilidade internacional conduzem a uma forte aceleração das exportações de serviços, antecipando-se que o nível pré-pandemia seja ultrapassado no primeiro semestre de 2022 e que a variação anual atinja 38,5% (19,2% em 2021).

Ao nível do mercado de trabalho, estima-se que o emprego cresça 1,4% em 2022 (2,1% em 2021). Em termos de horas trabalhadas, também estas irão aumentar, 5,1% em 2022 (5,0% em 2021), o que traduz a recuperação da atividade, nomeadamente aos setores mais afetados pela pandemia. Relativamente à taxa de desemprego estima-se que diminua para 5,9% em 2022 (6,6% em 2021).

Com a instabilidade económica, social e geopolítica observada, a dimensão do impacto económico do conflito da Ucrânia é incerta, existindo o risco de materialização de cenários mais adversos.

A execução dos projetos associados ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), tem um impacto fundamental nas projeções, sendo muito relevante o efeito financeiro do mesmo e os prazos de execução do plano. A economia portuguesa mantém importantes desafios de longo prazo para prolongar a aproximação aos níveis de rendimento europeus, no contexto de transição digital e climática financiada pelos fundos europeus.

B. O enquadramento do mercado segurador

O ano de 2022 prevê-se ainda de alguma turbulência e incerteza, com impacto ao nível do Mercado Segurador, embora seja previsível que com o aumento da vacinação e o consequente controlo da pandemia seja menos instável do que 2021. É previsível nos próximos anos uma diminuição na captação de seguros novos e uma penalização no setor, derivado da previsão do aumento da taxa de sinistralidade. Este comportamento será mais relevante ao nível dos seguros de doença, pelo adiamento por parte dos segurados dos cuidados de saúde o que poderá aumentar o risco de doenças mais graves e degradação da situação clínica, o que implica um agravamento nos custos (sinistros). A ASF destacou no seu relatório algumas situações que considera críticas à atividade do mercado segurador, nomeadamente, a evolução dos mercados financeiros, o incremento do desemprego, a redução do rendimento disponível das famílias, o tratamento a aplicar relativo às moratórias no âmbito do crédito bancário e o impacto nas empresas nos próximos anos.

Os próximos anos constituirão também um período de grande exigência para o setor devido à implementação da nova norma contabilística IFRS 17, que implicará alterações profundas no reporte financeiro e nos elementos que suportam as decisões de negócio. Este novo normativo entrará em vigor em janeiro de 2023.

C. A estratégia para o triénio 2020-2022

A Montepio Seguros SGPS é uma entidade gestora de participações, que centra a sua atividade na alocação, de forma eficiente, do capital necessário para o desenvolvimento das operações das suas participadas. A gestão das empresas participadas é autónoma e orientada pelos planos estratégicos de cada unidade.

A nível dos requisitos de capital, a Montepio Seguros SGPS continuará a desenvolver as medidas necessárias para o cumprimento dos objetivos em termos de níveis de solvência.

À data da elaboração do presente Relatório, está em desenvolvimento a invasão da Federação Russa à Ucrânia, tendo sido decretado um conjunto de medidas sancionatórias sem precedentes das principais organizações à Rússia. O escalar da violência e a reação nos mercados financeiros, bem como a crise nos mercados de *commodities*, aliada à antecipação pelo mercado do movimento de subida das taxas de juro e dos níveis de inflação, determinaram uma reação muito negativa nos mercados acionistas e obrigacionistas no mês de março de 2022.

Por conseguinte, vive-se um momento de enorme incerteza quanto à evolução da guerra na Ucrânia e aos impactos económicos e financeiros na Europa e no Mundo, com fortes repercussões na economia portuguesa.

O acionista último do Grupo, o Montepio Geral - Associação Mutualista, no âmbito dos trabalhos de racionalização, simplificação e eliminação de gastos no Grupo Montepio decidiu, em 2021, a liquidação da Montepio Seguros S.G.P.S., S.A. Assim, conforme referido no Relatório e Contas de 2021 do MGAM, esta operação de dissolução e liquidação está em estudo para avaliação dos impactos nas várias entidades.



VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração pretende agradecer a todas as entidades que contribuíram para o desenvolvimento e afirmação da Sociedade, destacando especialmente:

- . As Autoridades de Supervisão, em especial a Autoridade da Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- . A Mesa da Assembleia Geral, o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas;
- . As Administrações e Colaboradores das empresas do Grupo Montepio.

A finalizar, o Conselho de Administração expressa os seus agradecimentos aos Acionistas pelo apoio sempre recebido.

Lisboa, 23 de maio de 2022

O Conselho de Administração



Virgílio Manuel Boavista Lima
Presidente



Paulo José Martins Jorge da Silva
Administrador

[PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercício de 2021



[PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]



Demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2021

		valores em euros			
Notas do anexo	ATIVO	Valor Bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	2021	2020
6	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	58.136.133	-	58.136.133	26.483.974
4	Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	507.046	-	507.046	385.221
7	Ativos financeiros detidos para negociação	55.834	-	55.834	35.971
7	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	11.256.183	-	11.256.183	11.361.276
7	Ativos financeiros disponíveis para venda	1.406.508.410,56	-	1.406.508.410,56	1.290.758.398
7	Empréstimos concedidos e contas a receber	48.881.652	66.472	48.815.180	69.849.368
	Depósitos junto de empresas cedentes	185.059	-	185.059	216.061
	Outros depósitos	48.500.382	-	48.500.382	69.083.192
	Empréstimos concedidos	196.210	66.472	129.739	550.115
8	Terrenos e edifícios	64.471.764	11.750.121	52.721.644	53.574.541
	Terrenos e edifícios de uso próprio	46.897.447	11.750.121	35.147.327	35.707.163
	Terrenos e edifícios de rendimento	17.574.317	-	17.574.317	17.867.378
9	Outros ativos tangíveis	19.188.710	17.281.661	1.907.049	2.182.580
10	Inventários	33.424	-	33.424	25.303
9,2	Ativos sob direito de uso	6.014.628	4.196.787	1.817.842	2.257.814
11	Outros ativos intangíveis	33.862.744	20.124.431	13.738.313	17.773.409
5.1	Provisões técnicas de resseguro cedido	30.864.765	-	30.864.765	33.698.050
	Provisão para prémios não adquiridos	10.097.320	-	10.097.320	11.483.341
	Provisão matemática	154.084	-	154.084	165.980
	Provisão para sinistros	20.586.999	-	20.586.999	22.022.535
	Provisão para participação nos resultados	26.362	-	26.362	26.194
24	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	526.142	-	526.142	577.051
12	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	59.704.119	4.278.955	55.425.163	34.738.477
	Contas a receber por operações de seguro direto	23.186.418	2.616.355	20.570.063	23.464.376
	Contas a receber por operações de resseguro	3.359.052	709.483	2.649.569	3.180.061
	Contas a receber por outras operações	33.158.649	953.117	32.205.532	8.094.040
16	Ativos por impostos e taxas	15.764.489	-	15.764.489	15.469.236
	Ativos por impostos (e taxas) correntes	1.738.040	-	1.738.040	915.055
	Ativos por impostos diferidos	14.026.449	-	14.026.449	14.554.181
	Acréscimos e diferimentos	2.187.058	-	2.187.058	2.422.133
	TOTAL ATIVO	1.757.963.100	57.698.426	1.700.264.674	1.561.592.802

Lisboa, 23 de maio de 2022

O Contabilista Certificado

Maria da Conceição Clemente
Maria da Conceição Clemente

O Conselho de Administração

Virgílio Manuel Boavista Lima
Virgílio Manuel Boavista Lima
Presidente

Paulo José Martins Jorge da Silva
Paulo José Martins Jorge da Silva
Administrador

Demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2021

		valores em euros	
Notas do anexo	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	2021	2020
	PASSIVO		
5	Provisões técnicas	621 601 965	572 730 460
	Provisão para prémios não adquiridos	52 165 016	52 050 132
	Provisão matemática do ramo vida	187 854 818	151 100 362
	Provisão para sinistros	350 822 967	335 566 123
	De vida	26 607 251	27 852 446
	De acidentes de trabalho	221 032 918	206 961 234
	De outros ramos	103 182 799	100 752 443
	Provisão para participação nos resultados	15 048 412	20 603 494
	Provisão para desvios de sinistralidade	10 428 093	9 749 857
	Provisão para riscos em curso	5 282 659	3 660 492
7.3	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	749 019 121	601 811 183
7.4	Outros passivos financeiros	69 517 475	70 336 050
	Passivos subordinados	58 500 000	58 500 000
	Depósitos recebidos de resseguradores	10 959 168	11 836 050
	Outros	58 307	-
24	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	408 626	591 561
13	Outros credores por operações de seguros e outras operações	27 434 971	31 150 235
	Contas a pagar por operações de seguro direto	16 888 887	17 767 848
	Contas a pagar por operações de resseguro	6 001 463	9 418 218
	Contas a pagar por outras operações	4 544 621	3 964 169
16	Passivos por impostos e taxas	34 361 772	48 788 634
	Passivos por impostos correntes	14 469 600	14 349 472
	Passivos por impostos diferidos	19 892 172	34 439 162
9.2	Passivos de locações	1 880 034	2 288 007
14	Acréscimos e diferimentos	6 711 659	7 569 016
15	Outras provisões	10 607 058	10 603 400
	TOTAL PASSIVO	1 521 542 682	1 345 868 546
	CAPITAL PRÓPRIO		
27	Capital	137 750 000	137 750 000
	(Ações Próprias)	(5 061 605)	(5 061 605)
27	Outros instrumentos de capital	200 500 001	200 500 001
28	Reservas de reavaliação	79 072 376	133 767 177
	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	78 972 399	133 767 177
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	99 977	-
28	Reserva por impostos diferidos e correntes	(21 359 566)	(35 852 572)
28	Outras reservas	(94 761 692)	(94 936 360)
	Resultados transitados	(121 402 302)	(127 573 325)
	Resultado líquido do exercício	3 394 025	6 475 043
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	178 131 237	215 068 359
4	Interesses que não controlam	590 755	655 897
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	178 721 992	215 724 256
	TOTAL PASSIVO, INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM E CAPITAL PRÓPRIO	1 700 264 674	1 561 592 802

Lisboa, 23 de maio de 2022

O Contabilista Certificado

Maria da Conceição Clemente
Maria da Conceição Clemente

O Conselho de Administração

Virgílio Manuel Boavista Lima
Virgílio Manuel Boavista Lima
Presidente

Paulo José Martins Jorge da Silva
Paulo José Martins Jorge da Silva
Administrador

Conta de ganhos e perdas consolidados em 31 de dezembro de 2021

Notas do anexo	CONTA DE GANHOS E PERDAS	valores em euros				
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	2021	2020
17	Prémios adquiridos líquidos de resseguro	63.638.140	185.255.275	-	248.893.416	229.289.531
17	Prémios brutos emitidos	67.087.742	216.192.689	-	283.280.431	263.161.451
2	Prémios de resseguro cedido	3.449.602	29.072.686	-	32.522.288	34.855.652
5	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	-	478.706	-	478.706	126.285
5	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	-	(1.386.021)	-	(1.386.021)	890.017
18	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	2.995.161	-	-	2.995.161	2.749.280
5	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	24.869.516	136.225.115	-	161.094.631	159.894.246
	Montantes pagos	25.446.530	120.774.636	-	146.221.166	141.218.919
	Montantes brutos	27.632.474	126.637.783	-	154.270.257	150.642.331
	Parte dos resseguradores	2.165.944	5.863.147	-	8.049.091	9.423.411
	Provisão para sinistros (variação)	(577.014)	15.450.478	-	14.873.464	18.475.327
	Montante bruto	(1.245.195)	15.188.617	-	13.943.422	15.539.136
	Parte dos resseguradores	(668.181)	(261.861)	-	(930.043)	(2.936.191)
5	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro (variação)	36.031.792	-	-	36.031.792	17.631.857
	Montante bruto	36.019.896	-	-	36.019.896	17.611.717
	Parte dos resseguradores	11.896	-	-	11.896	20.140
5	Participação nos resultados, líquida de resseguro	880.487	-	-	880.487	872.856
5	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	-	2.300.403	-	2.300.403	1.567.295
22	Custos e gastos de exploração líquidos	9.725.128	52.829.972	-	62.555.100	62.362.259
	Custos de aquisição	7.967.965	41.762.479	-	49.730.443	48.793.829
5	Custos de aquisição diferidos (variação)	-	(363.822)	-	(363.822)	912.090
	Gastos administrativos	2.983.641	15.790.865	-	18.774.506	18.872.517
	Comissões e participação nos resultados de resseguro	1.226.478	4.359.550	-	5.586.028	6.216.177
19	Rendimentos	17.329.171	4.529.071	2.645.273	24.503.516	26.701.642
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	16.792.265	4.111.505	1.989.985	22.893.755	25.179.856
	Outros	536.906	417.566	655.288	1.609.761	1.521.786
21	Gastos financeiros	720.264	4.158.528	1.078.932	5.957.724	6.165.391
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	1.068.799	1.068.799	1.135.456
	Outros	720.264	4.158.528	12.133	4.890.925	5.029.935
20	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(11.724.151)	8.005.795	327.240	(3.391.117)	(2.910.094)
	De ativos disponíveis para venda	912.179	8.005.630	266.546	9.184.355	7.989.270
7.3	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	(12.636.330)	-	-	(12.636.330)	(11.324.862)
	De outros	-	165	60.894	60.859	425.498
20	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(733.358)	1.110	285.451	(446.796)	(124.530)
	De ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	(733.358)	1.110	285.451	(446.796)	(124.530)
	Diferenças de câmbio	-	776.601	41.605	818.210	(1.885.331)
	Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes de venda e unidades operacionais descontinuadas	-	126.136	(26.400)	99.736	77.647
7.8	Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	-	870.514	-	870.514	124.784
	De ativos disponíveis para venda	-	461.712	-	461.712	-
	De outros	-	408.802	-	408.802	124.784
25	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	91.221	(635)	998.162	1.088.748	1.198.365
15	Outras provisões (variação)	-	-	18.434	18.434	-
26	Outros rendimentos/gastos	-	-	906.623	906.623	2.501.264
	Rendimentos de prestação de serviços	-	-	9.967.894	9.967.894	8.302.210
	Gastos com prestação de serviços	-	-	6.053.424	6.053.424	4.956.494
	Outros rendimentos/gastos	-	-	(3.007.648)	(3.007.648)	(844.432)
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	-	-	-	-	48.311
	RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E INTERESSES MINORITÁRIOS	(631.002)	2.308.822	4.690.592	5.758.412	9.497.820
16	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	-	-	1.853.884	1.853.884	2.581.718
16	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	-	-	190.196	190.196	10.048
	RESULTADO APÓS IMPOSTOS E ANTES INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	(631.002)	2.308.822	2.636.512	3.714.331	6.815.854
4	Interesses que não controlam	-	-	320.306	320.306	340.811
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL	(631.002)	2.308.822	1.716.205	3.394.025	6.475.043

Lisboa, 23 de maio de 2022

O Contabilista Certificado


Maria da Conceição Clemente

O Conselho de Administração


Virgílio Manuel Boavista Lima
Presidente


Paulo José Martins Jorge da Silva
Administrador

Demonstração consolidada do rendimento integral em 31 de dezembro de 2021

		2021			2020		
		Atribuível aos accionistas	Interesses que não controlam	Total	Atribuível aos accionistas	Interesses que não controlam	Total
Resultado líquido do exercício		3 394 025	320 306	3 714 331	6 475 043	340 811	6 815 854
Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração dos resultados		(40 261 795)	(411 426)	(40 673 221)	33 516 052	290 696	33 806 748
Reserva de justo valor	28	(54 694 801)	(567 792)	(55 262 593)	44 733 291	382 402	45 125 693
Impostos diferidos e corretos	16	14 493 006	156 366	14 649 372	(11 217 149)	(101 706)	(11 318 855)
Itens que não irão ser reclassificados para a demonstração dos resultados		7 403	9 796	17 200	(105 408)	1 530	(103 878)
Reconhecimento dos débitos actuariais		7 403	9 796	17 200	(105 408)	1 530	(103 878)
Impostos diferidos e corretos		-	-	-	-	-	-
Outro rendimento integral		(40 194 392)	(401 630)	(40 596 022)	33 410 644	292 226	33 702 870
Rendimento integral do exercício		(36 800 367)	(81 323)	(36 881 690)	39 685 687	633 037	40 318 724

Lisboa, 23 de maio de 2022

O Contabilista Certificado

Maria da Conceição Clemente
Maria da Conceição Clemente

O Conselho de Administração

Virgílio Manuel Boavista Lima
Virgílio Manuel Boavista Lima
Presidente

Paulo José Martins Jorge da Silva
Paulo José Martins Jorge da Silva
Vogal

Demonstração consolidada das alterações no capital próprio em 31 de dezembro de 2021

valores em euros

Notas do Anexo	Capital	Outros instrumentos de capital	Ações próprias	Reservas de reavaliação	Reserva por impostos Diferidos e Correntes	Outras reservas	Resultados Transfidos	Resultado líquido do exercício atribuído aos acionistas da empresa-mãe	Total de Capital Próprio atribuído aos acionistas da empresa-mãe	Interesses que não controlam	Total de Capital Próprio
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	137.760.009	209.509.091	(5.061.665)	89.833.978	(24.835.423)	(94.830.851)	(115.155.517)	(12.465.223)	175.195.257	438.601	175.633.858
Aplicação de resultados de resultados	-	-	-	-	-	-	(12.465.223)	12.465.223	-	-	-
Prestações suplementares	27	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação de desvíos actuariais	-	-	-	-	-	(105.408)	-	-	(105.408)	1.530	(103.878)
Outras variações de reservas	28	-	-	-	-	-	(12.585)	-	(12.585)	(1.114)	(13.699)
Alterações de justo valor	7	-	-	44.733.201	(11.217.149)	-	-	-	33.516.052	(123.931)	33.392.121
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	6.475.043	6.475.043	340.811	6.815.854
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	137.760.009	209.509.091	(5.061.665)	133.767.177	(35.852.572)	(94.938.359)	(127.573.325)	6.475.043	215.088.359	855.897	215.724.256
Aplicação de resultados de resultados	-	-	-	-	-	-	6.475.043	(6.475.043)	-	-	-
Prestações suplementares	27	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação de desvíos actuariais	-	-	-	-	-	7.403	-	-	7.403	9.795	17.200
Outras variações de reservas	28	-	-	-	-	167.284	(304.020)	-	(136.736)	16.161	(120.574)
Alterações de justo valor	7	-	-	(54.694.801)	14.493.005	-	-	-	(40.201.795)	(611.426)	(40.813.221)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	3.394.025	3.394.025	320.305	3.714.331
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	137.760.009	209.509.091	(5.061.665)	79.072.376	(21.358.566)	(94.761.692)	(121.482.362)	3.394.025	178.131.238	586.755	178.721.992

Lisboa, 23 de maio de 2022

O Contabilista Certificado

Maria da Conceição Clemente
Maria da Conceição Clemente

O Conselho de Administração

Virgílio Manuel Boavista Lima
Virgílio Manuel Boavista Lima
Presidente

Paulo José Martins Jorge da Silva
Paulo José Martins Jorge da Silva
Administrador

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2021

		Euros	
	Notas do anexo	2021	2020
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Resultado líquido do exercício		3.394.025	6.475.043
Realocação + Valia clínica de serviços médicos computerizados de belém		-	(265.868)
Realocação de juros com empréstimos obrigacionistas	7.4	4.760.015	4.808.282
Depreciações e amortizações do exercício	8, 9, 11	4.824.065	4.974.420
Variação das provisões técnicas de seguro direto	5	48.871.505	39.978.663
Variação das provisões técnicas de resseguro cedido	5	2.833.285	1.932.713
Variação de passivos por contratos de investimento e passivos financeiros	7.3	147.207.938	107.235.349
Imparidade de ativos líquida de reversões e recuperações	12	(3.429.094)	1.499
Variação de outras provisões	15	3.658	(401.600)
Variação de ativos de negociação	7	(19.863)	(11.645)
Variação de empréstimos e contas a receber	7.2	2.987.024	(172.613)
Variação de devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outros	12	(19.793.238)	1.692.627
Variação de outros ativos e passivos por impostos	16	(229.109)	(1.670.702)
Variação de outros ativos e passivos		(1.714.582)	(1.882.583)
Variação de credores por operações de seguro direto, de resseguro e outros	13	(3.715.264)	1.340.845
		185.980.365	164.034.430
Fluxos de caixa de atividades de investimento			
Variação nos ativos financeiros ao justo valor através de ganhos perdas	7.1	105.094	(173.978)
Variação nos ativos financeiros disponíveis para venda	7.1	(170.444.814)	(103.832.530)
Depósito a prazo		20.582.810	(39.800.066)
Reavaliações/write-offs, aquisições e alienações de ativos tangíveis, intangíveis e imóveis	8, 9, 11	1.202.175	(1.757.638)
Efeito da alteração de interesses em subsidiárias e associadas	4	(186.967)	876.996
		(148.741.703)	(144.687.216)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento			
Operações de locação (IFRS 16)	9.2	(826.488)	(1.217.423)
Recebimentos de prestações suplementares		-	-
Variação de passivos subordinados	7.4	-	-
Juros com empréstimos obrigacionistas	7.4	(4.760.015)	(4.808.282)
		(5.586.503)	(6.025.705)
Variação líquida em caixa e equivalentes		31.652.159	13.321.509
Caixa e equivalentes no início do exercício		26.483.974	13.162.464
Caixa e equivalentes no fim do exercício	6	58.136.133	26.483.974

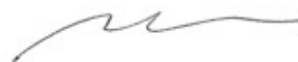
Lisboa, 23 de maio de 2022

O Contabilista Certificado


 Maria da Conceição Clemente

O Conselho de Administração


 Virgílio Manuel Boavista Lima
 Presidente


 Paulo José Martins Jorge da Silva
 Administrador

NOTAS AO BALANÇO E CONTA DE GANHOS E PERDAS CONSOLIDADOS

Notas às demonstrações financeiras consolidadas

1. Informações gerais

A Montepio Seguros SGPS, SA, adiante designada por Montepio Seguros ou Grupo, foi constituída em 27 de dezembro de 2013, sob a forma jurídica de Sociedade Gestora de Participações Sociais e dedica-se à gestão de participações sociais do setor segurador e gestão de fundos de pensões.

A Montepio Seguros tem a sua sede na Rua de São Domingos à Lapa, 35, em Lisboa.

As Notas às contas incluídas neste anexo respeitam a ordem estabelecida no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, sendo de referir que os números não indicados neste documento não têm aplicação, por irrelevância de valores ou de situações a reportar.

As demonstrações financeiras apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de maio de 2022, e encontram-se sujeitas à aprovação da Assembleia-Geral dos acionistas.

As demonstrações financeiras apresentadas são consolidadas nas demonstrações financeiras do Montepio Geral – Associação Mutualista, entidade que controla a Montepio Seguros.

2. Informação por segmentos da atividade seguradora

O Grupo explora maioritariamente o negócio segurador e todos os ramos de seguros Vida e Não Vida, para os quais foi autorizado pela ASF.

Um segmento operacional é uma componente identificável do Grupo que (i) é passível de gerar proveitos ou levar ao incorrimento em gastos, estando sujeita a riscos e benefícios distintos de outras componentes que operem em ambientes económicos distintos, (ii) cujos resultados operacionais são revistos regularmente pelo responsável pela tomada da decisão ao nível operacional do segmento, de modo a efetuar a alocação de recursos ao mesmo e a avaliar o seu desempenho e (iii) para a qual existe informação financeira individualizada. É um conjunto de ativos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos operacionais.

O Grupo efetua o relato da informação por ramos, tendo em consideração que os mais significativos são: Vida, Automóvel, Acidentes e Doença e Incêndio e Outros Danos.

O relato por segmentos operacionais em 2021 e 2020 pode ser analisado como se segue:

Rubrica	Euros						
	Total 2021	Ramos Vida	Ramos não Vida	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Outros inferiores a 10% do total
Prémios brutos emitidos	283 280 431	67 087 742	216 192 689	83 795 736	43 325 183	73 202 271	15 869 499
Prémios de resseguro cedido	32 522 288	3 449 602	29 072 686	3 798 822	15 151 659	2 006 444	8 115 781
Prémios brutos adquiridos	282 801 725	67 087 742	215 713 983	80 687 297	45 686 425	72 188 749	17 151 512
Resultado dos investimentos	12 561 070	5 741 120	6 819 950	8 085 465	(606 841)	(804 109)	(54 585)
Custos com sinistros brutos	168 213 679	26 387 277	141 826 402	66 811 471	19 201 377	53 086 280	2 727 274
Custos de exploração brutos	68 141 128	10 951 605	57 189 523	21 070 017	13 028 925	19 209 919	3 880 662
Resultado técnico	1 677 820	650 257	1 027 563	(1 888 762)	(1 287 557)	547 529	3 656 353
Investimentos afectos à representação das provisões técnicas	1 453 103 165	988 495 089	464 608 076	294 534 937	40 270 645	114 813 673	14 988 821
Provisões técnicas e passivos de contratos de investimentos	1 370 621 087	978 529 602	392 091 485	239 506 872	36 129 637	103 007 447	13 447 529

Euros

Rubrica	Total 2020	Ramos Vida	Ramos não Vida	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Outros inferiores a 10% do total
Prémios brutos emitidos	263 161 451	45 831 361	217 330 090	79 986 059	45 236 443	76 375 696	15 731 892
Prémios de resseguro cedido	34 655 652	3 533 777	31 121 875	3 438 954	17 903 919	1 898 552	7 780 450
Prémios brutos adquiridos	263 035 166	45 831 361	217 203 805	78 346 544	45 792 235	79 517 254	13 547 772
Resultado dos investimentos	15 420 715	5 479 234	9 941 481	8 290 971	(929 742)	(966 801)	3 547 053
Custos com sinistros brutos	166 181 467	20 626 215	145 555 252	70 111 985	19 736 449	54 458 096	1 248 722
Custos de exploração brutos	68 578 436	11 061 709	57 516 727	19 625 251	12 579 188	21 796 831	3 515 457
Resultado técnico	5 400 619	3 068 984	2 331 635	(1 822 458)	615 708	(51 637)	3 590 022
Investimentos afectos à representação das provisões técnicas	1 277 315 884	819 156 107	458 159 777	301 315 058	41 936 345	101 262 864	13 645 510
Provisões técnicas e passivos de contratos de investimentos	1 174 541 643	801 367 485	373 174 158	220 681 008	38 777 920	98 621 175	15 094 055

3. Base de preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas

Bases de preparação:

As demonstrações financeiras consolidadas ("demonstrações financeiras") da Montepio Seguros reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e foram preparadas de acordo com os princípios estabelecidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), emitido pela ASF, e aprovado pela Norma Regulamentar nº 10/2016-R, de 15 de setembro.

O normativo consagrado no PCES corresponde em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de fevereiro, exceto no que se refere à aplicação da IFRS 4 – "Contratos de seguros", relativamente à qual apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contrato de seguro.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* ("IFRIC"), e pelos respetivos órgãos antecessores.

Em 2021, a Montepio Seguros adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2021. Essas normas apresentam-se discriminadas na Nota 35. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

Apesar da sua entrada em vigor ter ocorrido em 1 de janeiro de 2018, o Grupo não aplica ainda a IFRS 9 – 'Instrumentos financeiros', ao abrigo da isenção prevista para as seguradoras durante a vigência da IFRS 4.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que a Montepio Seguros não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem também ser analisadas na Nota 35.

Bases de mensuração:

Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em euros, arredondados à unidade, com exceção dos casos em que seja expressamente indicada o contrário.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao justo valor, nomeadamente ativos financeiros detidos para negociação, ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados, ativos financeiros disponíveis para venda e propriedades de investimento.

Os restantes ativos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Montepio Seguros efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de ativos, passivos, rendimentos e gastos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos.

As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas encontram-se analisadas seguidamente (nota 3.2.).

3.1. Políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as que se apresentam a seguir:

a) **Bases de consolidação**

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas refletem os ativos, passivos e resultados da Montepio Seguros e das suas subsidiárias ("Grupo"), e os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

(i) **Subsidiárias e Associadas**

Subsidiárias são entidades controladas pelo Grupo (incluindo fundos de investimento e veículos de securitização). O Grupo controla uma entidade quando está exposta, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as atividades relevantes dessa entidade (controlo de facto). As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento que o Grupo assume o controlo sobre as suas atividades até ao momento que esse controlo cessa.

As perdas acumuladas são atribuídas aos minoritários nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam negativos.

Numa operação de aquisição por partes adicionais ("*step acquisition*") que resulte na aquisição de controlo, a reavaliação de qualquer participação anteriormente adquirida é reconhecida por contrapartida de resultados aquando do cálculo do *goodwill*. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação remanescente é reavaliada ao mercado na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

São classificadas como associadas, todas as empresas sobre as quais a Montepio Seguros detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo.

Normalmente, é presumido que a Montepio Seguros exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso o Grupo detenha, direta ou indiretamente, menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que o Grupo não possui influência significativa, exceto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa por parte do Grupo é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas: (i) representação no Conselho de Administração ou órgão de direção equivalente;

(ii) participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições; (iii) transações materiais entre o Grupo e a participada; e, (iv) intercâmbio de pessoal de gestão; (v) fornecimento de informação técnica essencial.

Os investimentos financeiros em associadas são consolidados pelo método de equivalência patrimonial desde a data em que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. As demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Grupo do total das reservas e dos lucros e prejuízos reconhecidos da associada contabilizada de acordo com o método da equivalência patrimonial. Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis excede o valor contabilístico da associada, o valor contabilístico deve ser reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, exceto na parcela em que o Grupo incorra numa obrigação legal de assumir essas perdas em nome da associada.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as empresas subsidiárias e associadas incluídas no perímetro de consolidação estão identificadas na Nota 4.

(ii) **Goodwill e valor da carteira adquirida**

As concentrações de atividades empresariais são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra, dos ativos cedidos e passivos incorridos ou assumidos.

O registo dos custos diretamente relacionados com a aquisição de uma subsidiária são diretamente imputados a resultados.

O *goodwill* positivo, resultante de aquisições, é reconhecido como um ativo e registado ao custo de aquisição, não sendo sujeito a amortização. O *goodwill* resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias e associadas é definido como a diferença entre o valor do custo de aquisição adicionado do justo valor de participações detidas anteriormente e o justo valor da quota-parte proporcional dos ativos adquiridos e dos passivos contingentes assumidos.

Caso o *goodwill* apurado seja negativo é registado diretamente em resultados do exercício em que a concentração de atividades ocorre.

O valor recuperável do *goodwill* das subsidiárias é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do exercício. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

O *goodwill* não é corrigido em função da determinação final do valor do preço contingente pago, sendo este impacto reconhecido por contrapartida de resultados.

A Montepio Seguros testa a recuperabilidade do *goodwill* reconhecido, anualmente, ou com maior frequência, se eventos ou circunstâncias indicarem uma perda de valor do novo negócio adquirido.

O valor da carteira adquirida (*value in force*) é reconhecido como um ativo intangível e é amortizado pelo período de reconhecimento do proveito associado às apólices adquiridas, deduzido de eventuais perdas por imparidade. O valor da carteira adquirida corresponde ao valor atual estimado dos fluxos de caixa futuros dos contratos em vigor à data de aquisição.

O valor da carteira é sujeito a testes de recuperabilidade no final de cada período de reporte, por forma a apurar que o valor capitalizado não excede o valor presente dos lucros futuros.

A Montepio Seguros amortiza o valor da carteira durante a vida útil dos contratos (apólices) adquiridos, na proporção dos lucros futuros esperados.

(iii) **Saldos e transações eliminadas na consolidação**

Saldos e transações entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, exceto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os ganhos não realizados resultantes de transações com entidades associadas são eliminados na proporção da participação do Grupo nas mesmas. As perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não indiquem existência de imparidade.

(iv) **Aquisição e diluição de Interesses que não controlam**

A aquisição de interesses que não controlam da qual não resulte uma alteração de controlo sobre uma subsidiária, é contabilizada como uma transação com acionistas e, como tal, não é reconhecido *goodwill* adicional resultante desta transação. A diferença entre o custo de aquisição e o justo valor dos interesses que não controlam adquiridos é reconhecida diretamente em reservas. De igual forma, os ganhos ou perdas decorrentes de alienações de interesses que controlam, das quais não resulte uma perda de controlo sobre uma subsidiária, são sempre reconhecidos por contrapartida de reservas.

(v) **Perda de controlo**

Os ganhos ou perdas decorrentes da diluição ou venda de uma parte da participação financeira numa subsidiária, com perda de controlo, são reconhecidos pelo Grupo na demonstração dos resultados.

Nas diluições de interesses que controlam sem perda de controlo, as diferenças entre o valor de aquisição e o justo valor dos interesses que não controlam adquiridos são registadas por contrapartida de reservas.

b) Contratos de seguro

Classificação

O Grupo emite contratos que incluem risco seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos seguro e financeiro. Um contrato em que o Grupo aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afetar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

Um contrato emitido pelo Grupo cujo risco seguro transferido não é significativo, mas cujo risco financeiro transferido inclui participação nos resultados discricionária, é considerado como um contrato de investimento e reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro.

Um contrato emitido pelo Grupo que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, é registado como um instrumento financeiro.

Reconhecimento e mensuração

Os prémios são registados no momento da sua emissão. O prémio é reconhecido como proveito adquirido numa base *pró-rata* durante o período de vigência do contrato. A provisão para prémios não adquiridos representa o montante dos prémios emitidos relativos aos riscos não decorridos.

Os prémios de apólices de seguro de vida e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária e que são considerados como contratos de longa duração, são reconhecidos como proveitos quando devidos pelos tomadores de seguro. Os benefícios e outros custos são reconhecidos em simultâneo com o reconhecimento dos proveitos ao longo da vida dos contratos. Esta especialização é efetuada através da constituição de provisões/responsabilidades de contratos de seguros e contratos de investimento com participação nos resultados discricionária.

As responsabilidades correspondem ao valor atual dos benefícios futuros a pagar, líquidos de despesas administrativas associadas diretamente aos contratos, deduzidos dos prémios teóricos que seriam necessários para cumprir com os benefícios estabelecidos e as respetivas despesas. As responsabilidades são determinadas com base em pressupostos de mortalidade, despesas de gestão ou de investimento à data da avaliação.

Relativamente aos contratos cujo período de pagamento é significativamente mais reduzido do que o período do benefício, os prémios são diferidos e reconhecidos em resultados proporcionalmente ao período de duração da cobertura do risco.

c) Princípio da especialização dos exercícios

Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

Uma vez que os prémios de seguro direto são reconhecidos como proveitos na data da transação ou renovação da respetiva apólice e os sinistros são registados aquando da participação, a Montepio Seguros realiza no final de cada exercício determinadas especializações contabilísticas de custos e proveitos, como segue:

i) Provisão para prémios não adquiridos

Reflete a parte dos prémios brutos emitidos contabilizados no exercício, a imputar a um ou vários exercícios seguintes. A provisão para prémios não adquiridos foi calculada, contrato a contrato, por aplicação do método *pro-rata temporis*, de acordo com a Norma n.º 19/94-R, da ASF, (tendo em atenção as alterações introduzidas pela Norma n.º 3/96-R, da ASF).

Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos.

ii) Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor de seguros Não Vida.

De acordo com o estipulado pela ASF, o montante da provisão para riscos em curso a constituir deverá ser igual ao produto dos prémios brutos emitidos imputáveis ao(s) exercício(s) seguinte(s) (prémios não adquiridos) e dos prémios exigíveis e ainda não processados relativos aos contratos em vigor, por um rácio, que tem por base o somatório dos rácios de sinistralidade, despesas e cedência, deduzidos pelo rácio de investimentos.

De acordo com a Norma Regulamentar n. 10/2016-R de 15 de Setembro da ASF, os custos com pessoal de carácter extraordinário, relativos a pré-reformas e a indemnizações ou compensações concedidas aos empregados das empresas de seguros, a título de rescisões de contratos de trabalho por mútuo acordo, provenientes de forma inequívoca e devidamente comprovada, de processos de reestruturação não integrados no âmbito de operações de concentração de empresas, podem não ser considerados no cálculo da provisão para riscos em curso.

iii) Provisão para sinistros

Esta provisão foi determinada como segue:

- Pelo valor previsível dos encargos com sinistros ainda não regularizados, ou já regularizados, mas ainda não liquidados no final do exercício, com exceção da modalidade Acidentes de Trabalho, a qual foi calculada de acordo com o estipulado nas normas emitidas pela ASF e elaborada por métodos atuariais;
- Pela provisão matemática relativa a sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2021, que envolvam pagamento de pensões já homologadas pelo Tribunal de Trabalho, ou com acordo de conciliação já realizado, e, ainda, para fazer face às responsabilidades por presumíveis incapacidades permanentes;
- A Montepio Seguros calculou a provisão matemática utilizando o disposto na Norma Regulamentar nº15/2000-R, da ASF, ou seja, nas pensões em pagamento obrigatoriamente remíveis nos termos do artigo 74º do Decreto-Lei nº 143/99, de 30 de abril, utilizou a tábua de mortalidade TD 88/90, à taxa técnica de juro de 5,25%, sem encargos de gestão, ajustando ao disposto no nº 2 da referida Norma. Nas restantes pensões, cumprindo também o disposto na citada Norma, optou pelas tábuas de mortalidade do INE (Instituto Nacional de Estatística) 2016 a 2018, com declinação por género (em 2020 utilizava-se 80% da tábua de mortalidade TD 88-90 relativamente ao género masculino e 90% da tábua de mortalidade TV 88-90 relativamente ao género feminino. A taxa técnica considerada em 2021 foi de 1,75% relativamente aos sinistros ocorridos em 2020 e 2021 e 2% no que diz respeito a anos anteriores a 2020. A taxa de encargos de gestão considerada foi de 2,00% (2,00% em 2020);
- A responsabilidade inerente ao acréscimo anual das pensões vitalícias, por efeito da inflação, pertence ao FAT – Fundo de Acidentes de Trabalho, fundo este que é gerido pela ASF e cujas receitas são constituídas pelas contribuições efetuadas pelas seguradoras e pelos próprios tomadores de seguro. O Grupo efetua o pagamento integral das pensões, sendo, posteriormente, reembolsado pela parcela da responsabilidade do FAT;
- O cálculo da provisão para encargos com assistência vitalícia a sinistrados com incapacidades permanentes já reconhecidas pelo Tribunal de Trabalho, assim como as responsabilidades semelhantes ainda não reconhecidas como tal, IBNER (*Incurred But Not Enough Reserved*), e as responsabilidades semelhantes emergentes de sinistros não participados à Montepio Seguros em 31 de dezembro de 2021, IBNR (*Incurred But Not Reported*), foram calculadas por métodos atuariais e, quando aplicável, utilizadas bases técnicas semelhantes às aplicadas no cálculo da provisão matemática.

Em linha com o exercício anterior, a percentagem aplicada foi de 4% do valor dos custos do exercício, relativos a sinistros declarados, de forma a fazer face à responsabilidade com sinistros declarados após o encerramento do exercício, para uma pequena parte dos ramos, tendo-se optado por métodos atuariais nos ramos Doença, Automóvel, Incêndio e Outros Danos e na modalidade Acidentes de Trabalho. O ramo Doença inclui uma reserva, apurada pela aplicação de métodos de cálculo atuarial sobre a totalidade dos sinistros pagos, englobando, assim, os sinistros não declarados e os declarados que ainda não estejam suficientemente provisionados. Nos negócios Acidentes de Trabalho, Automóvel e Incêndio e Outros Danos é calculado pela extrapolação por *run-off* semelhante ao supra exposto, com vista a apurar o número de sinistros por participar. Multiplicando esta cifra pelo custo médio apurado para o ano de ocorrência em causa, obtendo-se a provisão atuarial para sinistros não declarados.

O Grupo procedeu ao teste de adequação das responsabilidades tendo por base os *cash-flows* dos ativos a cobrir responsabilidades bem como os *cash-flows* dos passivos associados à responsabilidade do ramo de acidentes de trabalho, de acordo com os requisitos da IFRS 4.

iv) Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade é constituída quando o resultado técnico dos ramos de seguros de caução e risco atómico é positivo. Esta provisão é calculada com base em taxas específicas estabelecidas pela ASF aplicadas ao resultado técnico.

Esta provisão é também constituída para a cobertura de Fenómenos Sísmicos, sendo neste caso calculada através da aplicação de um fator de risco, definido pela ASF para cada zona sísmica, ao capital retido pela Montepio Seguros.

v) Provisões técnicas de resseguro cedido

São determinadas aplicando os critérios descritos acima, para o seguro direto, tendo em consideração as percentagens de cessão, bem como outras cláusulas existentes nos tratados em vigor.

vi) Provisão para participação nos resultados atribuída

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro e de investimento, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos ou incorporados na provisão matemática do ramo Vida.

vii) Provisão para participação nos resultados a atribuir ("*Shadow accounting*")

De acordo com o estabelecido no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, os ganhos e perdas não realizados dos ativos financeiros afetos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, são atribuídos aos tomadores de seguro, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem de acordo com as condições contratuais e regulamentares aplicáveis, através do reconhecimento de uma responsabilidade.

O registo efetuado das mais-valias potenciais líquidas das menos-valias, apuradas no âmbito da reavaliação dos ativos afetos aos seguros com participação nos resultados é refletida na Demonstração de Resultado Integral como 'Provisão para participação nos resultados a atribuir ("shadow")'.

viii) Provisão matemática do ramo Vida

As provisões matemáticas referentes ao ramo Vida, têm como objetivo registar o valor atual das responsabilidades futuras do Grupo relativamente aos contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária e são calculadas com base em métodos atuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável.

ix) Teste de adequação das responsabilidades

De acordo com os requisitos da IFRS 4, à data do balanço, o Grupo procede à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro do ramo Vida e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária. A avaliação da adequação das responsabilidades é efetuada tendo por base a projeção dos fluxos de caixa futuros associados a cada contrato, descontados à taxa de juro de mercado sem risco.

Esta avaliação é efetuada produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. Qualquer deficiência, quando determinada, é registada nos resultados.

x) Remunerações de mediação

A remuneração de mediação é a remuneração atribuída ao mediador pela angariação de contratos de seguros. As remunerações contratadas com corretores, agentes e angariadores são registadas como custos no momento do processamento dos respetivos prémios.

Os custos de aquisição estão, direta ou indiretamente, relacionados com a venda de contratos de seguro, pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos.

d) Justo Valor Ativos financeiros (IAS 39)**i) Classificação**

A Montepio Seguros classifica os seus ativos financeiros, no momento da sua aquisição, considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

Ativos financeiros ao justo valor através de resultados, que inclui:

- Os ativos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo; e,
- Os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados, nomeadamente quando: (i) tais ativos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor; (ii) tal designação elimina uma inconsistência de reconhecimento e mensuração (*accounting mismatch*); e (iii) tais ativos financeiros contêm derivados embutidos.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que (i) a Montepio Seguros tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem nas categorias anteriormente referidas.

Empréstimos concedidos e contas a receber

Esta categoria inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.

Investimentos a deter até à maturidade

São os ativos financeiros sobre os quais exista a intenção e a capacidade de detenção até à maturidade, apresentando uma maturidade e fluxos de caixa fixos ou determináveis. Em caso de venda antecipada, a classe considera-se contaminada e todos os ativos da classe têm de ser reclassificados para a classe, disponíveis para venda.

ii) Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação ("*trade date*"), ou seja, na data em que a Montepio Seguros se compromete a adquirir ou alienar os ativos. Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando (a) expiram os direitos contratuais da Montepio Seguros ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (b) a Montepio Seguros tenha transferido substancialmente todos

os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (c) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Montepio Seguros tenha transferido o controlo sobre os ativos.

iii) Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor através resultados são valorizados ao justo valor, sendo as variações de justo valor registadas na conta de resultados.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados.

As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é determinado utilizando o seu preço de compra corrente (*bid price*) publicado pela *Bloomberg* ou, na falta desta pela bolsa onde os ativos estão cotados. Na ausência de cotação, a Montepio Seguros estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado e técnicas de fluxos de caixa descontados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Conforme disposto na IFRS 13, os ativos financeiros são mensurados de acordo com os seguintes níveis de valorização:

Nível 1: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com preços de mercado ou *providers*.

Nível 2: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado.

Nível 3: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando essencialmente pressupostos ou ajustamentos não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor e as ações não cotadas são registados ao custo de aquisição.

Os investimentos a deter até à maturidade são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado através do método da taxa de juro efetiva.

iv) Imparidade

A Montepio Seguros avalia, regularmente, se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

A Montepio Seguros considera que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, se encontra em imparidade sempre que, após o seu reconhecimento inicial, exista evidência objetiva de:

- Para os títulos de rendimento variável: (i) uma desvalorização continuada (pelo menos 12 meses) e em que o valor de mercado se encontre abaixo do valor de aquisição; ou (ii) uma desvalorização

significativa na valorização (mais de 30% do respetivo valor de aquisição), e o Grupo efetua ainda uma análise casuística, título a título, pelo que, independentemente de não se verificarem os critérios referidos acima, pode ser reconhecida uma imparidade.

- Deve ser reconhecida a imparidade a todos os títulos que tenham sido objeto de imparidade anteriormente, sempre que se verifique uma quebra relativamente ao seu valor de custo, desde a última data de imparidade.
- Para os títulos de rendimento fixo: existência de um evento (ou eventos) que tenha impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para os resultados.

Relativamente aos títulos de rendimento variável, a imparidade terá que ser reforçada, sempre que a perda potencial em reservas aumente.

No caso dos títulos de rendimento fixo, se num período subsequente o montante da perda potencial diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, sempre que o aumento for, objetivamente, relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade.

v) Transferências entre categorias

Em outubro de 2008, o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*).

Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira instrumentos financeiros de Ativos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de Ativos financeiros disponíveis para venda, Crédito a clientes - Crédito titulado ou para Investimentos detidos até à maturidade ("*Held-to-maturity*"), desde que sejam verificados os requisitos enunciados na norma para o efeito, nomeadamente:

- Se um ativo financeiro, na data da reclassificação, apresentar características de um instrumento de dívida para o qual não exista mercado ativo; ou,
- Quando se verificar algum evento que é incomum e altamente improvável que volte a ocorrer no curto prazo, isto é, esse evento puder ser considerado uma rara circunstância.

As transferências de ativos financeiros reconhecidos na categoria de Ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Crédito a clientes - Crédito titulado e Investimentos detidos até à maturidade são permitidas em determinadas circunstâncias.

O Grupo adotou esta possibilidade para um conjunto de ativos financeiros, conforme descrito na Nota 7.

e) Outros instrumentos financeiros – derivados embutidos

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são destacados do contrato de base e tratados como derivados autónomos no âmbito da IAS 39, sempre que:

- As características económicas e os riscos do derivado embutido não estejam intimamente relacionados com as características económicas e os riscos do contrato de base, conforme definido na IAS 39;
- A totalidade do instrumento financeiro combinado não esteja registada ao justo valor com as respetivas variações refletidas em resultados; e,

- Seja provável e mensurável com fiabilidade a sua bifurcação (avaliando o custo/benefício das mesmas e sua materialidade).

Os instrumentos financeiros com derivados embutidos são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período.

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação (inexistência de mercado ativo) é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação disponibilizadas por entidades especializadas, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade.

f) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros não derivados incluem, empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos; e, (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva. O Grupo procede ao desreconhecimento dos passivos financeiros quando os mesmos são cancelados ou extintos.

g) Instrumentos de capital

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro a terceiros, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

h) Ativos fixos tangíveis e intangíveis

i) Ativos fixos tangíveis

Estes bens estão contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição e as suas depreciações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base nas seguintes taxas anuais, as quais refletem, de forma razoável, a vida útil estimada dos bens:

	Taxas Anuais	Vida útil
Equipamento administrativo	8% - 100%	2 a 12 anos
Máquinas e ferramentas	10% - 25%	4 a 10 anos
Equipamento informático	25% - 33,33%	3 a 4 anos
Instalações interiores	10% - 13%	8 a 10 anos
Equipamento de transporte	25%	4 anos
Outro equipamento	10% - 25%	4 a 10 anos

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Montepio Seguros. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável.

As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado tendo por base o mais elevado entre o justo valor deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os gastos incorridos em imóveis arrendados são também classificados como ativos tangíveis.

ii) Terrenos e Edifícios de Uso Próprio

Os terrenos e edifícios são classificados como imóveis de uso próprio quando sejam utilizados na atividade operacional do Grupo.

Os imóveis de uso próprio são valorizados pelo modelo do custo, ou seja, registados ao custo de aquisição deduzido das depreciações e de perdas por imparidade acumuladas. As depreciações são efetuadas de acordo com a sua vida útil esperada, segundo o método das quotas constantes, como segue:

	Taxas Anuais	Vida útil estimada
Imóveis	2% - 4%	25 a 50 anos

Os terrenos não são depreciados. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado tendo por base o mais elevado entre o justo valor deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

A política de transferência de imóveis encontra-se divulgada na alínea p) – 'Imóveis de rendimento'.

iii) Ativos intangíveis

O *software* é contabilizado ao respetivo custo histórico de aquisição / investimento e as suas amortizações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base nas seguintes taxas anuais, as quais refletem, de forma razoável, a respetiva vida útil estimada:

	Taxas Anuais	Vida útil estimada
Software	10% - 33%	3 a 10
Despesas em edifícios arrendados	20% - 33,33%	3 a 5 anos

Nesta rubrica é reconhecido o VIF de carteiras adquiridas ao nível do Grupo [ver nota 3.1 alínea a) ponto (ii)].

iv) Imparidade de ativos não financeiros

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, de acordo com a IAS 36, é estimado o seu valor recuperável, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável.

De acordo com a IAS 36, o valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o justo valor deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos

fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados para os ativos registados.

i) Imposto sobre o rendimento

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, decorrentes da variação de justo valor de investimentos disponíveis para venda, são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada.

Os impostos diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, com exceção das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que provavelmente não serão revertidas no futuro e na medida em que o Grupo controla a reversibilidade de tais diferenças.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver as referidas diferenças. Ver, a este propósito, o explicitado na Nota 16

j) Responsabilidades por férias e subsídios de férias

Este passivo corresponde a cerca de dois meses de remunerações e respetivos encargos, baseados nos valores do exercício, e destinam-se a reconhecer as responsabilidades legais existentes no final de cada período perante os empregados, pelos serviços prestados até aquela data, a pagar posteriormente.

k) Benefícios aos empregados

Pensões - Plano de benefício definido

Em conformidade com o Contrato Coletivo de Trabalho vigente até 31/12/2011 para o setor de seguros, o Grupo concedia aos trabalhadores que compõem o quadro de pessoal permanente das subsidiárias do setor segurador, admitidos até 31/12/2009, a todos os trabalhadores pré-reformados que se encontravam a receber uma pensão de pré-reforma e ainda, aos trabalhadores integrados no quadro permanente após 31/12/2009, com contratos de trabalho em vigor na atividade seguradora em 22/05/1995, prestações pecuniárias para o complemento de reformas atribuídas pela Segurança Social.

Adicionalmente, o Grupo atribuiu um plano de benefício definido aos membros do Conselho de Administração que, tendo exercido funções na atividade seguradora, tenham direito às suas pensões complementares de reforma, aprovado em Assembleia Geral.

Para este efeito constituiu um fundo de pensões que se destinava a cobrir as responsabilidades com pensões de reforma por velhice, invalidez ou sobrevivência relativamente ao seu pessoal no ativo, pré-reformados e Administradores calculados em função dos salários projetados, e adquiriu rendas temporárias e/ou vitalícias.

Relativamente à subsidiária Futuro, o Grupo assumiu o compromisso de conceder a todos os seus empregados do quadro permanente com mais de cinco anos de serviço um complemento de pensão de reforma, correspondente a 1% do vencimento por cada ano de serviço (com um limite de 25%), a realizar sob a forma de prestação mensal vitalícia. Para cobertura desta responsabilidade, o Grupo adquiriu unidades de participação do Fundo de Pensões VIVA. Este Fundo de Pensões é um Fundo Aberto e é gerido pela própria Sociedade no âmbito da sua atividade.

As contribuições para o Fundo são determinadas de acordo com o respetivo plano técnico atuarial e financeiro, o qual é revisto anualmente, de acordo com a técnica atuarial, e ajustado em função da atualização das pensões, da evolução do grupo de participantes e das responsabilidades a garantir e, ainda, de acordo com a política prosseguida pelo Grupo, de cobertura total das responsabilidades atuarialmente determinadas.

A cobertura das responsabilidades com os complementos de pensões de reforma do pessoal no ativo e dos reformados é assegurada pelo Fundo de Pensões Lusitania, gerido pela Lusitania Vida.

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que veio alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos.

Quanto às alterações decorrentes do novo Contrato Coletivo de Trabalho, são de salientar as seguintes (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores no ativo admitidos até 22 de junho de 1995 deixaram de estar abrangidos por um plano de benefício definido, passando a estar abrangidos por um plano de contribuição definida, (ii) compensação de 55% do salário base mensal paga em 2012 por perda de benefícios e (iii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos.

Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma. De acordo com a IAS 19, o Grupo procedeu à liquidação da responsabilidade ("settlement").

A responsabilidade líquida do Grupo relativa ao plano de pensões de benefício definido e outros benefícios é calculada através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade de sociedades com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos ativos dos Fundos de Pensões.

O proveito/custo de juros com o plano de pensões é calculado multiplicando o ativo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma e atrás referida. Nessa base, o proveito/custo líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma e o rendimento esperado dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) Remensurações de planos de benefícios atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento esperado dos ativos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

A Montepio Seguros reconhece na sua demonstração dos resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas e pré-reformas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. O proveito/custo líquido com o plano de pensões é reconhecido como juros e proveitos similares ou juros e custos similares consoante a sua natureza.

Sinapsa

Como resultado de uma ação interposta pelo SINAPSA-Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros e Afins, que contestava a caducidade do Contrato Coletivo de Trabalho anterior, o Supremo Tribunal de Justiça confirmou a decisão de primeira instância, indeferindo assim o recurso apresentado pela APS-Associação Portuguesa de Seguradores. Esta decisão implica a manutenção do anterior contrato aos associados do SINAPSA, que exerceram a opção pelo novo contrato, a mesma deixou de ser válida, pelo que se deve manter a aplicação do Contrato Coletivo de Trabalho de 2008.

Com base na decisão do tribunal a Montepio Seguros procede ao reconhecimento da responsabilidade relativa aos trabalhadores associados da SINAPSA de acordo com o Contrato Coletivo de Trabalho de 2008.

Plano de contribuição definida

Para os planos de contribuição definida, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores da Montepio Seguros são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

Prémio de permanência

O prémio de permanência equivale a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos. O prémio de permanência é determinado utilizando a mesma metodologia e pressupostos dos benefícios pós-emprego.

As remensurações (desvios atuariais) determinadas são registadas por contrapartida de resultados quando incorridos.

Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas como custo do exercício a que respeitam.

l) Provisões, ativos e passivos contingentes

São reconhecidas provisões apenas quando a Montepio Seguros tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação. As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data. Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

m) Reconhecimento de juros e dividendos

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares utilizando o método da taxa efetiva. Os juros dos ativos

financeiros ao justo valor através dos resultados são igualmente incluídos na rubrica de juros e proveitos similares.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Relativamente aos rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos, isto é, quando é estabelecido o direito ao seu recebimento.

n) Relato por segmentos da atividade seguradora

A Montepio Seguros não adotou o IFRS 8 uma vez que não é uma entidade cotada. A informação apresentada relativa a segmentos (ramos de negócio) respeita os requisitos de divulgação definidos pela ASF. Ver Nota 2.

o) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

p) Propriedades de investimento

A Montepio Seguros classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital ou ambos.

As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação diretamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados. As propriedades de investimento não são amortizadas.

Dispêndios subsequentes relacionados são capitalizados quando for provável que a Montepio Seguros venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

Política de transferência de imóveis

Passagem de uso próprio para rendimento: Com base nas avaliações mais recentes feitas aos imóveis a serem transferidos, havendo lugar a reversão de imparidade a mesma será tratada no âmbito da IAS 16, sendo reconhecida na conta dos ganhos e perdas. A revalorização resultante do excedente entre o valor contabilístico líquido e o justo valor destas propriedades deverá ser reconhecida em capital, sendo reclassificado para resultados transitados, sem reciclagem prévia para a conta de ganhos e perdas, aquando da alienação destes imóveis.

No que respeita à mensuração subsequente destas propriedades, a mesma é consistente com a seguida para os restantes imóveis de rendimento, neste caso, o justo valor.

Passagem de rendimento para uso próprio: o justo valor, na data de transição, passa a ser o novo valor bruto/contabilístico dos imóveis transferidos.

No que respeita à mensuração subsequente destas propriedades, a mesma é consistente com a seguida para os restantes imóveis de uso próprio, neste caso o modelo do custo, líquido de depreciações e imparidades.

q) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

r) Ajustamentos de recibos por cobrar e de créditos de cobrança duvidosa

Os ajustamentos de recibos por cobrar têm por objetivo reduzir o montante dos prémios em cobrança ao seu valor estimado de realização. Os recibos emitidos e não cobrados são refletidos na rubrica Devedores – por Operações de Seguro Direto. O cálculo destes ajustamentos é efetuado com base no valor dos prémios por cobrar, segundo a aplicação dos critérios estabelecidos pela ASF, de base económica.

O ajustamento para dívidas de cobrança duvidosa foi calculado tendo por base o valor estimado de realização dos saldos de natureza duvidosa, incluídas na rubrica de Outros devedores.

De acordo com a circular 9/2008 da ASF as empresas de seguros devem avaliar, à data de cada balanço, se existe qualquer evidência objetiva de que as contas a receber estejam com imparidade, devendo reconhecer perdas por imparidade nos termos da IAS 39.

Para o cálculo, o Grupo avaliou se existia evidência objetiva de imparidade em base individual para os recibos emitidos que sejam individualmente significativos, e em base individual ou coletiva para os recibos emitidos que não sejam individualmente significativos.

Os fluxos monetários considerados para efeito de imparidade apurada numa base coletiva foram estimados com base na experiência de perdas históricas, ajustada considerando os dados observáveis correntes, para contas a receber com características de risco de crédito semelhantes às do Grupo. Para efeitos da determinação dos fluxos monetários, o Grupo teve em consideração, para cada um dos ramos, os recibos dos prémios por cobrar que ainda não tinham sido anulados pelo facto de o Grupo se encontrar a guardar, dentro dos prazos legais e contratualmente aplicáveis, a conformação de cobrança, corrigidos mediante a aplicação de coeficientes médios que expressem o comportamento histórico da proporção desses prémios efetivamente não cobrados. O montante dos recibos dos prémios por cobrar foi apurado tendo em consideração os correspondentes prémios não adquiridos por cobrar, líquidos de resseguro, a provisão matemática, as comissões e as taxas de imposto.

s) Locações

Na data de início de cada contrato, o Grupo avalia se o âmbito do mesmo corresponde a um contrato de locação ou se contém uma locação. Uma locação é definida como um contrato, ou parte de um contrato, através do qual se atribui o direito de controlar o uso de um ativo identificável por um determinado período em troca de uma retribuição.

Para determinar se um contrato inclui uma locação, o Grupo avalia, se, durante o período de utilização do ativo, possui cumulativamente:

- O direito de obter substancialmente todos os benefícios económicos derivados do uso do ativo identificável; e
- O direito de direccionar o uso do ativo identificável.

O Grupo reconhece um Ativo sob direito de uso e um Passivo de locação na data de entrada em vigor do contrato.

O Ativo sob direito de uso é inicialmente mensurado ao custo, o qual compreende o valor inicial do Passivo de locação ajustado por quaisquer pagamentos de locação realizados em ou antes da data de entrada em vigor,

quaisquer custos diretos iniciais, assim como uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção do ativo subjacente (caso aplicável), deduzido de qualquer incentivo obtido.

O Ativo sob direito de uso é depreciado pelo método das quotas contantes durante o período do contrato de locação, sendo sujeito a testes de imparidade quando existam indicadores de imparidade. As perdas de imparidade apuradas são registadas de imediato na Demonstração dos resultados.

O Passivo de locação é inicialmente reconhecido pelo valor presente das rendas ainda não pagas à data de entrada em vigor do contrato, descontadas à taxa de juro implícita na locação, ou, no caso em que não seja possível determinar essa taxa, à taxa de juro incremental do Grupo.

Os pagamentos de locação incluídos na mensuração do Passivo de locação incluem as seguintes componentes: (i) pagamentos fixos, deduzidos de quaisquer incentivos já recebidos; (ii) pagamentos variáveis, dependentes somente de uma determinada taxa ou índice; (iii) montantes que sejam devidos no âmbito de uma garantia sobre o valor residual do ativo; iv) preço de exercício de opção de compra, se for razoavelmente certo que o Grupo irá exercer as mesmas; e v) pagamentos de penalidade pelo término do contrato, se for razoavelmente certo que o Grupo irá cancelar o mesmo.

O passivo de locação é mensurado subsequentemente pelo aumento do juro conforme aplicação da taxa de juro de desconto e reduzido pelo pagamento das rendas.

O Passivo da locação é remensurado quando se verificarem: (i) alterações nos pagamentos futuros derivadas de uma alteração de uma taxa ou de um índice especificados no contrato; (ii) alterações na estimativa do Grupo sobre o montante que deverá ser pago a título de garantia sobre o valor residual de um ativo, ou (iii) caso o Grupo altere a sua avaliação acerca do exercício de uma opção de compra, ou sobre a sua extensão ou rescisão.

Quando o Passivo de locação é remensurado, o Ativo sob direito de uso é ajustado em igual montante, exceto se a quantia já escriturada do direito de uso se encontrar reduzida a zero, situação em que é registado um ganho na demonstração dos resultados.

t) Outros devedores e credores por operações de seguros e outras operações

Em todos os devedores os créditos encontram-se valorizados ao custo amortizado líquido dos ajustamentos efetuados nos termos de normas específicas da ASF sobre recibos por cobrar e créditos de cobrança duvidosa – créditos já vencidos e em mora relevados em contas de terceiros e sem garantia real adequada.

u) Acréscimos e diferimentos

A aplicação do princípio da especialização dos exercícios conduz à existência de ativos e passivos que são perdas ou ganhos por reconhecer e já liquidados, ou perdas ou ganhos já reconhecidos e ainda por liquidar.

v) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe um direito executório legal de compensar os montantes já reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

w) Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

x) Gastos por natureza imputados às funções

Em cumprimento com as regras da ASF, o Grupo procede à imputação dos custos por funções.

Os custos são imputados diretamente às funções (sinistros, investimentos, aquisição e administrativa) na fase da contabilização por natureza.

Todos os casos em que não seja possível a imputação direta à função são enquadrados numa função genérica.

Periodicamente, para o acumulado de custos da função genérica, é feita uma imputação indireta às funções definidas, na proporção dos custos que, no período em análise, tenham sido imputados diretamente às referidas funções.

Imputação dos custos por ramos

A imputação aos ramos é feita após a imputação às funções, ou seja, aquando da entrada nas contas de custos por funções.

Em cada ramo é levada em consideração a componente direta evidente e a componente indireta que resulta da aplicação de determinados critérios ao montante de custos não diretamente imputados.

y) Rédito de serviços prestados

Os rendimentos de serviços são reconhecidos da seguinte forma: (i) Os rendimentos de serviços obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem; (ii) Os rendimentos de serviços que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

3.2. Principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras do Grupo incluem as abaixo apresentadas.

i) Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

O Grupo determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo face ao respetivo custo de aquisição. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. De acordo com as políticas do Grupo, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição, para instrumentos de capital e eventos que alterem os *cashflows* futuros estimados para títulos de dívida. No julgamento efetuado, o Grupo avalia entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços das ações. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

ii) Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e, na ausência de cotação, é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou, com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados

considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor. Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderá originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

iii) Justo valor de propriedades de investimento – Terrenos e edifícios de rendimento

As propriedades de investimento classificadas como terrenos e edifícios de rendimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação diretamente relacionados e, subsequentemente, ao seu justo valor.

A valorização destas propriedades de investimento faz-se mediante a consideração da ponderação ajustada, a cada caso, dos valores resultantes da aplicação do método comparativo e do método do rendimento. Alterações aos pressupostos considerados em cada um dos métodos de avaliação, podem ter um impacto significativo nos valores determinados.

iv) Imparidade dos ativos de longo prazo

Os ativos intangíveis de longo prazo (VIF) são revistos para efeitos de imparidade quando existem factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido não é recuperável.

Considerando as incertezas quanto à determinação do valor recuperável líquido dos ativos intangíveis, pelo facto de se basear na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos distintos na determinação do nível de imparidade e consequentemente nos resultados do Grupo.

Com base nos procedimentos efetuados, concluímos que estas estimativas são baseadas em pressupostos e outros fatores consistentes.

v) Imparidade em saldos de outros devedores por operações de seguros e outras operações

Os saldos de outros devedores por operações de seguros e outras operações são contabilizados pelo valor da contraprestação acordada, encontrando-se mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade. As perdas por imparidade são registadas tendo por base o risco de crédito subjacente das contrapartes e a experiência de perdas reais ao longo de um período considerado como relevante.

vi) Provisões técnicas

As responsabilidades futuras decorrentes de contratos de seguro são registadas nas rubricas contabilística de provisões técnicas.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem a provisão matemática de contratos de vida, provisão para participação nos resultados atribuída, provisão para participação nos resultados a atribuir, teste de adequação das responsabilidades, provisão para prémios não adquiridos, a provisão para desvios de sinistralidade, a provisão para riscos em curso e a provisão para sinistros reportados e não reportados incluindo as despesas de regularização. Dentro desta última inclui-se o teste de adequação das responsabilidades respeitante ao ramo de acidentes de trabalho.

As provisões para sinistros correspondem à melhor estimativa das responsabilidades futuras decorrentes dos contratos de seguro, e incluem as responsabilidades decorrentes de Acidentes de Trabalho. As provisões matemáticas de Acidentes de Trabalho foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza.

As provisões técnicas relativas aos produtos vida tradicionais e rendas foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas

Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada do Grupo e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

Quando existem sinistros provocados ou contra os tomadores de seguros, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pelo Grupo é reconhecido como perda nos resultados.

O Grupo estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro. Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, o Grupo avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas.

As provisões são revistas periodicamente. O Grupo regista provisões para sinistros dos ramos não vida para cobrir a estimativa do custo último dos sinistros reportados e não reportados no final de cada data de balanço.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa do Grupo de qual será o custo último de regularização dos sinistros. Variáveis na determinação da estimativa das provisões podem ser afetadas por eventos internos e/ou externos nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais. Muitos destes eventos não são diretamente quantificáveis, particularmente numa base prospetiva.

vii) Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma (nota 24) requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos gastos e nas responsabilidades do plano de pensões. Alterações a estes pressupostos podem ter um impacto significativo nos valores determinados.

viii) Impostos sobre os lucros

As entidades do Grupo encontram-se sujeitas ao pagamento de impostos sobre os lucros. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas podem conduzir a um diferente nível de imposto calculado, reconhecido no período, quer corrente quer diferido.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos.

Desta forma, as declarações fiscais das participadas que compõem o perímetro de consolidação do Grupo, relativas aos exercícios de 2018 a 2021, poderão ser sujeitas a revisão e correção. No entanto, o Conselho de Administração do Grupo entende que eventuais correções resultantes de diferentes interpretações da legislação vigente por parte das Autoridades Fiscais não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas.

No que respeita aos prejuízos fiscais reportados pela participada Lusitania Seguros relativos aos exercícios de 2014 a 2016, estes têm um período de reporte de 14 anos e do exercício de 2017 de 7 anos, após a suspensão de 2 anos da contagem aprovada no âmbito das medidas extraordinárias aprovadas pelo Governo no âmbito da pandemia Covid-19, conforme o Orçamento Suplementar de 2020. De acordo com a análise de recuperabilidade efetuada, o Conselho de Administração do Grupo considera que não existe risco de imparidade sobre o valor registado conforme detalhe na Nota 16.

ix) Passivos, ativos contingentes e passivos contingentes

São reconhecidas provisões apenas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação. As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recurso.

Durante o exercício de 2019 a participada Lusitania Seguros foi condenada pela Autoridade da Concorrência ao pagamento de uma coima no montante de 20.500.000 euros pela alegada participação num acordo restritivo da concorrência, tendo provisionado 50% do valor com base na melhor estimativa disponível à data de referência das demonstrações financeiras. Esta melhor estimativa tem por base o parecer jurídico dos advogados contratados pela participada. O montante remanescente, ascendendo a 10.250.000 euros, representa um passivo contingente, que tem vindo a ser devidamente monitorizado ao longo dos exercícios.

Diferentes pressupostos ou avaliações do processo e da informação disponível poderiam levar à mensuração de um passivo de valor distinto.

4. Perímetro de consolidação e Investimentos em associadas

Seguidamente apresenta-se a estrutura do Grupo com discriminação das empresas nas quais exerce controlo ou influência significativa na sua gestão, e que foram incluídas no perímetro de consolidação.

	2021		2020		Atividade
	% de interesse económico	Método de consolidação	% de interesse económico	Método de consolidação	
Subsidiárias					
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	97,72%	Integral	97,69%	Integral	Seguros não vida
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	99,79%	Integral	99,79%	Integral	Seguros vida
Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	76,77%	Integral	76,77%	Integral	Gestão de fundos de pensões
Sociedade Portuguesa de Administrações, S.A.	95,72%	Integral	95,70%	Integral	Gestão de condomínios
Empresa Gestora de Imóveis Rua do Prior	99,79%	Integral	99,79%	Integral	Imobiliária
Associadas					
Moçambique Companhia de Seguros	19,76%	Eq. Patrimonial	19,76%	Eq. Patrimonial	Seguros não vida

Em 2020, a participação que a Lusitania, Companhia de Seguros, S.A. detinha na Clínica Serviços Médicos Computorizados S.A., foi adquirida pela Clínica CUF Belém. A venda foi concretizada pelo valor de euros 522.574, no qual originou uma valia de Euros 265.868.

No final de 2019, existiu uma reorganização ao nível do Grupo Montepio Seguros, tendo a Montepio Seguros alienado a participação detida, na N Seguros, S.A. ("N Seguros") à Lusitania Companhia de Seguros, S.A. ("Lusitania Seguros"), pelo valor de 2 euros. Posteriormente a esta aquisição a Lusitania procedeu à fusão por incorporação da N Seguros com efeitos económicos a 31 de dezembro de 2019.

Esta operação não teve qualquer impacto ao nível das demonstrações financeiras do Grupo.

No exercício de 2019, a Lusitania Seguros aumentou a sua participação na associada Moçambique Companhia de Seguros para 19,76%.

No final do exercício de 2016, a Montepio Seguros aumentou a sua participação nas subsidiárias Lusitania Seguros para 96,78%, e na N Seguros para 100% como resultado da aquisição da totalidade da participação à Lusitania Seguros, pelo montante de Euros 17.500.000. Esta transação foi efetuada ao valor contabilístico, de acordo com as opções permitidas pelos IFRS considerando que se trata de uma transação entre entidades sob o mesmo controlo. Posteriormente, no exercício de 2021, a Montepio Seguros aumentou a sua participação na subsidiária Lusitania Seguros para 97,69%.

No exercício de 2015, a Montepio Seguros aumentou a sua participação na subsidiária Sociedade Portuguesa de Administrações ("SPA") para 94,95%.

Ainda no exercício de 2015, a Montepio Seguros alienou a totalidade da participação que detinha na Lykeion – Centro de Conhecimento, Unipessoal, Lda, tendo reconhecido uma menos valia realizada de Euros 50.000.

O detalhe dos Investimentos em filiais e associadas é apresentado como se segue:

							Euros
2021	Fração de Capital Detida	Valor contabilístico	Empresa-mãe	Empresa-Mãe Topo Grupo	Capitais Próprios	Ano*	Resultado
Moçambique Companhia de Seguros	19,8%	507.046	Grupo Montepio	Grupo Montepio	2.617.156	2020	1.409.085
							*valor da participação com base nos valores de 2020
							Euros
2020	Fração de Capital Detida	Valor contabilístico	Empresa-mãe	Empresa-Mãe Topo Grupo	Capitais Próprios	Ano	Resultado
Moçambique Companhia de Seguros	19,8%	385.221	Grupo Montepio	Grupo Montepio	1.913.823	2019	219.062

Interesses que não controlam

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os interesses que não controlam, podem ser analisados como segue:

Subsidiária	Interesses que não controlam (balanço)		Interesses que não controlam (resultados)	
	2021	2020	2021	2020
	Euros			
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	(2 101 099)	(1 743 820)	27 152	56 202
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	256 382	297 209	7 979	12 000
Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	2 421 317	2 091 849	281 463	274 534
Sociedade Portuguesa de Administrações, S.A.	19 337	15 882	3 462	(2 185)
Empresa Gestora de Imóveis Rua do Prior	(5 182)	(5 223)	251	260
TOTAL	590 755	655 897	320 307	340 811

Em 2021 verifica-se uma situação estável face ao período homólogo.

5. Natureza e extensão das rubricas e dos riscos resultantes de contratos de seguro e ativos de resseguro

5.1. Prestação de informação que permita identificar e explicar as quantias indicadas nas demonstrações financeiras resultantes de contratos de seguro

As provisões técnicas são analisadas como segue:

	2021		2020	
	Seguro direto	Resseguro cedido	Seguro direto	Resseguro cedido
Provisão matemática ramo vida	187 854 818	(154 084)	151 100 362	(165 980)
Provisão para sinistros	350 822 967	(20 586 999)	335 566 123	(22 022 535)
Provisão para prémios não adquiridos	52 165 016	(10 097 320)	52 050 132	(11 483 341)
Provisão para participação nos resultados	15 048 412	(26 362)	20 603 494	(26 194)
Provisão para riscos em curso	5 282 659	-	3 660 492	-
Provisão para desvios de sinistralidade	10 428 093	-	9 749 857	-
Total	621 601 965	(30 864 765)	572 730 460	(33 698 050)

A provisão para sinistros de seguro direto é analisada como segue:

Seguro Direto	Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2021	2020	2021	2020
Vida	26 607 251	27 852 446	(1 245 195)	(304 312)
Risco	24 251 867	24 946 841	(694 974)	(250 219)
Capitalização	2 355 384	2 905 605	(550 221)	(54 094)
Não Vida	324 215 717	307 713 677	16 502 039	15 245 405
Acidentes de Trabalho	221 032 918	206 961 233	14 071 684	21 629 079
Acidentes Pessoais e Doença	4 828 430	4 142 187	686 243	(437 941)
Incêndio e outros danos	11 508 553	12 943 810	(1 435 257)	(3 484 525)
Automóvel	77 530 441	73 689 583	3 840 858	(1 718 748)
Marítimo, Aéreo e Transportes	2 962 913	3 483 393	(520 480)	(119 621)
Responsabilidade civil geral	5 703 702	5 771 398	(67 696)	(612 226)
Crédito e Caução	634 133	708 864	(74 731)	(8 973)
Proteção jurídica	11 025	11 364	(339)	(2 601)
Assistência	3 553	1 795	1 758	960
Outros	50	50	-	-
Total	350 822 967	335 566 123	15 256 844	14 941 093

No quadro anterior, a variação de ganhos e perdas inclui a variação de reembolsos de sinistros a reembolsar, que em 2021 ascendeu a Euros 1.317 167 (2020: Euros 597.246).

Na modalidade Acidentes de Trabalho, o montante de Euros 186.494.374 (2020: Euros 173.125.447) diz respeito à provisão matemática de Acidentes de Trabalho e Assistência Vitalícia. O incremento ocorrido, deveu-se essencialmente à alteração das tábuas de mortalidade para INE 2016-2018 (ao invés de 80% TD88-90 para o género masculino e 90% TV88-90 para o feminino), assim como alguns sinistros gravosos com Assistência Vitalícia, isto além de algum crescimento do nº de sinistros por menor número de meses de confinamento. Relativamente às Pensões e Assistências Vitalícias de Acidentes de Trabalho é ainda considerada uma provisão estimada no montante de Euros 8.929.128 (2020: Euros 9.809.101) e Euros 4.218.566 (2020: 3.808.437), respetivamente, para fazer face a sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e agravamentos nos sinistros já declarados (IBNER).

A provisão para sinistros inclui uma provisão estimada no montante de Euros 8.829.020 (2020: Euros 8.107.380) relativo a sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2021 e ainda não reportados (IBNR), assim como uma reserva para sinistros declarados, mas suscetíveis de incremento de Euros 7.760.000 (em 2020: Euros

11.347.515). Inclui ainda uma estimativa no montante de Euros 6.048.044 (2020: Euros 5.585.853) para encargos de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados.

A provisão para sinistros de resseguro cedido refletida no ativo é analisada como segue:

Resseguro Cedido	Balço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2021	2020	2021	2020
Vida	7.333.427	8.001.608	(668.181)	(970.663)
Risco	7.333.427	8.001.608	(668.181)	(970.663)
Não Vida	13.253.572	14.020.927	(767.355)	(1.492.865)
Acidentes de Trabalho	808.377	-	808.377	(48.331)
Acidentes Pessoais e Doença	49.690	416.592	(366.902)	(274)
Incêndio e outros danos	3.642.376	5.075.537	(1.433.161)	(2.365.364)
Automóvel	6.471.638	5.773.441	698.197	1.218.215
Marítimo, Aéreo e Transportes	2.097.239	2.119.662	(22.423)	182.336
Responsabilidade civil geral	(236.401)	167.322	(403.723)	(463.396)
Crédito e Caução	420.577	468.297	(47.720)	(16.052)
Proteção jurídica	76	76	-	-
Assistência	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Total	20.586.999	22.022.535	(1.435.536)	(2.463.528)

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 as outras provisões técnicas são analisadas como segue:

	Euros		
	2020	Dotações / reduções	2021
Provisão para desvios de sinistralidade	9 749 857	678 236	10 428 093
Provisão para riscos em curso	3 660 492	1 622 167	5 282 659
Total	13 410 349	2 300 403	15 710 752

Em consequência da pandemia Covid-19 e das medidas tomadas pelas autoridades de saúde para contenção da doença, a taxa de sinistralidade verificada em 2020 encontrava-se significativamente enviesada, em baixa, não representando o real risco a que o Grupo se encontra exposto. Este fator, que ainda registou efeitos visíveis em 2021 e impacta de forma direta a provisão para riscos em curso, utiliza informação histórica de sinistralidade para cálculo da responsabilidade. De forma a não considerar um valor atípico para esta variável que pudesse comprometer a fiabilidade da estimativa da responsabilidade, o Grupo apurou a provisão para riscos em curso tendo por base a média do rácio de sinistralidade dos últimos 5 anos. Embora a situação pandémica tenha melhorado ao longo de 2021, numa ótica de prudência o Grupomanteve a abordagem seguida em 2020.

Esta medida vai de encontro às orientações emanadas pela ASF sobre o cálculo da provisão para riscos em curso.

A evolução dos custos com sinistros dos ramos não vida pode ser analisada como segue:

Ano	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
2012	65 509 306	31 899 003	19 457 270	12 300 074	9 329 079	7 594 859	6 088 924	6 145 314	5 727 991	6 014 903
2013	-	60 290 537	23 170 519	15 455 521	10 903 949	8 481 715	7 349 012	8 941 418	8 847 662	8 050 692
2014	-	-	59 597 397	27 105 241	17 194 192	14 284 268	13 381 399	14 643 291	14 250 619	13 522 933
2015	-	-	-	63 400 359	23 929 289	15 800 471	11 226 604	12 239 299	12 265 269	11 623 544
2016	-	-	-	-	64 163 900	22 414 305	13 682 374	13 817 135	11 997 238	11 871 805
2017	-	-	-	-	-	128 220 138	54 786 890	17 641 478	14 552 230	13 693 045
2018	-	-	-	-	-	-	66 235 075	30 626 670	23 340 770	17 749 094
2019	-	-	-	-	-	-	-	69 087 494	30 624 521	25 280 667
2020	-	-	-	-	-	-	-	-	60 215 277	28 868 321
2021	-	-	-	-	-	-	-	-	-	66 526 154

Montantes Pagos para os anos de corréncia 86 999 136 119 120 186 113 766 181 124 064 252 122 741 078 121 844 483 170 012 949 151 586 353 119 806 384 117 465 114

No quadro acima são apresentados os montantes pagos e provisões para sinistros associados aos sinistros compreendidos entre 2012 e 2021.

Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
2011	85 602 010	38 828 193	28 949 974	20 184 749	14 966 940	13 403 418	11 043 403	11 338 595	9 053 943	17 889 110
2012	-	65 509 306	31 899 003	19 457 270	12 300 074	9 329 079	7 594 859	6 088 924	6 145 314	5 727 991
2013	-	-	60 290 537	23 170 519	15 455 521	10 903 949	8 481 715	7 349 012	8 941 418	8 847 662
2014	-	-	-	59 597 397	27 105 241	17 194 192	14 284 268	13 381 399	14 643 291	14 250 619
2015	-	-	-	-	63 400 359	23 929 289	15 800 471	11 226 604	12 239 299	12 265 269
2016	-	-	-	-	-	64 163 900	22 414 305	13 682 374	13 817 135	11 997 238
2017	-	-	-	-	-	-	128 220 138	54 786 890	17 641 478	14 552 230
2018	-	-	-	-	-	-	-	66 235 075	30 626 670	24 340 770
2019	-	-	-	-	-	-	-	-	69 087 494	30 624 521
2020	-	-	-	-	-	-	-	-	-	60 215 277

Montantes Pagos para os anos de corréncia 100 877 825 143 187 711 131 049 047 119 048 301 128 090 106 125 881 054 124 581 693 171 451 220 155 928 488 128 387 618

No quadro acima são apresentados os montantes pagos e provisões para sinistros associados aos sinistros compreendidos entre 2011 e 2020.

O desenvolvimento da provisão relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos é analisado como segue:

Ramos / Grupos de ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2020	Custos com sinistros montantes pagos no exercício	Provisão para sinistros em 31/12/2021	Reajustamentos
	(3)	(2)	(3)	(3)+(2)-(-1)
VIDA	27 852 446	26 670 391	26 607 251	25 425 196
ACIDENTES E DOENÇA	211 103 420	24 956 668	196 337 819	10 191 067
INCÊNDIO E OUTROS DANOS AUTOMÓVEL	12 943 810	6 225 882	4 060 609	(2 657 319)
-RESPONSABILIDADE CIVIL	70 599 964	18 820 577	49 344 522	(2 434 865)
-OUTRAS COBERTURAS	3 089 619	1 182 461	848 590	(1 058 568)
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	3 483 393	1 221 763	2 365 115	103 485
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	5 771 398	531 577	4 927 724	(312 097)
CRÉDITO E CAUÇÃO	708 864	65 700	630 617	(12 547)
PROTEÇÃO JURÍDICA	11 364	283	9 961	(1 120)
ASSISTÊNCIA	1 795	-	1 795	-
DIVERSOS	50	-	50	-
TOTAL GERAL	335 586 123	79 675 302	285 134 053	29 243 232

Ramos / Grupos de ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2019	Custos com sinistros montantes pagos no exercício	Provisão para sinistros em 31/12/2020	Reajustamentos
	(1)	(2)	(3)	(3)+(2)-(-1)
VIDA	28 156 758	20 033 338	27 852 446	19 729 026
ACIDENTES E DOENÇA	189 912 283	28 929 243	188 410 232	27 427 192
INCÊNDIO E OUTROS DANOS AUTOMÓVEL	16 428 335	11 057 220	3 478 929	(1 892 186)
-RESPONSABILIDADE CIVIL	71 072 885	22 754 540	44 744 488	(3 573 857)
-OUTRAS COBERTURAS	4 335 445	2 727 945	687 260	(920 240)
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	3 603 014	586 359	2 426 015	(610 640)
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	6 383 624	731 613	4 816 609	(835 402)
CRÉDITO E CAUÇÃO	717 837	23 773	430 791	(263 273)
PROTEÇÃO JURÍDICA	13 965	2 970	1 224	(9 771)
ASSISTÊNCIA	835	15	-	(820)
DIVERSOS	50	-	-	(50)
TOTAL GERAL	320 625 031	86 827 016	272 847 994	39 049 979

Os custos com sinistros por ramos são analisados como segue:

2021				
Ramos/Grupos de Ramos	Montantes Pagos - prestações (1)	Montantes Pagos - Custos de Gestão de Sinistros Imputados (2)	Variação da Provisão para Sinistros (3)	Custos com Sinistros (1)+(2)+(3)=(4)
SEGURO DIRETO				
VIDA	26 670 391	962 082	(1 245 196)	26 387 277
NÃO VIDA				
ACIDENTES E DOENÇA	47 080 019	6 621 753	13 109 699	66 811 471
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	17 599 994	1 748 123	(1 419 791)	17 928 326
AUTOMÓVEL	45 043 290	4 455 705	3 587 285	53 086 280
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	1 508 027	125 729	65 779	1 699 535
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	919 258	109 367	(68 842)	959 783
CRÉDITO E CAUÇÃO	105 871	3 295	(74 263)	34 903
PROTEÇÃO JURÍDICA	283	8 883	(338)	8 828
ASSISTÊNCIA	-	22 467	1 758	24 225
DIVERSOS	-	-	-	-
TOTAL	138 927 133	14 057 404	13 956 091	166 940 628
RESSEGURO ACEITE	1 283 208	2 511	(12 668)	1 273 051
TOTAL GERAL	140 210 341	14 059 915	13 943 423	168 213 679
Euros				
2020				
Ramos/Grupos de Ramos	Montantes Pagos - prestações (1)	Montantes Pagos - Custos de Gestão de Sinistros Imputados (2)	Variação da Provisão para Sinistros (3)	Custos com Sinistros (1)+(2)+(3)=(4)
SEGURO DIRETO				
VIDA	20 033 338	897 189	(304 312)	20 626 215
NÃO VIDA				
ACIDENTES E DOENÇA	43 509 826	7 099 952	19 502 207	70 111 985
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	20 091 024	1 636 084	(3 450 812)	18 276 296
AUTOMÓVEL	49 591 968	4 001 611	864 517	54 458 096
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	1 087 760	99 196	(456 608)	730 348
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	965 347	78 636	(610 468)	431 515
CRÉDITO E CAUÇÃO	48 154	3 487	(9 440)	42 201
PROTEÇÃO JURÍDICA	-	9 237	(2 601)	6 636
ASSISTÊNCIA	-	37 062	960	38 022
DIVERSOS	-	-	-	-
TOTAL	135 327 417	13 860 454	15 533 443	164 721 314
RESSEGURO ACEITE	1 446 679	7 780	5 694	1 460 153
TOTAL GERAL	136 774 096	13 868 234	15 539 137	166 181 467

A provisão matemática do ramo vida decompõe-se como segue:

Euros			
	2021	2020	
	Seguro directo	Resseguro cedido	Seguro directo
Risco	31 816 852	(154 084)	28 711 671
Capitalização	156 037 967	-	122 388 691
Total	187 854 819	(154 084)	151 100 362

A provisão para prémios não adquiridos de seguro directo refletida no passivo é analisada como segue:

Euros				
Seguro Direto	Balanco		Variação de Ganhos e Perdas	
	2021	2020	2021	2020
Não Vida	52 165 016	52 050 132	114 884	1 038 376
Acidentes de Trabalho	3 043 537	2 946 602	96 935	(132 258)
Acidentes Pessoais e Doença	9 225 106	6 630 985	2 594 121	1 486 970
Incêndio e outros danos	14 163 949	16 557 996	(2 394 047)	(350 094)
Automóvel	22 087 228	21 273 849	813 379	(1 862 098)
Marítimo, Aéreo e Transportes	279 254	280 286	(1 032)	(62 878)
Responsabilidade civil geral	1 436 551	1 266 935	169 616	24 644
Crédito e Caução	76 479	101 914	(25 435)	847
Proteção jurídica	662 178	755 999	(93 821)	230 460
Assistência	1 190 735	2 235 566	(1 044 831)	1 702 783
Outros	-	-	-	-
Total	52 165 016	52 050 132	114 884	1 038 376

A provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido refletida no ativo é analisada como segue:

Resseguro Cedido	Euros	
	Balanco	Variacao de Ganhos e Perdas
	2021	2020
Não Vida	10 097 320	11 483 341
Acidentes de Trabalho	11 642	15 289
Acidentes Pessoais e Doença	4 579 101	3 437 094
Incêndio e outros danos	2 877 131	5 632 120
Automóvel	(0)	-
Marítimo, Aéreo e Transportes	145 466	131 478
Responsabilidade civil geral	468 360	296 996
Crédito e Caução	38 101	62 170
Proteção jurídica	6 015	5 654
Assistência	1 971 503	1 902 540
Outros	-	-
Total	10 097 320	11 483 341

A provisão para participação nos resultados refere-se exclusivamente ao ramo Vida e é analisada como segue:

	Euros	
	2021	2020
	Seguro directo	Resseguro cedido
Provisão para participação nos resultados atribuída	1 577 971	(26 362)
Provisão para participação nos resultados a atribuir	13 470 442	-
Total	15 048 413	(26 362)

A movimentação do exercício ocorrida na participação nos resultados atribuída de seguro direto é como segue:

Participação nos resultados atribuída	Euros	
	2021	2020
Saldo Inicial	1 765 594	1 697 212
Participação Distribuída		
- por provisão matemática	(735 256)	(802 648)
- em numerário	(359 216)	(27 821)
	(1 094 472)	(830 469)
Participação Atribuída		
- por resultados do exercício	906 849	898 851
	906 849	898 851
Saldo final	1 577 971	1 765 594

5.2. Gestão de riscos

No ano 2016 entrou em vigor o regime Solvência II, após a transposição da Diretiva Solvência II (Diretiva n.º 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro), para a ordem jurídica interna através da Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro. No normativo está estabelecido um período transitório de dois anos, para que as empresas de seguros atinjam o nível de solvência (SCR) de 100%. Para além deste período transitório, estão previstas medidas transitórias e de longo prazo para implementação plena do regime Solvência II. Estas medidas encontram-se estabelecidas na Norma Regulamentar n.º 6/2015-R, de 17 de dezembro, da ASF.

Como referido anteriormente, a Montepio Seguros é a holding do Grupo Montepio para a área seguradora e de gestão de fundos de pensões. Consolida as participações de duas empresas de seguros – Lusitania Seguros e Lusitania Vida – e de uma entidade gestora de fundos de pensões – Futuro SGFP, S.A., bem como duas entidades dedicadas à gestão imobiliária.

A atuação da holding é realizada de forma integrada, centrando-se na gestão do capital necessário para o desenvolvimento das atividades das suas participadas. A gestão das empresas participadas é autónoma e orientada pelos planos estratégicos de cada unidade.

Tendo em consideração as orientações publicadas pela Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma (EIOPA), relativas aos mecanismos de governação no âmbito do regime Solvência II, a Montepio Seguros acompanha os planos individuais das suas participadas do setor segurador, de forma a alinhar o seu posicionamento face às exigências de capital que possam ocorrer, tendo em conta a necessidade de assegurar o cumprimento quanto aos requisitos de capital de solvência.

O Grupo definiu um Plano Diretor de Gestão Integrada de Riscos e Solvência II, que se encontra em implementação, onde estão descritas ações com vista à evolução do modelo de governação e medidas que contemplam aspetos que contribuem para a definição do modelo de gestão integrada do risco. A concretização dessas medidas está refletida nos diversos instrumentos que definem as políticas e procedimentos do Grupo.

No âmbito do período transitório, foi aprovada pela ASF a aplicação da dedução transitória às provisões técnicas para o grupo homogêneo de risco Rendas decorrentes de contratos de seguro de natureza não vida e relacionados com responsabilidades de seguro de Acidentes de Trabalho e do ramo Vida, com o objetivo de efetuar a amortização do diferencial entre as provisões técnicas apuradas no regime estatutário (IFRS) face ao valor estimado no regime prudencial Solvência II.

Adicionalmente, foi aprovada pelo Regulador a aplicação do ajustamento de volatilidade à estrutura temporal das taxas de juro sem risco relevante para o apuramento da melhor estimativa das responsabilidades de seguros. A aplicação desta medida permite ao Grupo prevenir o comportamento pró-cíclico nos mercados financeiros, mitigando os efeitos sobre a melhor estimativa das provisões técnicas decorrente de um alargamento extremo dos spreads das obrigações em condições de crise do mercado.

De acordo com o que está estabelecido na legislação, os dados definitivos da margem de solvência serão divulgados publicamente durante o mês de julho através do Relatório sobre a solvência e a situação financeira.

Estão igualmente definidos, o apetite e os limites de tolerância ao risco incorridos pelo Grupo, e aprovadas as estratégias e políticas que orientam a gestão de risco. O Grupo tem como compromisso prioritário a implementação de mecanismos de avaliação e gestão de risco integrados em um sistema de gestão de riscos.

O Grupo está exposto a uma diversidade de riscos inerentes aos seus ativos financeiros, ativos de resseguro e passivos. Existe um conjunto de riscos diretamente relacionados com a gestão financeira do Grupo, abrangendo as funções investimento, financiamento e gestão integrada dos ativos e passivos financeiros, e, ainda, riscos que não estão diretamente relacionados com a gestão dos contratos de seguro ou dos sinistros, destacando-se em particular, os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

A. Risco Específico de Seguros

A gestão de riscos do Grupo é efetuada separadamente para o ramo Vida e Não Vida.

Vida

Os riscos específicos de seguros estão subjacentes à comercialização dos contratos de seguros e são os seguintes:

- **Risco de mortalidade:** risco de agravamento da mortalidade real face à mortalidade esperada;
- **Risco de longevidade:** risco de diminuição da mortalidade real face à mortalidade esperada;
- **Risco de despesas:** risco de aumento das despesas reais face às despesas esperadas;
- **Risco de invalidez:** risco de agravamento da invalidez real face à invalidez esperada;
- **Risco catastrófico:** risco de perdas face a um evento catastrófico relevante e inesperado; e,
- **Risco de descontinuidade:** risco de perdas face ao resgate ou anulação inesperada dos contratos de seguro.

Não Vida

- **Risco de mortalidade:** risco de agravamento da mortalidade real face à mortalidade esperada;
- **Risco de despesas:** risco de aumento das despesas reais face às despesas esperadas;
- **Risco de invalidez:** risco de agravamento da invalidez real face à invalidez esperada;
- **Risco catastrófico:** risco de perdas face a um evento catastrófico relevante e inesperado; e,

Risco de descontinuidade: risco de perdas à anulação inesperada dos contratos de seguro. Os principais riscos a que o Grupo se encontra exposto são os seguintes:

O Risco Específico de Seguros refere-se a todos os riscos inerentes à atividade seguradora, excluindo os elementos cobertos pelos riscos financeiro e operacional. É o risco de perda, ou de evolução desfavorável do valor dos elementos do passivo decorrente da atividade, devido a uma fixação de preços inadequada e a pressupostos de provisionamento incorretos.

Tais perdas podem ter origem numa multiplicidade de fatores, como, por exemplo deficientes processos de desenho e tarificação dos produtos, análise e subscrição do risco, provisionamento das responsabilidades, gestão de sinistros e resseguro.

O risco específico de seguros pode ser mitigado pela política de resseguro, através da qual, uma parte dos riscos assumidos pelo Grupo é transferido para uma resseguradora ou um conjunto de resseguradores.

Um dos riscos mais relevantes é o de subscrição. Representa os vários tipos de riscos que estão direta ou indiretamente associados às bases técnicas de cálculo dos prémios e das provisões, cujo efeito, aumento da frequência de sinistralidade ou acréscimo excessivo das despesas de gestão, pode gerar incapacidade no cumprimento das responsabilidades. Podem assumir a forma de subtarifação, traduzindo o cálculo insuficiente de prémios, de resseguro, que derivam da aquisição de coberturas que se manifestam limitadas face às responsabilidades assumidas ou de riscos associados a grandes perdas, como os riscos catastróficos.

O risco de prémios ou de subtarifação é controlado por modelos atuariais que, por um lado, calculam o valor dos prémios, nos termos da política de aceitação, desenvolvendo linhas de orientação para a subscrição dos novos contratos e, por outro lado, monitorizam o padrão de provisionamento, mitigando o risco das provisões. A exposição aos maiores riscos está devidamente assegurada pela proteção dos respetivos tratados de resseguro, a cargo de um conjunto de resseguradores líderes de mercado.

A concentração de riscos pode levar a perdas potenciais consideráveis, pelo que o Grupo tem feito um esforço, nos últimos anos, em diversificar o seu negócio, não apenas ao nível dos clientes, mas também ao nível dos produtos e zonas geográficas.

O Grupo efetua análises de sensibilidade no decurso dos estudos atuariais para determinar a adequabilidade dos prémios e do índice de provisionamento e respetivos impactos ao nível do resultado.

Entendeu-se como relevante efetuar testes de sensibilidade que se passam a descrever:

- O incremento da prudência da tábua de mortalidade masculina para a INE 2017-2019, acarretaria uma variação das reservas estatutárias em 1,1 milhões de Euros;
- Uma análise de sensibilidade em Acidentes de Trabalho, a variação dos custos com sinistros em 5% provoca uma alteração na taxa de sinistralidade que passa de 90,15% para 94,65% dos prémios adquiridos.
- Elaborada análise semelhante em relação ao ramo Automóvel observa-se uma alteração da sinistralidade de 73,53% para 77,21%.

Por outro lado, o Grupo realiza análises de sensibilidade às principais rubricas de custos relacionados com a gestão do negócio, avaliando os eventuais impactos nos resultados antes de impostos:

2021		Variação dos custos com sinistros								
Euros 000		-20%	-15%	-10%	-5%	0%	5%	10%	15%	20%
Variação dos custos de exploração	-20%	34 465	28 372	22 135	14 374	6 372	(1 849)	(10 218)	(19 495)	(29 388)
	-15%	33 259	27 166	20 860	12 906	4 890	(3 479)	(11 848)	(21 351)	(31 244)
	-10%	32 053	25 960	19 441	11 439	3 260	(5 109)	(13 478)	(23 208)	(33 101)
	-5%	30 847	24 754	17 973	9 972	1 630	(6 739)	(15 171)	(25 064)	(34 957)
	0%	29 641	23 548	16 506	8 369	-	(8 369)	(17 027)	(26 920)	(36 813)
	5%	28 435	22 328	15 039	6 739	(1 630)	(9 999)	(18 883)	(28 776)	(38 669)
	10%	27 229	21 053	13 478	5 109	(3 260)	(11 629)	(20 739)	(30 632)	(40 525)
	15%	26 022	19 778	11 848	3 479	(4 890)	(13 259)	(22 595)	(32 488)	(42 381)
20%	24 816	18 450	10 218	1 849	(6 520)	(14 889)	(24 451)	(34 344)	(44 237)	
2020		Variação dos custos com sinistros								
Euros 000		-20%	-15%	-10%	-5%	0%	5%	10%	15%	20%
Variação dos custos de exploração	-20%	33 407	27 166	20 702	13 118	5 533	(2 051)	(9 919)	(19 538)	(29 611)
	-15%	32 209	25 969	19 318	11 734	4 150	(3 434)	(11 406)	(21 391)	(31 464)
	-10%	31 012	24 772	17 935	10 351	2 767	(4 827)	(13 171)	(23 244)	(33 317)
	-5%	29 815	23 575	16 552	8 968	1 383	(6 304)	(15 024)	(25 097)	(35 170)
	0%	28 618	22 378	15 169	7 584	-	(7 921)	(16 877)	(26 950)	(37 023)
	5%	27 421	21 181	13 785	6 201	(1 411)	(9 539)	(18 730)	(28 803)	(38 876)
	10%	26 224	19 984	12 402	4 818	(2 971)	(11 156)	(20 583)	(30 656)	(40 729)
	15%	25 027	18 603	11 019	3 416	(4 532)	(12 773)	(22 436)	(32 509)	(42 582)
20%	23 830	17 220	9 635	1 856	(6 092)	(14 390)	(24 289)	(34 362)	(44 435)	

As provisões para sinistros, apuradas pela função atuarial e revistas posteriormente pelo Atuário Responsável de Solvência II, revelaram uma margem de conforto que permite frisar a suficiência das provisões face à estimativa das responsabilidades conhecidas ou emergentes no âmbito do exercício de 2021 e anteriores.

Em relação à suficiência das tarifas, os prémios revelaram-se suficientes face aos custos decorrentes da atividade na generalidade dos ramos, à exceção do seguro do Automóvel e Marítimo e Transportes em que se registaram um deficit de exploração.

Os rácios de sinistralidade são analisados como se segue:

Rácios de sinistralidade de seguro direto

	2021	2020
Acidentes e Doença	74,4%	80,2%
Incêndio e Outros Danos	37,0%	38,0%
Automóvel	67,4%	63,5%
Transportes	62,8%	24,0%
Responsabilidade Civil	15,2%	6,6%
Outros	0,4%	0,7%
Totais	59,6%	60,9%

Rácio de cedência de sinistros

	2021	2020
Acidentes e Doença	1,8%	0,2%
Incêndio e Outros Danos	15,7%	26,4%
Automóvel	3,1%	3,0%
Transportes	51,5%	118,5%
Responsabilidade Civil	-45,7%	-124,9%
Outros	120,9%	39,8%
Totais	4,4%	4,8%

Rácio de sinistralidade de resseguro cedido

	2021	2020
Acidentes e Doença	28,8%	3,1%
Incêndio e Outros Danos	16,7%	24,6%
Automóvel	75,1%	75,5%
Transportes	53,9%	48,8%
Responsabilidade Civil	-28,5%	-41,4%
Outros	0,8%	0,3%
Totais	19,3%	20,4%

B. Risco de Mercado

O risco de mercado encontra-se associado a flutuações adversas no valor dos ativos, passivos e outros instrumentos financeiros do Grupo, relacionadas com as volatilidades dos mercados de capitais, mercados cambiais, das taxas de juro e do valor imobiliário. Estas flutuações (adversas) podem traduzir-se em perdas económicas, e no limite, a uma deterioração dos níveis de solvência. Este grupo de riscos, também se encontra relacionado com o risco de *mismatching* entre ativos e passivos associados a responsabilidades de longo prazo.

A exposição aos riscos financeiros é um reflexo da política de investimentos do Grupo, da política do ALM e da política de gestão de liquidez, enquadradas por critérios de prudência na seleção de ativos, próprios da atividade seguradora.

Nas componentes dos riscos de taxa de juro, acionista e imobiliário, o Grupo, acompanha a sua evolução, tendo em conta a valorização dos ativos a preços de mercado, e analisa um conjunto de indicadores, entre os quais se conta o VaR (*Value at Risk*) dos títulos financeiros, que apresentam preços em mercados líquidos. O objetivo é acompanhar as tendências que podem afetar as carteiras de investimento do Grupo.

Tipo de taxa da carteira de obrigações

Taxa	2021	Peso	Euros	
			2020	Peso
Taxa fixa	1 298 397 500	94%	1 132 080 501	90%
Taxa variável	44 787 216	3%	44 868 019	4%
Indexada	21 258 820	2%	53 202 404	4%
Defaulted	-	0%	274 190	0%
Cupão zero	21 629 480	2%	27 759 075	2%
Total	1 386 073 016		1 258 184 189	

No caso das análises de sensibilidade, os indicadores são acompanhados para as classes de investimento mais relevantes: obrigações, ações e imobiliário.

Evolução da *duration* (D) e convexidade (C) da carteira de obrigações

4º T 2021		4º T 2020	
D	C	D	C
10,7	179,2	10,4	182,3

O valor da *duration* da carteira de obrigações global aumentou ligeiramente em 2021, refletindo uma maior sensibilidade a alterações na estrutura temporal de taxa de juro. Esta situação decorre de uma atuação tática e de uma necessidade permanente de obtenção de retorno acima do *benchmark*, em face do atual ambiente de baixas taxas de juro e da incerteza quanto à evolução dos mercados financeiros.

Sensibilidade a efeitos isolados – Taxas de Juro

Variação Taxa de Juro				
Carteira de Obrigações em Análise - 2021				
-1%	0%	1%	Duration	Convexidade
1 527 242	1 368 679	1 234 838	10,7	179,2

Unidade: milhares de euros

Sensibilidade a efeitos isolados – Ações

Carteira de investimentos financeiros em análise ^(a)	Impacto na Carteira de Ativos Financeiros	Variação no Valor das Ações ^(b)			Impacto na Carteira de Ativos Financeiros
		-10%	0%	10%	
2021		-10%	0%	10%	
1 411 165	-0,26%	32 876	36 529	40 182	0,26%

Unidade: milhares de euros

(a) O valor da carteira inclui as classes de obrigações, ações, fundos de investimento e outros. Não considera imobiliário, depósitos a prazo e nem papel comercial.

(b) O valor das ações considera o investimento direto e os fundos de investimento em ações.

Sensibilidade a efeitos isolados – Imobiliário

Carteira de investimentos financeiros em análise ^(a)	Impacto na Carteira Total	Variação no Valor do Imobiliário ^(b)			Impacto na Carteira Total
		-5%	0%	5%	
2021		-5%	0%	5%	
1 532 363	-0,26%	74 722	78 655	82 588	0,26%

Unidade: milhares de euros

(a) O valor da carteira inclui as classes de obrigações, ações, imobiliário, fundos de investimento, depósitos a prazo e outros.

(b) O valor do imobiliário inclui terrenos, edifícios e fundos de investimento imobiliário.

O risco de mercado inclui o risco de *spread* que está associado a uma possível alteração da situação creditícia dos emitentes de valores mobiliários. A exposição ao risco advém, assim, das transações financeiras do Grupo com emitentes de valores mobiliários. O risco de crédito é gerido, essencialmente com base na política de gestão de investimentos em vigor no Grupo.

No eixo dos emitentes de valores mobiliários, é efetuada uma gestão e monitorização permanente das carteiras de títulos conjunta entre a Direção Financeira, a Sociedade Gestora de Ativos Financeiros do Grupo Montepio e uma entidade especializada em investimentos para entidades institucionais (Companhias de Seguros, Fundos de Pensões, Fundações, Gestão de Patrimónios, ...)

Composição dos investimentos financeiros por setor de atividade

Setor	2021	Peso	2020	Peso
Dívida Pública	699 771 010	49,34%	638 410 325	49,01%
Financeiro	220 128 800	15,52%	232 382 780	17,84%
Indústria	138 141 628	9,74%	154 090 004	11,83%
Serviços	150 107 213	10,58%	145 638 151	11,18%
Transportes e Comunicação	34 837 798	2,46%	25 210 986	1,94%
Imobiliário	40 131 619	2,83%	27 385 979	2,10%
Supra Nacional	1 583 596	0,11%	1 687 465	0,13%
Outros	133 625 809	9,42%	77 766 121	5,97%
Total	1 418 327 473	100%	1 302 571 808	100%

À exceção de 6 títulos (Moçambique Companhia de Seguros, Acácia Bahrein, Alternative Liquidity, duas obrigações soberanas e uma obrigação corporativa), a totalidade da carteira do Grupo está denominada em euros.

Rating da carteira de obrigações

Rating	2021	Peso	Euros	
			2020	Peso
AAA	75 857 085	5%	68 505 403	5%
AA+	49 449 482	4%	27 666 435	2%
AA	10 588 734	1%	20 731 611	2%
AA-	24 581 334	2%	12 647 285	1%
A+	13 447 171	1%	15 277 161	1%
A	45 836 173	3%	62 524 287	5%
A-	66 289 602	5%	41 988 788	3%
BBB+	189 016 748	14%	4 962 765	0%
BBB	407 040 892	29%	727 966 181	58%
BBB-	351 904 968	25%	119 770 117	10%
BB+	30 613 347	2%	5 889 041	0%
BB	45 946 549	3%	43 733 548	3%
BB-	10 698 773	1%	25 371 637	2%
B	-	0%	11 946 717	1%
D	-	0%	274 190	0%
Sem rating	58 686 786	4%	67 845 016	5%
Total	1 386 073 016	100%	1 258 184 189	100%

A componente do risco de concentração trata o risco que resulta de uma elevada exposição a determinadas fontes de risco, tais como categorias de ativos com potencial de perda suficientemente grande, ou investimentos agregados numa única contraparte ou num número de contrapartes positivamente correlacionadas, bem como a determinados setores de atividade e zonas geográficas, resultando na ameaça da situação financeira ou da solvência da empresa.

Composição dos investimentos financeiros, investimentos em subsidiárias e associadas, imóveis e coleção de arte por país emite:

Países	2021	Peso	2020	Peso
Alemanha	78 643 833	6%	80 324 796	6%
Argentina	-	0%	-	0%
Austrália	10 071 302	1%	-	0%
Áustria	28 299 448	2%	23 768 083	2%
Bahrein	1 465 189	0%	1 831 306	0%
Bélgica	23 074 610	2%	16 478 189	1%
Brasil	3 423 235	0%	12 502 949	1%
Chipre	19 630 057	1%	18 810 652	1%
Dinamarca	-	0%	3 594 108	0%
Eslováquia	3 428 739	0%	-	0%
Eslovénia	9 942 844	1%	7 651 924	1%
Espanha	258 410 801	18%	229 649 069	18%
Estados Unidos	137 486 984	10%	118 962 813	9%
Finlândia	26 841 658	2%	26 609 352	2%
França	97 907 741	7%	98 397 171	8%
Grécia	38 498 578	3%	21 234 071	2%
Holanda	43 904 623	3%	46 565 420	4%
Irlanda	20 683 967	1%	27 021 308	2%
Islândia	-	0%	1 025 943	0%
Itália	184 030 999	13%	150 916 862	12%
Lituânia	2 706 591	0%	3 044 901	0%
Luxemburgo	29 593 849	2%	17 340 901	1%
México	1 029 580	0%	1 107 170	0%
Moçambique	507 046	0%	385 221	0%
Polónia	4 571 025	0%	2 739 457	0%
Portugal	251 748 108	18%	295 996 105	23%
Reino Unido	75 732 680	5%	46 277 375	4%
Roménia	-	0%	-	0%
Suécia	-	0%	2 457 165	0%
Suiça	-	0%	-	0%
Supra-nacionais	9 329 015	1%	6 338 999	0%
Diversos	57 364 973	4%	41 540 499	3%
Total	1 418 327 473	100%	1 302 571 809	100%

C. Risco de Liquidez

Risco que advém da possibilidade do Grupo não deter ativos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários para cumprir com responsabilidades para com os tomadores de seguros, credores e outras contrapartes, quando elas forem devidas.

O Grupo tem definido processos regulares de gestão das necessidades de liquidez que permitem assegurar o cumprimento das obrigações previstas e a aplicação financeira dos excedentes verificados nas contas bancárias.

Adicionalmente, o Grupo monitoriza, com elevada regularidade, a maturidade dos seus produtos segundo os princípios definidos na Política de ALM e na Política de Liquidez, no sentido de adequar o vencimento dos seus instrumentos financeiros às datas de vencimentos dos seus compromissos registados no passivo

As maturidades relativas aos instrumentos financeiros são analisadas como se segue:

Risco de liquidez 2021	Euros					Total
	até 12 meses Maturidade	1-2 anos Maturidade	2-5 anos Maturidade	> 5 anos Maturidade	Maturidade Indeterminada	
Caixa e equivalentes depósitos à ordem	58 136 133	-	-	-	-	58 136 133
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	507 046	507 046
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	55 834	55 834
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	2 685 859	-	2 918 005	5 652 318	11 256 183
Ativos financeiros disponíveis para venda	23 720 243	19 576 023	216 091 371	1 105 405 672	41 715 101	1 406 508 411
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e contas a receber	48 500 382	-	-	-	314 798	48 815 180
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	28 282 384	-	-	-	27 142 780	55 425 163
Total dos ativos financeiros	158 639 143	22 261 882	216 091 371	1 108 323 677	75 387 877	1 580 703 951
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	174 986 458	516 661 833	42 011 148	15 359 682	-	749 019 121
Outros passivos financeiros	5 951 363	58 307	-	22 500 000	41 007 808	69 517 475
Outros credores por operações de seguros e outras operações	4 592 509	-	-	-	22 842 462	27 434 971
Total dos passivos financeiros	185 530 330	516 720 140	42 011 148	37 859 682	63 850 268	845 971 567
Líquido	(26 891 186)	(494 458 258)	174 080 223	1 070 463 995	11 537 609	734 732 384

Risco de liquidez 2020	Euros					Total
	até 12 meses Maturidade	1-2 anos Maturidade	2-5 anos Maturidade	> 5 anos Maturidade	Maturidade Indeterminada	
Caixa e equivalentes depósitos à ordem	26 483 974	-	-	-	-	26 483 974
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	35 971	35 971
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	3 269 466	-	-	1 532 078	6 559 732	11 361 276
Ativos financeiros disponíveis para venda	96 654 173	129 825 266	225 343 797	744 477 735	94 457 426	1 290 758 397
Investimentos a deter até à maturidade	0	-	-	-	-	0
Empréstimos e contas a receber	58 833 192	-	-	-	11 016 176	69 849 368
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	3 896 502	-	-	-	30 841 975	34 738 477
Total dos ativos financeiros	189 137 308	129 825 266	225 343 797	746 009 813	142 911 279	1 433 227 463
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	109 136 751	477 642 501	6 193 449	8 838 482	-	601 811 183
Outros passivos financeiros	6 639 065	-	-	41 000 000	22 696 985	70 336 050
Outros credores por operações de seguros e outras operações	3 548 025	-	-	-	27 602 210	31 150 235
Total dos passivos financeiros	119 323 841	477 642 501	6 193 449	49 838 482	50 299 195	703 297 468
Líquido	69 813 466	(347 817 235)	219 150 348	696 171 331	92 612 085	729 929 995

D. Risco de Crédito

O risco de crédito (ou de incumprimento) está associado à possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da alteração da situação creditícia das contrapartes (mediadores, tomadores de seguros, cosseguradoras e resseguradoras) ou quaisquer devedores a que o Grupo se encontra exposto. O âmbito da definição deste risco inclui contratos de mitigação de risco, tais como tratados de resseguro, securitizações e derivados e dívidas a receber de intermediários.

Esta abordagem é complementada pela introdução de melhorias contínuas quer no plano das metodologias de ferramentas de avaliação e controlo dos riscos, quer ao nível dos procedimentos e circuitos de tomada de decisão.

No que se refere aos resseguradores, estes são selecionados criteriosamente, em função não somente da respetiva capacidade de suporte técnico e geração de valor para o Grupo, como também da solidez económico-financeira que evidenciam.

Painel de resseguradores e respetivo rating

Ressegurador	Rating
Swiss Re (leader)	AA-
Axa XL Re	AA-
AXIS Re	A+
Covea Coopérations	AA-
Deutsche Rück	A+
Hannover Rück	AA-
Mapfre Re	A+
MSAmlin	A+
Münchener Rück	AA-
Nacional de Reaseguros	A
Odyssey Re	A-
Partner Re	A+
QBE Secura Re	A+
R+V Versicherungs	AA-
SCOR	AA-
Sirius	A-

Neste risco, também estão incluídas as exposições a depósitos bancários e a contrapartes em instrumentos financeiros derivados, que normalmente são exposições não diversificadas e com rating de crédito disponível. Na identificação do *rating* a considerar (*short term rating*), a Companhia tem como base as classificações em vigor publicadas por agências de *rating*. O *credit quality step* final é atribuído segundo a regra do *second best*, ou seja, no caso de emissões com qualificação não equivalente entre duas agências, é considerada a que atribui classificação inferior e no caso de se verificarem três classificações distintas, é considerada a de nível intermédio.

Relativamente aos mediadores, a seleção dos nossos parceiros é efetuada de acordo com os pressupostos definidos na proposta de valor para a rede de mediação. De igual modo, a atribuição da capacidade de cobrança depende da avaliação da capacidade, competência e idoneidade do mediador, sendo objeto de acompanhamento permanente pela área de Gestão de Contas.

E. Risco Operacional

Trata-se de riscos de perdas resultantes da inadequação ou falha nos procedimentos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos. Está associado a eventos como fraudes, falhas de sistemas e ao não cumprimento das normas e regras estabelecidas. Inclui ainda, por exemplo, o risco resultante de falhas no governo da sociedade, nos sistemas, nos contratos de prestação de serviços em *outsourcing* e no plano de continuidade do negócio.

No âmbito da implementação da *framework* de Risco Operacional ao nível do Grupo, com o princípio orientador a gestão descentralizada do Risco, e de modo a mitigar o risco operacional elevou-se o grau de informação na Cadeia de Valor, com um novo desenvolvimento para identificar os riscos associados a cada processo, bem como frequências, impactos e respetivos controlos - Modelo de Autoavaliação dos Riscos e dos Controlos dos processos de negócio. Adicionalmente, encontra-se já desenvolvido um modelo com indicadores de gestão operacional referente a processos críticos de negócio.

Em simultâneo, encontra-se em execução um processo de identificação, registo e controlo de irregularidades identificadas num determinado período, com a respetiva quantificação, tendo como objetivo o *input* para um *Datamart* de dados históricos. Através deste modelo, o Grupo monitoriza de forma quantitativa e qualitativa os riscos operacionais não capturados pela fórmula padrão. Os eventos do risco operacional estão associados às perdas resultantes de operações diárias da empresa e das entidades com que se relaciona.

A Plataforma de Registo de Eventos de Risco foi desenvolvida com o objetivo de construir uma base de dados histórica interna que possibilita a identificação de falhas nos controlos e de ações de mitigação dos riscos, bem como a compreensão da exposição corrente ao risco operacional, identificando as áreas com maior incidência.

O reporte das perdas financeiras identificadas nos eventos registados abrange a análise de tendências, das recuperações efetuadas e das perdas por categoria de risco ou linha de negócio. O registo dos eventos promove, ainda, a qualidade ao nível das operações e constitui um elemento crucial para o futuro desenvolvimento de um modelo interno de gestão integrada de risco operacional através de capital económico.

O Grupo implementou um Sistema de Gestão da Segurança da Informação (SGSI), de acordo com a norma ISO 27001, e que responde aos requisitos para o estabelecimento, implementação, operação, monitorização, revisão, manutenção e melhoria de um sistema documentado de gestão da segurança da informação, no contexto dos riscos da atividade do Grupo.

No âmbito da segurança, é realizado periodicamente um teste ao Plano de Continuidade de Negócio (PCN) e à capacidade de recuperar o funcionamento das diversas unidades operacionais. O teste foi realizado em ambiente externo tendo sido verificada a capacidade de acolher postos de trabalho para fazer face a uma situação de desastre, tendo sido detetados alguns aspetos a melhorar, sendo que alguns já foram intervencionados e outros estão a ser. Os testes evidenciaram a robustez dos sistemas de informação e a capacidade de resposta dos equipamentos e da equipa responsável, atestando a validade do PCN.

6. Caixa e equivalentes e depósitos à ordem

A rubrica caixa e equivalentes e depósitos à ordem é apresentada como segue:

	Euros	
	2021	2020
Numerário	15 429	11 191
Depósitos à ordem	58 120 704	26 472 783
Total	58 136 133	26 483 974

7. Instrumentos financeiros

7.1 Ativos detidos para negociação, ativos financeiros disponíveis para venda e ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas

O inventário de títulos e participações está evidenciado no anexo 1.

A rubrica de Ativos detidos para negociação, em 31 de dezembro de 2021, é apresentada como segue:

	Euros	
	2021	2020
	Justo Valor	Justo Valor
Instrumentos de capital e unidades de participação	55 834	35 971
Total	55 834	35 971

Os quais desagregam-se do seguinte modo:

	Euros	
	2021	2020
Nível 1	-	-
Nível 2	-	-
Nível 3	55 834	35 971
	55 834	35 971

A rubrica de Ativos financeiros disponíveis para venda, em 31 de dezembro de 2021, é apresentada como segue:

	2021				Euros
	C. Aquisição Amortizado	RJV*	Imparidades	Juro	Valor Balanço
Titulos de dívida					
Dívida pública	630.284.537	55.916.258	-	7.035.718	693.236.511
Outros emissores	645.427.600	30.132.747	(520.696)	8.892.028	683.931.679
	1.275.712.137	86.049.003	(520.696)	15.927.746	1.377.168.190
Acções	6.527.292	1.345.356	(4.612.544)	-	3.260.104
Outros instrumentos de capital e unid. participação	23.230.712	5.177.623	(2.328.219)	-	28.080.117
	29.758.005	6.522.979	(6.940.763)	-	29.340.221
Total	1.305.470.142	92.571.982	(7.461.459)	15.927.746	1.406.508.411

* Resena de Justo Valor antes do Shadow-Accounting

Os quais desagregam-se do seguinte modo:

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Custo de aquisição	Total	Euros
Titulos de dívida						
Dívida pública	693.236.511	-	-	-	693.236.511	
Outros emissores	683.931.679	-	-	-	683.931.679	
	1.377.168.190	-	-	-	1.377.168.190	
Acções	36.807	-	3.223.297	-	3.260.104	
Outros instrumentos de capital e unid. Participação	17.764.683	-	8.315.433	-	26.080.117	
Total	1.394.969.680	-	11.538.731	-	1.406.508.411	

A rubrica de Ativos financeiros disponíveis para venda, em 31 de dezembro de 2020, é apresentada como segue:

	2020				Euros
	C. Aquisição Amortizado	RJV*	Imparidades	Juro	Valor Balanço
Titulos de dívida					
Dívida pública	521.268.406	103.850.469	-	7.175.815	632.294.690
Outros emissores	562.927.965	45.426.377	-	8.558.767	616.913.109
	1.084.196.371	149.276.846	-	15.734.582	1.249.207.799
Acções	7.812.995	944.931	(5.298.748)	-	3.459.178
Outros instrumentos de capital e unid. participação	37.302.187	3.352.411	(2.563.177)	-	38.091.421
	45.115.182	4.297.342	(7.861.925)	-	41.550.599
Total	1.129.311.553	153.574.188	(7.861.925)	15.734.582	1.290.758.398

Os quais desagregam-se do seguinte modo:

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Custo de aquisição	Total	Euros
Titulos de dívida						
Dívida pública	628.853.192	3.441.498	-	-	632.294.690	
Outros emissores	609.789.833	7.123.276	-	-	616.913.109	
	1.238.643.025	10.564.774	-	-	1.249.207.799	
Acções	55.675	-	3.403.503	-	3.459.178	
Outros instrumentos de capital e unid. Participação	31.558.076	-	6.533.345	-	38.091.421	
Total	1.270.256.776	10.564.774	9.936.848	-	1.290.758.398	

A reconciliação da reserva de justo valor para as demonstrações financeiras é apresentada na Nota 28.

A rubrica de Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é apresentada como segue:

	2021			Euros
	C. Aquisição	Valias não realizadas	Valor balanço	
Dívida pública	-	-	-	-
Outros emissores	8 480 231	424 595	8 904 827	
Instrumentos de capital e unidades de participação	2 447 492	(96 136)	2 351 355	
Total	10 927 723	328 459	11 256 182	

Os quais desagregam-se do seguinte modo:

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Euros
Outros emissores	8 904 827	-	-	8 904 827	
Instrumentos de capital e unidades de participação	22 818	-	2 328 537	2 351 355	
	8 927 645	-	2 328 537	11 256 182	

	2020			Euros
	C. Aquisição	Valias não realizadas	Valor balanço	
Dívida pública	-	-	-	-
Outros emissores	8 480 231	496 159	8 976 391	
Instrumentos de capital e unidades de participação	2 450 764	(65 879)	2 384 885	
Total	10 930 995	430 280	11 361 276	

Os quais desagregam-se do seguinte modo:

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Euros
Outros emissores	8 976 391	-	-	8 976 391	
Instrumentos de capital e unidades de participação	1 395 010	-	989 875	2 384 885	
	10 371 401	-	989 875	11 361 276	

7.2 Empréstimos concedidos e contas a receber

O detalhe da rubrica de Empréstimos concedidos e contas a receber é apresentado como segue:

	Euros	
	2021	2020
Depósitos junto de empresas cedentes	185 059	216 061
Outros depósitos	48 500 382	69 083 192
Empréstimos concedidos	129 739	550 115
Total	48 815 180	69 849 368

Os outros depósitos respeitam na totalidade a depósitos a prazo.

Os empréstimos concedidos aos mediadores são efetuados através de contratos mútuos e com garantias reais. Relativamente a empréstimos de outra natureza são concedidos com garantia hipotecária.

7.3 Passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os passivos financeiros relativos a contratos de investimento são analisados como segue:

	Euros	
	2021	2020
Saldo a 1 de Janeiro	601 811 183	494 575 834
Entradas (líquido de comissões)	267 926 210	165 227 852
Montantes pagos	133 354 603	69 317 365
Variação de ganhos e perdas (juro técnico)	(12 636 330)	(11 324 862)
Saldo a 31 de Dezembro	749 019 120	601 811 183

7.4 Outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de outros passivos financeiros é analisada como segue:

	Euros	
	2021	2020
Depósitos de Resseguradores	10 959 168	11 836 050
Passivos Subordinados	58 500 000	58 500 000
Outros passivos financeiros	58 307	-
Total	69 517 475	70 336 050

Em 29 de novembro de 2007, o Grupo procedeu, através da Lusitania Vida, à emissão de obrigações subordinadas no montante de 5 milhões de euros, de prazo indeterminado, as quais foram subscritas pela Associação Mutualista Montepio Geral. O vencimento dos juros é semestral e a taxa aplicável é a Euribor a 6 meses + 130 bp.

Em 30 de dezembro de 2011, o Grupo procedeu, através da Lusitania Seguros, à emissão de obrigações subordinadas no montante de 2,5 milhões de euros, de prazo indeterminado, as quais foram subscritas pela Caixa Económica Montepio Geral. O vencimento dos juros é semestral e a taxa aplicável é a Euribor a 6 meses + 250 bp.

Durante o exercício de 2014, o Grupo procedeu, através da Lusitania Seguros, à emissão de obrigações subordinadas no montante de 9 milhões de euros, de prazo indeterminado, as quais foram subscritas pelo Montepio Geral – Associação Mutualista. O vencimento dos juros é semestral e a taxa aplicável é a Euribor a 6 meses + 650 bp.

Durante o exercício de 2015, o Grupo procedeu, através da Lusitania Seguros, à emissão de obrigações subordinadas no montante de 7 milhões de euros, de prazo indeterminado, as quais foram subscritas pelo Montepio Geral – Associação Mutualista. O vencimento dos juros é semestral e a taxa aplicável é a Euribor a 6 meses + 650 bp.

Após o final do 5º ano de vida dos empréstimos referidos, e posteriormente, em cada data de pagamento de juros, o Grupo poderá reembolsar os empréstimos obrigacionistas na sua globalidade, ao par, mediante pré-aviso da sua iniciativa.

Durante o exercício de 2016, o Grupo procedeu, através da Montepio Seguros, à emissão de um o empréstimo obrigacionista e subscrito integralmente a 23 de dezembro de 2016, pelo Montepio Geral – Associação Mutualista, no montante de Euros 17,5 milhões. A remuneração do empréstimo é calculada com base na Euribor a 6 meses + 650bp. A duração inicial contratualizada para o empréstimo foi de 4 anos, devendo o mesmo vencer-se em 23 de dezembro de 2020. Em 2020 o Conselho de Administração propôs a prorrogação do referido empréstimo pelo prazo de um ano, mantendo-se inalteradas as restantes condições contratuais previstas na ficha técnica da obrigação. Esta proposta foi aceite em Assembleia Geral de credores realizada em 11 de dezembro de 2020, tendo a data de vencimento passado para 23 de dezembro de 2021. A 14 de dezembro de

2021, em Assembleia Geral de credores, foi aceite nova prorrogação do referido empréstimo pelo prazo de um ano, mantendo-se inalteradas as restantes condições contratuais previstas na ficha técnica da obrigação, tendo assim a data de vencimento passado para 23 de dezembro de 2022.

Durante o exercício de 2018, a Montepio Geral Associação Mutualista subscreveu integralmente as emissões de dois empréstimos obrigacionistas subordinados nos montantes de 10 milhões de euros e de 5 milhões de euros, emitidos pela Lusitania Seguros em 30 de maio e 28 de dezembro, respetivamente.

No final de 2018 a Lusitania Vida reembolsou na totalidade um empréstimo obrigacionista subordinado, subscrito pelo Montepio Geral - Associação Mutualista no valor de 5 milhões de euros.

Durante o exercício de 2019 foi emitido um empréstimo obrigacionista pela Lusitania Seguros, integralmente subscrito pela Associação Mutualista Montepio, no montante de 7,5 milhões de euros.

Durante o mês de dezembro de 2021, foi concluída a operação de refinanciamento no valor de 15 milhões de euros de dívida subordinada emitida pela participada Lusitania Seguros. Este processo consistiu na emissão de uma nova obrigação subordinada, "Lusitania Reset Subordinated Notes 2021-2031", com admissão à negociação no mercado regulado *Euronext Access* e subscrita por um investidor institucional não residente. A referida operação foi utilizada para o reembolso antecipado de duas emissões obrigacionistas, no valor de 10 e 5 milhões de euros e taxa de cupão associada de 10%, subscritas em maio e dezembro de 2018, pelo Montepio Geral Associação Mutualista (MGAM).

As comissões associadas com a intermediação e colocação da dívida encontram-se divulgadas na nota 21.

A Rubrica de Empréstimos Obrigacionistas é constituída com as seguintes características em 2021 e 2020.

Emissão	Montante	Data de emissão	2021		Frequência do	Data de vencimento
			Condições de Remuneração			
			Taxa referência	Spread		
Obrigações Lusitania 2011	2 500 000	31/12/2011	Taxa variável - Euribor 6m	0-5 anos -> 250 pb; depois -> 350 pb	Semestral	Indeterminado
Obrigações Lusitania 2014	9 000 000	31/12/2014	Taxa variável - Euribor 6m	0-5 anos -> 650 pb; depois -> 700 pb	Semestral	Indeterminado
Obrigações Lusitania 2015	7 000 000	30/11/2015	Taxa variável - Euribor 6m	0-5 anos -> 650 pb; depois -> 700 pb	Semestral	Indeterminado
Obrigações Lusitania 2019/2029	7 500 000	31/10/2019	Taxa fixa 10%		Trimestral	31/10/2029
Lusitania Reset Subordinated Notes 2021-2031	15 000 000	22/12/2021	Taxa fixa 7%	Reset Spread 5º ano	Anual	22/12/2031
Montepio Seguros SGPS/2016 – Obrigações 2016-2020	17 500 000	23/12/2016	Taxa variável - Euribor 6m	0-4 anos -> 650 pb	Semestral	23/12/2022
Total	58 500 000					

Emissão	Montante	2020 Data de emissão	Condições de Remuneração		Frequência do Cupão	Euros Data de vencimento
			Taxa referência	Spread		
Obrigações Lusitania 2011	2 500 000	31/12/2011	Taxa variável - Euribor 6m	0-5 anos -> 250 pb; depois -> 350 pb	Semestral	Indeterminado
Obrigações Lusitania 2014	9 000 000	31/12/2014	Taxa variável - Euribor 6m	0-5 anos -> 650 pb; depois -> 700 pb	Semestral	Indeterminado
Obrigações Lusitania 2015	7 000 000	30/11/2015	Taxa variável - Euribor 6m	0-5 anos -> 650 pb; depois -> 700 pb	Semestral	Indeterminado
Obrigações Lusitania 2018/2028	10 000 000	30/05/2018	Taxa fixa 10%	-	Semestral	21/12/2021
Obrigações Lusitania 2018/2028	5 000 000	28/12/2018	Taxa fixa 10%	-	Semestral	21/12/2021
Obrigações Lusitania 2019/2029	7 500 000	31/10/2019	Taxa fixa 10%	-	Trimestral	31/10/2029
Montepio Seguros SGPS/2016 – Obrigações 2016-2020	17 500 000	23/12/2016	Taxa variável - Euribor 6m	0-4 anos -> 650 pb	Semestral	23/12/2021*
Total	58 500 000					

*Ver texto acima

7.5 Justo valor

O justo valor dos ativos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado é analisado como segue:

	2021		2020	
	Euros		Euros	
	Justo Valor	Valor Balanço	Justo Valor	Valor Balanço
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	58 136 133	58 136 133	26 483 974	26 483 974
Empréstimos concedidos e contas a receber	48 815 180	48 815 180	69 849 368	69 849 368
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	55 425 163	55 425 163	34 738 477	34 738 477
Ativos financeiros ao custo amortizado	162 376 476	162 376 476	131 071 819	131 071 819
Outros passivos financeiros	68 978 573	69 517 475	67 388 870	70 336 050
Outros credores por operações de seguros e outras operações	27 434 971	27 434 971	31 318 535	31 150 235
Passivos financeiros ao custo amortizado	96 413 544	96 952 446	98 707 405	101 486 285

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de *cashflows* descontados, usando para este efeito a taxa de juro sem risco adicionada do *spread* atribuível ao emitente.

Os métodos e pressupostos principais utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos pela Montepio Seguros são os seguintes:

Caixa e seus equivalentes

Tendo em conta que se trata normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Empréstimos concedidos e contas a receber e devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações.

Tendo em conta que se trata normalmente de ativos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço. A avaliação destes ativos corresponde ao nível 3, de acordo com o IFRS 13.

Investimentos detidos até à maturidade e passivos subordinados

Os passivos subordinados estão contabilizados ao custo amortizado líquido de imparidade. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as taxas de juro de mercado ajustadas pelos fatores associados, predominantemente o risco de crédito e o risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respetivos.

Outros passivos e credores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações

Tendo em conta que se trata normalmente de ativos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

Os riscos financeiros são os que decorrem da gestão de ativos devido à volatilidade dos preços e envolvem a exposição aos valores das ações, obrigações ou outros títulos, das taxas de juro e das taxas de câmbio.

A avaliação destes passivos corresponde ao nível 3 na hierarquia de justo valor conforme previsto na IFRS 13.

8. Terrenos e edifícios

Os movimentos ocorridos, no exercício de 2021, na rubrica de terrenos e edifícios de uso próprio são analisados como segue:

	Saldo inicial	Aquisições/ Dotações	Abates/ Alienações	Regularizações/ Transferências	Reavaliações	Euros Saldo final
Imóveis de Serviço Próprio						
Terrenos e Edifícios	46 880 462	0	(24 426)	(58 565)	99 977	46 897 448
Amortizações Acumuladas						
Terrenos e Edifícios	(11 173 298)	(1 087 013)	-	918 992	(408 802)	(11 750 120)
Total	35 707 163	(1 087 012)	(24 426)	860 428	(308 825)	35 147 327

Os movimentos ocorridos, no exercício de 2020, na rubrica de terrenos e edifícios de uso próprio são analisados como segue:

	Euros				
	Saldo inicial	Aquisições/ Dotações	Abates/ Alienações	Regularizações/ Transferências	Saldo final
Imóveis de Serviço Próprio					
Terrenos e Edifícios	46 282 502	-	-	722 743	(124 784)
Amortizações Acumuladas					
Terrenos e Edifícios	(10 246 227)	(927 071)	-	-	(11 173 298)
Total	36 036 275	(927 071)	-	722 743	(124 784)

Os movimentos ocorridos, no exercício de 2021, na rubrica de propriedades de investimento são analisados como segue:

	Euros				
	Saldo inicial	Aquisições/ Dotações	Abates/ Alienações	Regularizações/ Transferências	Saldo final
Imóveis de Rendimento					
Terrenos e Edifícios	17 867 379	138 113	(451 205)	(79 707)	99 736
Total	17 867 379	138 113	(451 205)	(79 707)	99 736

Os movimentos ocorridos, no exercício de 2020, na rubrica de propriedades de investimento são analisados como segue:

	Euros				
	Saldo inicial	Aquisições/ Dotações	Abates/ Alienações	Regularizações/ Transferências	Saldo final
Imóveis de Rendimento					
Terrenos e Edifícios	17 019 532	351 176	-	268 581	228 090
Total	17 019 532	351 176	-	268 581	228 090

Em 31 de dezembro de 2021, os proveitos provenientes dos edifícios de rendimento totalizaram o montante de Euros 992.576 (2020: Euros 942.359).

A determinação do justo valor dos imóveis de rendimento é efetuada com base em avaliações fornecidas por peritos independentes, cumprindo todos os requisitos definidos pela ASF.

9. Outros ativos fixos

9.1. Ativos fixos tangíveis

Os movimentos ocorridos, no exercício de 2021, relativos a ativos fixos tangíveis são analisados como segue:

	Euros				
	Saldo inicial	Aquisições/ Dotações	Abates/ Alienações	Regularizações/ Transferências	Saldo final
Ativos Fixos Tangíveis (Exceto Terrenos e Edifícios)					
Equipamento administrativo	9 863 562	47 013	(2 983 651)	-	6 926 924
Máquinas e ferramentas	1 211 481	23 394	(124 662)	-	1 110 213
Equipamento informático	9 197 637	629 388	(2 884 527)	-	6 942 498
Instalações interiores	2 735 456	64 785	(29 251)	-	2 770 990
Equipamento de transporte	508 827	157 574	(59 221)	-	607 180
Ativos em locação financeira	-	-	-	-	-
Outras imobilizações corpóreas	70 545	1 830	(1 000)	-	71 375
Patrimônio artístico	701 208	-	-	58 322	759 530
Imobilizações em curso	672 254	246 829	-	(919 083)	-
	24 960 970	1 170 814	(6 082 312)	(860 761)	19 188 711
Amortizações Acumuladas					
Equipamento administrativo	(9 705 933)	(55 108)	2 983 650	-	(6 777 391)
Máquinas e ferramentas	(1 140 432)	(20 088)	124 662	-	(1 035 858)
Equipamento informático	(8 757 679)	(421 999)	2 883 434	-	(6 296 244)
Instalações interiores	(2 702 485)	(15 533)	29 251	-	(2 688 767)
Equipamento de transporte	(411 192)	(67 866)	59 221	-	(419 837)
Ativos em locação financeira	-	-	-	-	-
Outras imobilizações corpóreas	(60 670)	(3 895)	1 000	-	(63 565)
	(22 778 390)	(584 489)	6 081 218	-	(17 281 662)
Total	2 182 580	586 325	(1 094)	(860 761)	1 907 049

Os movimentos ocorridos, no exercício de 2020, relativos a ativos fixos tangíveis são analisados como segue:

	Euros				
	Saldo inicial	Aquisições/ Dotações	Abates/ Alienações	Regularizações/ Transferências	Saldo final
Ativos Fixos Tangíveis (Exceto Terrenos e Edifícios)					
Equipamento administrativo	9 860 088	5 114	-	(1 640)	9 863 562
Máquinas e ferramentas	1 189 598	34 963	(13 080)	-	1 211 481
Equipamento informático	9 752 786	221 122	(776 271)	-	9 197 637
Instalações interiores	2 735 456	-	-	-	2 735 456
Equipamento de transporte	510 857	111 419	(113 449)	-	508 827
Ativos em locação financeira	-	-	-	-	-
Outras imobilizações corpóreas	70 262	492	(209)	-	70 545
Patrimônio artístico	701 491	-	-	(283)	701 208
Imobilizações em curso	-	672 256	-	-	672 254
	24 820 539	1 045 366	(903 009)	(1 923)	24 960 970
Amortizações Acumuladas					
Equipamento administrativo	(9 657 062)	(50 514)	-	1 643	(9 705 933)
Máquinas e ferramentas	(1 138 602)	(14 809)	-	13 079	(1 140 432)
Equipamento informático	(9 229 132)	(304 818)	773 408	2 863	(8 757 679)
Instalações interiores	(2 688 339)	(14 146)	-	-	(2 702 485)
Equipamento de transporte	(469 765)	(50 417)	55 980	53 010	(411 192)
Ativos em locação financeira	-	-	-	-	-
Outras imobilizações corpóreas	(58 543)	(2 127)	-	-	(60 670)
	(23 241 442)	(436 931)	829 388	70 595	(22 778 390)
Total	1 579 096	608 435	(73 621)	68 672	2 182 580

9.2. Direito de uso e passivos de locações

O direito de uso e os passivos por locações registrados em 31 de dezembro de 2021 resultam da adoção da IFRS 16 a 1 de janeiro de 2020, sendo os valores destas rubricas nulos no período homólogo.

Classe de ativo	2021				
	Saldo inicial	Aquisições/ alterações	Depreciações	Saídas	Saldo final
Terrenos e edifícios	920 540	208 879	319 649	9 065	800 705
Viaturas	1 337 274	130 022	367 381	82 778	1 017 137
Total	2 257 814	338 901	687 030	91 843	1 817 842

Classe de ativo	2020				
	Saldo inicial	Aquisições/ alterações	Depreciações	Saídas	Saldo final
Terrenos e edifícios	1 520 366	106 841	547 470	159 197	920 540
Viaturas	704 682	1 086 305	453 713		1 337 274
Total	2 225 048	1 193 146	1 001 183	159 197	2 257 814

Classe de passivo	2021				
	Saldo inicial	Aquisições/ alterações	Rendas	Saldo final	Juro Exercício
Terrenos e edifícios	(943 124)	(208 879)	422 863	(765 403)	(36 263)
Viaturas	(1 344 883)	(130 022)	403 625	(1 114 631)	(43 351)
Total	(2 288 007)	(338 901)	826 488	(1 880 034)	(79 614)

Classe de passivo	2020				
	Saldo inicial	Aquisições/ alterações	Rendas	Saldo final	Juro Exercício
Terrenos e edifícios	(1 540 722)	(106 841)	754 575	(943 124)	(50 136)
Viaturas	(690 552)	(1 086 305)	462 848	(1 344 883)	(30 874)
Total	(2 231 274)	(1 193 146)	1 217 423	(2 288 007)	(81 010)

O Grupo aplicou a isenção prevista na IFRS 16, tendo registado os contratos de maturidade inferior a 12 meses e/ou valor do ativo subjacente de valor reduzido em gastos com alugueres.

10. Inventários

Durante 2020, parte das propriedades de investimentos que diziam respeito a propriedades detidas pelo Grupo no âmbito da atividade imobiliária das subsidiárias Sociedade Portuguesa de Administrações, S.A. e Empresa Gestora de Imóveis Rua do Prior foram reclassificadas para propriedades de uso próprio, decorrente do processo de harmonização contabilística. Durante o presente exercício, foi efetuada a reclassificação quanto às restantes propriedades, pelo que a 31 de dezembro de 2021, a rubrica diz respeito aos inventários da Lusitania Seguros.

Os movimentos ocorridos, no exercício de 2021, relativos a inventários são analisados como segue:

Euros					
	Saldo inicial	Aquisições/ Dotações	Abates/ Alienações	Regularizações/ Transferências	Saldo final
Inventários					
Propriedades de Investimentos	594 716	-	-	(594 714)	0
Outros	25 705	7 719	-	-	33 424
	<u>620 421</u>	<u>7 719</u>	<u>-</u>	<u>(594 714)</u>	<u>33 424</u>
Amortizações Acumuladas					
Propriedades de Investimentos	(595 118)	-	-	595 118	-
Outros	-	-	-	-	-
	<u>(595 118)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>595 118</u>	<u>-</u>
Total	25 303	7 719	-	404	33 424

Os movimentos ocorridos, no exercício de 2020, relativos a inventários são analisados como segue:

	Euros				
	Saldo inicial	Aquisições/ Dotações	Abates/ Alienações	Regularizações/ Transferências	Saldo final
Inventários					
Propriedades de Investimentos	1 594 167	-	-	(999 451)	594 715
Outros	34 345	-	(8 640)	-	25 705
	<u>1 628 511</u>	<u>-</u>	<u>(8 640)</u>	<u>(999 450)</u>	<u>620 420</u>
Amortizações Acumuladas					
Propriedades de Investimentos	(555 362)	(39 756)	-	-	(595 118)
Outros	-	-	-	-	-
	<u>(555 362)</u>	<u>(39 756)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(595 118)</u>
Total	1 073 150	(39 756)	(8 640)	(999 450)	25 303

11. Ativos intangíveis

A rubrica de ativos intangíveis e os respectivos movimentos ocorridos no exercício de 2021 é analisada como segue:

	Euros				
	Saldo inicial	Aquisições/ Dotações	Abates	Regularizações/ Transferências	Saldo final
Ativos Fixos Intangíveis					
Software	11 527 184	1 103 865	-	4 749 192	17 380 241
Outros ativos intangíveis	4 903 526	727	-	16 519	4 920 772
Ativos intangíveis em curso	7 322 771	329 278	(3 021 044)	(169 274)	4 461 731
Carteira de Seguros de Vida Finibanco	7 100 000	-	-	-	7 100 000
	<u>30 853 481</u>	<u>1 433 870</u>	<u>(3 021 044)</u>	<u>4 596 437</u>	<u>33 862 744</u>
Amortizações Acumuladas					
Software	(6 954 865)	(1 903 281)	-	(4 578 824)	(13 436 970)
Outros ativos intangíveis	(4 461 833)	(233 197)	-	-	(4 695 031)
Ativos intangíveis em curso	2 626	-	-	-	2 626
Carteira de Seguros de Vida Finibanco	(1 666 000)	(329 056)	-	-	(1 995 056)
	<u>(13 080 072)</u>	<u>(2 465 534)</u>	<u>-</u>	<u>(4 578 824)</u>	<u>(20 124 431)</u>
Total	17 773 409	(1 031 664)	(3 021 044)	17 613	13 738 313

A rubrica de ativos intangíveis e os respectivos movimentos ocorridos no exercício de 2020 é analisada como segue:

	Euros				
	Saldo inicial	Aquisições/ Dotações	Abates	Regularizações/ Transferências	Saldo final
Ativos Fixos Intangíveis					
Software	11 345 921	2 815	-	178 448	11 527 184
Outros ativos intangíveis	5 312 952	-	-	(409 426)	4 903 526
Ativos intangíveis em curso	6 560 787	709 457	-	52 527	7 322 771
Carteira de Seguros de Vida Finibanco	7 100 000	-	-	-	7 100 000
	<u>30 319 660</u>	<u>712 272</u>	<u>-</u>	<u>(178 451)</u>	<u>30 853 481</u>
Amortizações Acumuladas					
Software	(4 889 440)	(1 834 450)	-	(230 975)	(6 954 865)
Outros ativos intangíveis	(4 194 446)	(676 812)	-	409 426	(4 461 831)
Ativos intangíveis em curso	2 626	-	-	-	2 626
Carteira de Seguros de Vida Finibanco	(1 568 027)	(97 973)	-	-	(1 666 000)
	<u>(10 649 287)</u>	<u>(2 609 235)</u>	<u>-</u>	<u>178 451</u>	<u>(13 080 072)</u>
Total	19 670 373	(1 896 963)	-	-	17 773 409

O Grupo adquiriu através da Lusitania Vida à Finibanco Vida, uma carteira de seguros de vida associados ao crédito à habitação que foi avaliado em 26 de dezembro de 2016 por Euros 7.100.000. Este ativo foi registado como ativo intangível e foi registado pelo seu custo de aquisição estando sujeito a amortizações anuais em linha com os benefícios económicos futuros que originaram o custo de aquisição. Desta forma, anualmente está sujeito a um teste de imparidade.

O Grupo amortiza o valor da carteira durante a vida útil dos contratos (apólices) adquiridos, na proporção dos lucros futuros esperados. O valor remanescente do valor da carteira Finibanco Vida será amortizado como segue:

	Euros
Ano	Amortizações
2022	518 897
2023	487 635
2024	456 369
2025	425 753
2026	395 186
De 2027 a 2031	1 489 818
De 2032 a 2036	821 876
De 2037 a 2041	378 171
De 2042 a 2046	131 239
Total	5 104 944

Os ativos intangíveis em curso são, na sua grande maioria, referentes ao projeto de renovação e modernização da infraestrutura tecnológica da participada Lusitania Seguros, denominado Projeto Viriato. Durante o exercício de 2021 e considerando o âmbito inicial, definido em 2015, do projeto Viriato, o Conselho de Administração da participada iniciou um processo de revisão das opções estratégicas tomadas, nomeadamente no que respeita à escolha da solução tecnológica para substituição do atual sistema core da Lusitania Seguros. No seguimento desta análise, o Conselho de Administração da participada considerou que a escolha inicialmente feita como solução tecnológica alternativa para substituição do sistema core não responde, atualmente, de forma desejada, às novas necessidades operacionais.

Face à análise e consequente decisão tomada, no presente exercício houve lugar ao desreconhecimento dos montantes capitalizados na posição da demonstração financeira, relacionados com a aquisição e implementação da solução tecnológica inicialmente escolhida. O valor de *write-off* apurado foi de 3.021.044 euros.

12. Outros devedores por operações de seguro direto e outras operações

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os outros devedores por operações de seguros e outras operações apresentaram os seguintes valores:

	Euros	
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	2021	2020
Contas a receber por operações de seguro directo	23 186 418	26 972 176
Contas a receber por operações de resseguro	3 359 052	3 889 544
Contas a receber por outras operações	33 158 649	9 049 161
Valor Bruto	59 704 119	39 910 881
Imparidade	(4 278 955)	(5 172 404)
Total	55 425 163	34 738 477

A rubrica de Contas a receber por operações de seguro direto, líquida de imparidade, inclui (i) Euros 5.670.129 respeitantes a recibos à cobrança a 31 de dezembro de 2021 (Euros 11.254.750 em 2020), (ii) saldos a receber de mediadores no valor de Euros 3.394.341 (Euros 3.948.428 em 2020) e (iii) reembolsos de sinistros no montante de Euros 10.007.760 (Euros 8.975.197 em 2020).

Na rubrica de Outros devedores por outras operações encontra-se (i) registada a alienação, ocorrida nos últimos dias de 2021, de três títulos de rendimento fixo, no montante de Euros 23.501.130 cuja liquidação financeira ocorreu apenas no início do mês de janeiro de 2022; (ii) o saldo IDS, no montante de Euros 4.307.078 (Euros 4.058.795 em 2020) e (iii) as comissões de Gestão dos Fundos de Pensões no valor de Euros 2.127.797 (2020: Euros 1.591.030)

Os movimentos ocorridos no exercício relativamente a perdas por imparidade, são como segue:

	Euros			
	Saldo Inicial	Aumento/Red.	Utilização	Saldo Final
Devedores por operações de seguro direto	3 507 800	(771 852)	(119 593)	2 616 355
Devedores por operações de resseguro	709 483	-	-	709 483
Devedores por outras operações	955 121	(2 004)	-	953 118
Total	5 172 404	(773 855)	(119 593)	4 278 955

Os ajustamentos para créditos de cobrança duvidosa destinam-se a reduzir o montante dos saldos a receber, resultantes de operações de seguro direto, de resseguro ou outras, à exceção dos recibos por cobrar, ao seu valor provável de realização. Os ajustamentos de recibos por cobrar têm como objetivo fazer face a perdas resultantes da não cobrança destes ativos.

Inclui ainda os montantes recuperáveis, relativamente a montantes pagos pela ocorrência de sinistros.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de devedores por operações de seguro direto inclui os reembolsos de sinistros e são analisados como segue:

	Euros	
Reembolsos	2021	2020
- Em aberto com menos de 1 ano	1 941 948	2 211 717
- Em aberto com mais de 1 ano	872 212	702 492
Total	2 814 160	2 914 209

Os reembolsos de sinistros acima dizem respeito a entidades não congéneres.

13. Outros credores por operações de seguro direto e outras operações

Outros credores por operações de seguros e outras operações	2021	2020
Contas a pagar por operações de seguro direto	16 888 887	17 767 850
Contas a pagar por operações de resseguro	6 001 463	9 418 218
Contas a pagar por outras operações	4 544 621	3 964 167
Total	27 434 971	31 150 235

A rubrica Contas a pagar por operações de seguro direto inclui (i) Euros 1.781.436 (2020: Euros 2.570.672) respeitantes a estornos a pagar (ii) Euros 1.716.366 respeitantes a saldos a pagar de mediação (2020: Euros 2.122.332) onde se destaca o saldo com o mediador Caixa Económica Montepio Geral no valor de Euros 499.082 (2020: Euros 814.598), e (iii) Euros 13.390.769 (2020: Euros 12.769.127) referentes a prémios recebidos antecipadamente.

14. Acréscimos e diferimentos - Passivo

Indicação por natureza de acréscimo e diferimento, dos montantes reconhecidos no passivo:

	Euros	
	2021	2020
Receita processada antecipadamente	32 100	31 793
Remuneração de férias, subsídio de férias, outras remunerações e respectivos encargos	3 970 770	4 027 549
Outros acréscimos e diferimentos	2 708 790	3 509 674
Total	6 711 659	7 569 016

15. Provisões

Os movimentos ocorridos, no exercício de 2021, na rubrica de outras provisões são analisados como segue:

	Euros			
	Saldo Inicial	Aumento/Red.	Utilização	Saldo Final
Outras Provisões	10 603 400	213 658	(210 000)	10 607 058
Total	10 603 400	213 658	(210 000)	10 607 058

Durante o exercício de 2019, a participada Lusitania Seguros foi condenada pela Autoridade da Concorrência ao pagamento de uma coima no montante de 20.500.000 euros pela alegada participação num acordo restritivo da concorrência, tendo provisionado 50% do valor, adotando uma abordagem prudente perante os riscos envolvidos, mas não necessariamente concordante. O montante remanescente, ascendendo a 10.250.000 euros, representa um passivo contingente, que se encontra a ser devidamente monitorizado. Ver descrição deste passivo contingente na nota 32. Durante os anos de 2020 e de 2021, esta provisão não sofreu quaisquer alterações, mantendo a provisão do final de 2019. Em 2021 não existiram também desenvolvimentos processuais com apontamentos relevantes, sendo apenas de salientar que é expectativa do Conselho de Administração que o julgamento tenha o seu início durante o exercício de 2022.

16. Imposto sobre o rendimento

Os ativos e passivos por impostos diferidos são analisados como segue:

	Euros					
	Ativo		Passivo		Líquido	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Instrumentos financeiros e imóveis	5 444 834	5 702 380	20 171 268	34 732 710	(14 726 434)	(29 030 330)
Provisões	53 338	5 265	(53 998)	(60 314)	107 336	65 579
Benefícios a empregados	-	-	-	-	-	-
Prejuízos fiscais reportáveis	8 528 277	8 846 536	-	-	8 528 277	8 846 536
Outros	-	-	(225 099)	(233 233)	225 099	233 233
Imposto diferido ativo/(passivo) líquido	14 026 449	14 554 181	19 892 172	34 439 162	(5 865 723)	(19 884 981)

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são apresentados pelo seu valor líquido sempre que, nos termos da legislação aplicável, possam ser compensados ativos por impostos correntes com passivos por impostos correntes e sempre que os impostos diferidos estejam relacionados com o mesmo imposto. O cálculo do imposto diferido no final do exercício de 2021 foi apurado pelo Grupo com base na taxa nominal de IRC (21%), acrescida da Derrama Municipal (1,5%) e Derrama Estadual (3% taxa média), que se estima estarem em vigor à data da

reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas à data do balanço. No que respeita aos impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais, a taxa utilizada é apenas a taxa nominal de IRC (21%).

Os impostos diferidos ativos associados a reporte de prejuízos fiscais por ano de caducidade são analisados como segue:

Ano de caducidade	Euros	
	2021	2020
2024	610 249	928 508
2025	-	-
2028	1 560 280	1 560 280
2029	5 202 085	5 202 085
2030	1 155 664	1 155 664
Total	8 528 277	8 846 536

A eventual dedução de prejuízos fiscais reportáveis a efetuar em cada um dos períodos de tributação não pode exceder o montante correspondente a 70% do respetivo lucro tributável, ficando, porém, prejudicada a dedução de parte desses prejuízos que não tenham sido deduzidos, nas mesmas condições e até ao final do respetivo período de duração. Em 2021, estima-se que se venha deduzir o montante de 1 milhão e 728 mil Euros referente ao reporte de prejuízo fiscal por parte da participada Lusitania Seguros.

A avaliação da recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos está suportada no *business plan* do Grupo, para o período de 5 anos a findar em 2026. Dado os impostos resultantes dos prejuízos fiscais apurados ao nível da participada Lusitania Seguros nos exercícios de 2014, 2015 e 2016 terem uma caducidade de 14 anos, para o período compreendido entre o último ano de projeção do *business plan* e 2030 foi considerado um pressuposto de crescimento linear do resultado antes de imposto de 0.5% ao ano, de forma a possibilitar a projeção de todo o horizonte temporal disponível para recuperação dos impostos. Os pressupostos considerados revelam que os ativos por impostos diferidos são recuperáveis no horizonte temporal definido.

O montante de impostos diferidos e correntes reconhecidos nos resultados do exercício e nas reservas pode ser analisado como segue:

	Euros			
	2021		2020	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
Instrumentos financeiros e imóveis	295 662	14 222 277	283 596	(10 686 012)
Provisões	(178 134)	25 448	(253 126)	(265 070)
Benefícios de empregados	-	-	-	-
Prejuízos fiscais reportáveis	(318 259)	-	(212 200)	-
Outros	10 535	(26 587)	171 682	-
Imposto diferido	(190 196)	14 221 138	(10 048)	(10 951 082)
Impostos correntes	(1 853 884)	271 868	(2 581 718)	(266 066)
Total do imposto reconhecido	(2 044 080)	14 493 006	(2 591 766)	(11 217 148)

A reconciliação da taxa de imposto é analisada como segue:

	Euros			
	2021		2020	
	%	Valor	%	Valor
Resultado antes de impostos para reconciliação da taxa de imposto		5 758 412		9 407 620
Taxa de imposto	21,0		21,0	
Imposto apurado com base na taxa de imposto		(2 457 932)		(3 097 344)
Eliminação da dupla tributação - dividendos		25 500		25 500
Menos valias contabilísticas de acções		4 478		194 213
Tributações autónomas e outros impostos		(157 970)		(293 369)
Imparidades		-		-
Prejuízos fiscais não utilizados		38 422		312 615
Provisões e amortizações não aceites fiscalmente		(96 982)		(21 748)
Correcção de imposto de exercícios anteriores		44 601		53 000
Outros		555 803		235 367
Imposto sobre o rendimento do exercício		(2 044 080)		(2 591 766)

Os ativos e passivos por impostos correntes e taxas são analisados como segue:

	Euros			
	2021		2020	
	Ativos por impostos correntes	Passivos por impostos correntes	Ativos por impostos correntes	Passivos por impostos correntes
IRC - Impostos A recuperar/(A Pagar)	1 738 040	(232 993)	915 055	(134 268)
IRS - Retenções na Fonte	-	(1 145 133)	-	(1 178 359)
IVA - A recuperar/(A Pagar)	-	(162 715)	-	(37 238)
Imposto de Selo	-	(1 010 103)	-	(1 577 013)
SNBPC	-	(407 133)	-	(507 125)
INEM	-	(401 658)	-	(405 204)
ASF	-	(284 137)	-	(286 202)
FAT	-	(10 177 226)	-	(9 635 754)
FGA	-	(317 409)	-	(274 265)
Outros Impostos e Taxas	-	(37 894)	-	(38 898)
Segurança Social	-	(293 199)	-	(275 146)
Tributos Autarquias Locais	-	-	-	-
Total	1 738 040	(14 469 600)	915 055	(14 349 472)

17. Prêmios de contratos de seguro (seguro direto e resseguro aceite)

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a atividade da Grupo pode ser analisada como segue:

				Euros
2021				
Ramos / Grupos de ramos	Prêmios brutos emitidos	Prêmios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos	Custos com exploração brutos
SEGURO DIRETO E RESSEGURO ACEITE				
VIDA	67.087.743	67.087.742	26.387.277	10.951.606
ACIDENTES E DOENÇA	83.795.736	80.687.296	66.811.471	21.070.016
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	43.325.182	45.686.426	19.201.377	13.028.925
AUTOMÓVEL	-	-	-	-
- RESPONSABILIDADE CIVIL	54.857.689	54.931.495	44.162.421	15.860.169
- OUTRAS COBERTURAS	18.344.582	17.257.254	8.923.859	3.349.751
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	2.506.242	2.505.647	1.699.535	886.189
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	5.758.042	5.596.737	959.783	1.878.360
CRÉDITO E CAUÇÃO	258.246	290.966	34.903	71.287
PROTEÇÃO JURÍDICA	579.239	789.978	8.828	212.157
ASSISTÊNCIA	6.767.715	7.968.169	24.225	832.664
DIVERSOS	15	15	-	4
TOTAL	283.280.431	282.801.725	168.213.679	68.141.128

				Euros
2020				
Ramos / Grupos de ramos	Prêmios brutos emitidos	Prêmios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos	Custos com exploração brutos
SEGURO DIRETO E RESSEGURO ACEITE				
VIDA	45.831.361	45.831.361	20.626.215	11.061.709
ACIDENTES E DOENÇA	79.986.059	78.346.544	70.111.985	19.625.251
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	45.236.442	45.792.236	19.736.449	12.579.188
AUTOMÓVEL	-	-	-	-
- RESPONSABILIDADE CIVIL	57.127.328	57.999.878	45.410.603	17.536.038
- OUTRAS COBERTURAS	19.248.368	21.517.376	9.047.493	4.260.793
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	2.554.279	2.629.009	730.348	1.001.488
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	5.425.291	5.392.788	431.515	1.952.446
CRÉDITO E CAUÇÃO	279.505	278.673	42.201	63.470
PROTEÇÃO JURÍDICA	596.242	196.041	6.636	(69.289)
ASSISTÊNCIA	6.876.561	5.051.245	38.022	567.338
DIVERSOS	15	15	-	4
TOTAL	263.161.451	263.035.166	166.181.467	68.578.436

A produção das empresas de seguros apresentou um crescimento de 7,6%, em comparação com os valores consolidados do ano anterior, fixando-se em 283,2 milhões de Euros (2020: 263,1 milhões de Euros), sendo suportado essencialmente pelo aumento dos ramos de Vida e Acidentes e doença.

18. Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços

Esta rubrica inclui as comissões de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento no montante de Euros 2.995.161 (2020: Euros 2.749.280).

19. Rendimentos / réditos de investimentos e gastos financeiros

Os rendimentos de investimentos são apresentados como segue:

	Euros	
	2021	2020
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	7 106	7 104
Ativos financeiros disponíveis para venda	22 890 797	25 164 863
Ativos financeiros detidos até à maturidade	-	-
Depósitos à ordem e a prazo	5 104	7 889
Outros	1 600 509	1 521 786
Total	24 503 516	26 701 642

20. Ganhos e perdas realizados em investimentos

Os ganhos e perdas realizados por via da respetiva alienação e reajustamentos, por categoria de investimento, podem ser analisados como segue:

	Euros	
	2021	2020
Ativos disponíveis para venda	9 184 355	7 989 270
Investimentos a deter até à maturidade	165	9 187
Passivos financeiros valorizados a custo amortizado	(12 636 330)	(11 324 862)
Activos Financeiros classificados ao justo valor no reconhecimento inicial através deresultados	(446 796)	(124 530)
Outros	60 694	416 311
Total	(3 837 913)	(3 034 624)

21. Custos de financiamento

Os gastos financeiros são analisados como se segue:

	Euros	
	2021	2020
Gastos financeiros		
Juros suportados	4.629.643	4.832.773
Comissões	469.296	450.761
Outros custos	858.785	881.857
Total	5.957.724	6.165.391

A rubrica gastos financeiros inclui os custos diretos de financiamento, bem como os custos de financiamento imputados à função gestão de investimentos (Ver Nota 22).

Durante o exercício de 2021, o Grupo registou custos de financiamento no valor de Euros 4.462.751 (2020: Euros 4.574.520) relativamente às obrigações subordinadas, no montante global de 58,5 milhões de euros (ver nota 7.4 Outros Passivos financeiros). Encontra-se também registado nesta rubrica o montante de Euros 525.000, pago pela participada Lusitania Seguros a uma entidade especializada por serviços de intermediação financeira relacionados com a colocação da emissão obrigacionista, "Lusitania Reset Subordinated Notes 2021-2031", conforme divulgado na nota 7.4.

22. Gastos diversos por função e natureza

Os custos imputados às funções são analisados como segue:

Euros						
2021			2020			
	Conta técnica	Conta não técnica	Total	Conta técnica	Conta não técnica	Total
Custos com sinistros	14 197 296	-	14 197 296	13 896 378	-	13 896 378
Custos de aquisição	19 602 354	-	19 602 354	18 585 941	-	18 585 941
Custos administrativos	16 835 112	-	16 835 112	16 669 632	-	16 669 632
Custos gestão dos investimentos	4 878 792	12 133	4 890 925	4 859 110	170 825	5 029 935
Outros custos não imputados	-	5 988 748	5 988 748	-	4 838 805	4 838 805
Total	55 513 554	6 000 881	61 514 435	54 011 061	5 009 630	59 020 691

Os gastos por natureza são apresentados como segue:

Euros		
	2021	2020
Gastos com Pessoal	28 568 063	27 933 687
Fornecimentos e serviços externos:		
Trabalhos especializados	9 521 926	7 242 599
Rendas e Alugueros	4 972 493	4 541 671
Comunicações	1 430 714	1 526 252
Conservação e Reparação	878 046	1 399 545
Publicidade e Propaganda	1 505 129	1 414 932
Deslocações, estadas e despesas de representação	70 138	102 788
Impressos	-	10 395
Material de escritório	4 397	33 875
Quotizações	196 049	247 583
Custos com cobrança de prémios	585 908	544 460
Seguros	580 152	263 788
Contencioso e Notariado	269	65 360
Eletricidade	218 693	273 160
Limpeza, higiene e conforto	278 144	335 929
Vigilância e segurança	258 107	258 560
Outros	1 066 249	1 017 730
	21 566 412	19 278 627
Impostos e taxas	2 267 661	2 408 654
Amortizações do exercício:		
Ativos Intangíveis	2 465 535	2 609 235
Ativos tangíveis:	-	-
Terrenos e Edifícios de uso próprio	1 087 012	927 071
Terrenos e Edifícios de rendimento	-	8 126
Outros ativos tangíveis	1 271 519	1 438 113
Inventários	-	39 756
	4 824 066	5 022 301
Juros Suportados	3 564 154	3 707 876
Comissões	724 080	669 546
Total	61 514 436	59 020 691

23. Gastos com pessoal

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o Grupo tinha o seguinte número de colaboradores pelas seguintes categorias profissionais:

Categoria	2021	2020
Diretor	27	30
Gestor Técnico	36	34
Gestor Operacional	21	21
Gestor Comercial	7	8
Técnico	119	118
Coordenador Operacional	76	78
Especialista Operacional	265	265
Assistente Operacional	20	26
Auxiliar Geral	13	13
Estagiário	3	3
TOTAL	587	596

Os custos com pessoal são analisados como segue:

	Euros	
	2021	2020
Remunerações		
- dos órgãos sociais	2 792 735	2 631 549
- do pessoal	18 714 006	18 292 985
Encargos sobre remunerações	4 872 584	4 745 348
Benefícios pós-emprego	-	-
- Planos de contribuição definida	119 189	400 571
- Planos de benefícios definidos	171 663	154 257
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	-	-
Benefícios de cessação de emprego	346 017	303 729
Seguros obrigatórios	588 875	538 953
Gastos de ação social	665 169	620 266
Outros gastos com pessoal	297 826	246 030
Total	28 568 063	27 933 687

24. Obrigações com benefícios dos empregados

Conforme referido nas políticas contabilísticas, o Grupo assumiu o compromisso de conceder pensões de reforma e invalidez a todos os seus trabalhadores, nos termos (i) do plano de pensões estabelecido no CCT para o setor segurador, (ii) do plano de pensões estabelecido para os membros do Conselho de Administração das subsidiárias do setor segurador e, (iii) plano de pensões estabelecido para os trabalhadores da Futuro.

Em resultado da alteração ao Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões Lusitania, e para os participantes do Fundo, em 31 de dezembro de 2011, que aderiram ao novo CCT, o valor integralmente financiado das responsabilidades por serviços passados naquela data, foi convertido num plano de contribuição definida única, que integra atualmente o referido Fundo.

Relativamente a este valor, foi concedida garantia de capital pela entidade gestora do Fundo de Pensões Lusitania. As responsabilidades do Grupo relativas ao plano de benefícios dos Administradores e Pensionistas estão financiadas através de fundos de pensões.

Os principais pressupostos considerados no cálculo do valor atual das responsabilidades, para 31 de dezembro de 2021 e 2020, são os seguintes:

Pressupostos Demográficos	2021	2020
Tábua de Mortalidade	TV 88/90 / GKF 95	TV 88/90 / GKF 95
Tábua de Invalidez	Suisse Re 2001	Suisse Re 2001
Percentagem de Pré-Reformas previsíveis	0%	0%
Idade Normal de Reforma (INR)	ver Quadro 1	ver Quadro 1
Pressupostos Financeiros	2021	2020
Taxa Técnica de Desconto	0,68% - 1,47%	0,35% - 1,3%
Taxa de Rendimento do Fundo	0,68% - 1,47%	0,35% - 1,3%
Taxa de Crescimento Salarial	2,00%	2,00%
Taxa de Revalorização Salarial (Seg. Social)	0%	0%
Taxa de Crescimento das Pensões	1,00%	1,00%

Quadro 1				
Data de nascimento		Idade	Normal	de
Desde	Até			
	31/01/1959			66
01/02/1959	31/01/1970			67
01/02/1970	31/01/1981			68
01/02/1981	31/01/1992			69
01/02/1992				70

Os pressupostos acima referidos são determinados para cada entidade incluída no perímetro do Grupo. A média das responsabilidades ascende a 10 anos.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o número de participantes abrangidos pelos planos de benefícios definidos é analisado como segue:

	2021	2020
Ativos	57	56
Reformados	63	65
Pré-reformados	-	-
TOTAL	120	121

Os ativos e responsabilidades reconhecidos em balanço são analisados como segue:

	Euros	
	2021	2020
Ativos / (responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço		
Responsabilidades em 31 de Dezembro		
Pensionistas	(2 089 498)	(2 317 614)
Ativos	(4 370 613)	(4 456 882)
	(6 460 111)	(6 774 496)
Saldo do fundo em 31 de Dezembro	6 577 627	6 810 945
Ativos/ (responsabilidades) líquidas em balanço em 31 de Dezembro	117 516	36 449

No final de 2021 e de 2020, a evolução das responsabilidades é analisada como segue:

	2021	2020
Responsabilidades em 1 de Janeiro	6 774 493	6 667 256
Custo do serviço corrente	163 196	148 652
Custo dos juros	65 293	64 998
(Ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades	(100 505)	347 331
Liquidação do benefício CCT	(218 364)	(226 594)
Benefícios pagos	(224 006)	(227 150)
Responsabilidades serviços passados Sinapsa	-	-
Pré-reformas	-	-
Outros Pagamentos	-	-
Responsabilidades em 31 de Dezembro	6 460 107	6 774 493

A evolução dos ativos dos fundos de pensões, que financiam planos de benefícios definidos, nos exercícios de 2021 e 2020 pode ser analisada como segue:

	2021	2020
Saldo do fundo em 1 de Janeiro	6 810 945	6 610 334
Rendimento esperado	70 008	72 803
Ganhos e (perdas) actuariais	41 392	137 469
Transferências	-	-
Contribuições	-	217 489
Benefícios pagos	(224 006)	(227 150)
Saldo do fundo em 31 de Dezembro	6 698 339	6 810 945

Os ganhos e perdas atuariais em 2021 e 2020 são apresentados como segue:

	2021	2020
Desvios reconhecidos nas reservas em 1 de Janeiro	(1 421 994)	(1 212 133)
Ganhos e (perdas) actuariais		
- nas responsabilidades	100 506	(347 330)
- nos activos do plano	41 392	137 469
Desvios reconhecidos nas reservas em 31 de Dezembro	(1 280 096)	(1 421 994)

Os ativos e passivos líquidos são analisados como segue:

	2021	2020
Ativos/ (Passivos) a receber ou entregar em 1 de Janeiro	(74 089)	(167 464)
Ganhos e (perdas) actuarias das responsabilidades	100 506	(347 330)
Ganhos e (perdas) actuariais dos fundos	41 392	137 469
Encargos do ano:		
- Custo do serviço corrente	(163 196)	(148 652)
- Custo/(proveito) dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilidades	4 715	7 805
Responsabilidades serviços passados Sinapsa	-	-
Liquidação do benefício do CCT	208 188	226 594
Contribuições	-	217 489
Pré-reformas	-	-
Ativos/ (Passivos) a receber ou entregar em 31 de Dezembro	117 516	(74 089)

O custo do exercício com benefícios pós emprego pode ser analisado como segue:

	2021	2020
Custo do serviço corrente	163 196	148 652
Custo/(proveito) dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilidades	(4 715)	(7 805)
Responsabilidades serviços passados Sinapsa	-	-
Pré-reformas	-	-
Custos do exercício	158 481	140 847

Os ativos dos fundos de pensões podem ser analisados como segue:

	2021	2020
Ações e outros títulos de rendimento variável	1 862 860	1 802 993
Títulos de rendimento fixo	6 353 796	6 475 157
Depósitos em instituições de crédito e Devedores do fundo	393 287	550 577
	8 609 943	8 828 727

Os ativos dos fundos de pensões acima evidenciados incluem uma quota-parte relativa ao plano de contribuição definida da Lusitania que ascende a Euros 1.911.600 (2020: Euros 2.017.780).

De referir que a composição da carteira de investimentos do fundo não inclui ativos do Grupo.

A análise de sensibilidade à variação de pressupostos, nos termos do disposto da IAS 19, com referência a 31 de dezembro de 2021 e 2020, é a seguinte:

	2021		2020	
	Impacto das alterações dos pressupostos financeiros		Impacto das alterações dos pressupostos financeiros	
	-0,25% Euros	+0,25% Euros	-0,25% Euros	+0,25% Euros
Taxa de desconto	245.094	(230.573)	255.059	(239.710)
Taxa de crescimento dos salários	(88.678)	92.030	(90.019)	93.264
Taxa de crescimento das pensões	(140.601)	145.595	(147.646)	153.057
Taxa de crescimento das pensões da segurança social	-	-	-	-
	Impacto das alterações de pressupostos demográficos		Impacto das alterações de pressupostos demográficos	
	-1 ano Euros	+1 ano Euros	-1 ano Euros	+1 ano Euros
Alteração da tábua de mortalidade	294.491	(298.819)	305.922	(299.636)

Plano Individual de Reforma (PIR)

Foi constituído junto da Lusitania Vida uma apólice de seguro de grupo, denominado Plano Individual de Reforma, para garantir o estipulado no contrato coletivo de trabalho, para a atividade seguradora, publicado no BTE nº 2, de 15 de janeiro de 2012. No exercício de 2021, o montante das contribuições efetuadas ascendeu a Euros 371.781 (2020: Euros 354.496).

O valor da quota-parte do Fundo de Pensões Lusitania relativa ao Plano de Contribuição Definida, que ascende a Euros 1.911.600, e inclui, com referência a 31 de dezembro de 2021, 335 participantes ativos.

Sinapsa

Como resultado de uma ação interposta pelo SINAPSA-Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros e Afins, que contestava a caducidade do Contrato Coletivo de Trabalho anterior, o Supremo Tribunal de Justiça confirmou a decisão de primeira instância, indeferindo assim o recurso apresentado pela APS-Associação Portuguesa de Seguradores. Esta decisão implica a manutenção do anterior contrato aos associados do SINAPSA, que exerceram a opção pelo novo contrato, a mesma deixou de ser válida, pelo que se deve manter a aplicação do Contrato Coletivo de Trabalho de 2008.

Com base na decisão do tribunal a Montepio Seguros procede ao reconhecimento da responsabilidade relativa aos trabalhadores associados da SINAPSA de acordo com o Contrato Coletivo de Trabalho de 2008.

25. Outros rendimentos e gastos técnicos, líquidos de resseguro

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os outros rendimentos e gastos técnicos são analisados como segue:

	Euros	
	2021	2020
Reavaliação de imóveis de rendimento	-	-
Outros rendimentos / gastos técnicos	1 088 748	1 198 368
Total	1 088 748	1 198 368

26. Outros rendimentos e gastos

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os outros rendimentos e gastos não técnicos são analisados como segue:

	Euros	
	2021	2020
Ofertas a Clientes	-	-
Despesas confidenciais	-	-
Prestação de serviços da atividade de fundos de pensões	3 876 146	3 366 635
Outros rendimentos/gastos	(2 969 523)	(865 350)
Total	906 623	2 501 285

Conforme divulgado na nota 11, em 2021 existiu lugar ao *write-off* do valor de 3.021.044 euros, relacionado com a aquisição e implementação do sistema técnico da participada Lusitania. Este desreconhecimento vem no seguimento da decisão estratégica tomada pelo Conselho de Administração da participada de descontinuar a opção feita inicialmente e avançar com uma solução mais recente e com uma maior capacidade de resposta às novas necessidades da Companhia.

27. Capital

Em 27 de dezembro de 2013, a Montepio Seguros foi constituída com o capital social de Euros 72.500.000 representado por 72.500.000 ações de valor nominal de 1 euro cada. O capital social foi realizado em espécie e em dinheiro no montante de Euros 72.499.996 e Euros 4, respetivamente.

Na mesma data, foi efetuado um aumento de capital no montante de Euros 65.250.000 representado por 65.250.000 ações de valor nominal de 1 euros cada. O capital social foi realizado, integralmente, em espécie.

O capital da Montepio Seguros, S.G.P.S. S.A., de Euros 137.750.000, representado por 137.750.000 ações de valor nominal Euros 1 cada, encontra-se integralmente subscrito e realizado.

Os acionistas da Montepio Seguros são como segue:

ACIONISTA	Quant. Ações	Capital Subscrição	Quant. Votos	% CAPITAL
Montepio Geral - Associação Mutualista	123 286 250	123 286 250	123 286 250	89,5%
Lusitania, Companhia de Seguros, SA	11 571 000	11 571 000	11 571 000	8,4%
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, SA	2 892 750	2 892 750	2 892 750	2,1%

Em 30 de dezembro de 2015, o MGAM adquiriu à CEMG 33,65% da participação na Montepio Seguros pelo preço de Euros 65.100.000, que inclui Euros 18.750.000 de prestações acessórias anteriormente efetuadas pela CEMG a esta entidade.

Em 28 de Dezembro de 2016, o MGAM adquiriu à Futuro, 3,26% da participação na Montepio Seguros pelo preço de Euros 1.489.824.

Em dezembro de 2019, a Lusitania, Companhia de Seguros, adquiriu a totalidade do capital social da N Seguros, que era detido a 100% pela Montepio Seguros, SGPS, S.A. com efeitos contabilísticos e fiscais em 31 de dezembro de 2019.

Outros instrumentos de capital

Em 31 de dezembro de 2014, os outros instrumentos de capital são relativos a prestações acessórias concedidas pelos Acionistas MGAM e CEMG, nos montantes de Euros 61.750.001 e Euros 18.750.000, respetivamente.

Em 11 de Setembro de 2015, o MGAM concedeu prestações suplementares de capital de natureza pecuniária à Montepio Seguros, no montante de Euros 55.000.000.

Como atrás referido, em 30 de dezembro de 2015, as prestações acessórias anteriormente efetuadas pela CEMG passaram para o MGAM.

Em 2018, decorreu um reforço de prestações acessórias sob a forma de prestações suplementares de capital na Montepio Seguros, concedidas pelo MGAM, no montante de 20 milhões de euros em maio e de 15 milhões de euros em dezembro.

Em 2019, a Montepio Seguros, SGPS, S.A., efetuou novos reforços de capital à Lusitania, através de prestações suplementares, no valor de 30 milhões de euros.

28. Reservas

a) Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

A reserva de reavaliação é analisada como segue:

	Euros	
	2021	2020
Custo amortizado de investimentos disponíveis para venda (incluindo juro corrido)	1.321.397.888	1.145.046.135
Imparidade	(7.461.459)	(7.861.925)
Custo amortizado de investimentos disponíveis para venda líquido de imparidade	1.313.936.429	1.137.184.210
Justo valor de investimentos disponíveis para venda	1.406.508.411	1.290.758.398
Reserva de justo valor de investimentos disponíveis para venda	92.571.982	153.574.188
Reserva de justo valor de títulos reclassificados para investimentos a deter até à maturidade	-	-
Reserva de justo valor	92.571.982	153.574.188
Participação nos resultados a atribuir ("shadow")	(13.470.440)	(18.837.901)
Reserva por Impostos diferidos e correntes	(21.359.566)	(36.091.725)
Reserva de revalorização de outros ativos	382.259	(122.349)
Reserva de reavaliação (líquida de impostos)	58.124.235	98.522.213
Reserva de reavaliação de interesses que não controlam (líquida de impostos)	(411.426)	(607.608)
Reserva de reavaliação atribuível (líquida de impostos)	57.712.810	97.914.605

b) Reservas por impostos diferidos e correntes

A reserva por impostos diferidos corresponde aos movimentos de impostos resultantes de diferenças temporárias reconhecidas no capital próprio, determinadas de acordo com os critérios descritos nas políticas contabilísticas. Adicionalmente, de acordo com a legislação fiscal em vigor, tendo em conta que os ganhos/(perdas) não realizados relativos a ativos financeiros afetos a carteiras com participação nos resultados

discricionária são tributáveis, o imposto corrente associado a estas variações de justo valor é igualmente reconhecido nesta reserva.

c) Outras Reservas

Nesta rubrica estão registadas as Reservas, as quais resultam de resultados apropriados, não necessários para dotar a reserva legal nem para cobrir prejuízos transitados e não distribuídos aos acionistas.

29. Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário (resultado líquido do exercício, após dedução dos dividendos preferenciais) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pelo Grupo.

	2021	2020
Resultado líquido atribuível aos acionistas (euros)	3 394 025	6 475 043
Número médio ponderado das ações em circulação (unidades)	137 750 000	137 750 000
Resultado por ação (euros)	0,02	0,05

30. Partes relacionadas

Conforme definido na IAS 24, são consideradas partes relacionadas da Montepio Seguros as (i) empresas subsidiárias; (ii) as empresas subsidiárias e associadas da Montepio Geral Associação Mutualista; (iii) os membros do Conselho de Administração e dos elementos-chave de gestão; e, (iv) fundo de pensões. São considerados elementos-chave de gestão os diretores de primeira linha. Para além dos membros do Conselho de Administração e dos elementos-chave de gestão são igualmente consideradas partes relacionadas as pessoas que lhes são próximas e entidades por eles controladas ou cuja gestão exercem influência significativa.

As operações financeiras e económicas entre as partes relacionadas podem ser analisadas como segue:

	2021				Euros
	Caixa Económica Montepio Geral	Montepio Geral Associação Mutualista	Bolsimo - Gestão de Activos, S.A.	Outros	Total
Caixa e seus equivalentes	9 813 403	-	-	-	9 813 403
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-
Ativos disponíveis para venda	-	-	1 561 104	4 589	1 565 693
Empréstimos e contas a receber	14 000 000	-	-	-	14 000 000
Outros devedores	-	7 633	-	12 754	20 387
Total do Ativo	23 813 403	7 633	1 561 104	17 343	25 399 483
Passivos subordinados	2 500 000	23 500 000	-	-	26 000 000
Outros credores	1 202 793	-	-	737 618	1 940 411
Total do Passivo	3 702 793	23 500 000	-	737 618	27 940 411
Rendimentos e outros proveitos	4 465 000	327 000	41 000	42 976	4 875 976
Custos aquisição	-	-	-	-	-
Outros custos	14 036 614	3 462 226	14 000	2 407 389	19 920 230
Total de Ganhos e Perdas	(9 571 614)	(3 135 226)	27 000	(2 364 413)	(15 044 254)

Euros

	2020				
	Caixa Económica Montepio Geral	Montepio Geral Associação Mutualista	Bolsimo - Gestão de Activos, S.A.	Outros	Total
Caixa e seus equivalentes	4 701 483	-	-	-	4 701 483
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-
Ativos disponíveis para venda	-	-	1 254 307	4 589	1 258 896
Empréstimos e contas a receber	8 507 000	-	-	-	8 507 000
Outros devedores	-	7 633	-	13 185	20 818
Total do Ativo	13 208 483	7 633	1 254 307	17 774	14 488 197
Passivos subordinados	2 500 000	38 500 000	-	-	41 000 000
Outros credores	1 505 452	-	-	269 460	1 774 912
Total do Passivo	4 005 452	38 500 000	-	269 460	42 774 912
Rendimentos e outros proveitos	3 749 115	233 000	48 000	42 045	4 072 160
Custos aquisição	-	-	-	-	-
Outros custos	13 629 434	3 498 801	21 000	1 287 378	18 436 613
Total de Ganhos e Perdas	(9 880 319)	(3 265 801)	27 000	(1 245 333)	(14 364 453)

Os Órgãos Sociais da Montepio Seguros SGPS, SA, com responsabilidades de gestão não auferem qualquer tipo de remuneração. As remunerações e encargos do Conselho de Administração e outro pessoal chave da gestão referem-se a retribuições pagas pelas empresas participadas e são analisadas como segue:

2021

Euros

	Conselho de Administração	Outro pessoal chave da gestão	Total
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	1.590.195	25.645	1.615.840
Total	1.590.195	25.645	1.615.840

Os honorários faturados ao Grupo pelos Revisores Oficiais de Contas são detalhados como segue:

	Euros	
	2021	2020
Revisão Legal das Contas	269 112	260 387
Outros Serviços de garantia de fiabilidade	43 000	39 000
Auditoria aos fundos de pensões geridos pelo Grupo	85 950	95 000
Total	398 062	394 387

31. Compromissos

Com a entrada em vigor da norma contabilística IFRS 16 a 1 de janeiro de 2019, passou a ser reconhecido no balanço uma posição de ativo e passivo que representa o valor destes compromissos. À medida que os contratos se aproximam da sua maturidade, o valor dos ativos e passivos vai reduzindo, havendo também lugar ao pagamento de juros a uma taxa de desconto pré-definida para cada caso, que representa o gasto de financiamento implícito em cada uma das operações. Podemos ver estas posições de balanço na nota 9.2.

32. Passivos contingentes

Processo da Autoridade da Concorrência

Na sequência de uma investigação pela Autoridade da Concorrência (AdC), a participada Lusitania Seguros foi visada num processo por violação das regras de concorrência previstas na Lei n.º 19/2012 (artigo 9º). Nesse processo foi emitida, em 21 de agosto de 2018, uma Nota de Ilícitude, à qual foi apresentada uma resposta de defesa no dia 26 de fevereiro de 2019.

Apesar dos argumentos apresentados, a decisão final da AdC no processo, em 31 de julho de 2020, determinou a aplicação de uma coima à Lusitania de 20,5 milhões de euros, bem como a três quadros seus, a título individual. A decisão final determinou ainda, a título de sanção acessória, a publicação de extrato da decisão final, na II.ª série do Diário da República e num jornal de expansão nacional.

Considerando a falta de fundamento dos factos imputados à Lusitania e a aludida qualificação de um ilícito, o recurso de impugnação judicial da decisão final foi interposto no prazo legalmente previsto para o efeito, a 12 de setembro de 2019, com pedido de suspensão do pagamento da coima, aguardando-se que o Tribunal de Concorrência, Regulação e Supervisão (TCRS) dê seguimento aos autos do processo. Desta forma a Lusitania terá de novo a possibilidade de invocar os seus argumentos.

Durante o ano de 2020, não se registaram diligências processuais que envolvam a alteração da fase do processo (aguarda marcação de julgamento), sendo que, ao nível de tramitação processual, o facto materialmente relevante e que merece destaque prende-se com a circunstância do Tribunal ter proferido despacho que julgou validamente prestadas as cauções e atribuiu o efeito suspensivo ao recurso. Inicialmente, a Lusitania apresentou a caução sob a forma de Garantia Bancária, tendo solicitado posteriormente a sua substituição por um Seguro de Caução, pedido que foi atendido pelo Tribunal no dia 21 de janeiro de 2021.

Salienta-se que, neste momento, é provável que o início do julgamento seja agendado, ainda, no decurso do ano de 2022, mas sem certeza de que tal aconteça.

Em face da avaliação que o Conselho de Administração do Grupo faz sobre este processo, considera-se que as probabilidades de, em recurso, o TCRS vir a reduzir esta sanção, são muito elevadas. Os dois aspetos mais relevantes em suporte desta avaliação, neste contexto, são a fundamentação da coima ser claramente deficiente e o montante face à moldura legalmente aplicável, ser manifestamente excessivo e desproporcionado, tendo em conta os factos de que a Lusitania é acusada e a prova existente.

Não obstante, adotando-se uma abordagem prudente perante os riscos envolvidos, foi constituída uma provisão relativa a este processo, no valor de 10,25 milhões de euros. O montante remanescente, ascendendo a 10,25 milhões de euros, representa um passivo contingente, que se encontra a ser devidamente monitorizado.

As responsabilidades com garantias bancárias ativas em 2021 ascendiam a 45.600 euros, para garantir o pontual cumprimento da Lusitania, na qualidade de arrendatária das obrigações decorrentes do contrato de arrendamento para fins não habitacionais celebrado em 8 de agosto de 2018. Em 2020 foi constituída uma garantia bancária de 10,25 milhões de euros, para garantir o cumprimento do processo instaurado em 2019 pela AdC. Após o despacho favorável do TCRS, em 21 de janeiro de 2021, para a substituição da garantia bancária por um seguro de caução, foi cancelada a referida garantia no dia 26 de fevereiro de 2021.

Na sequência da aquisição da Real Seguros em 2009, o Grupo encontra-se a acompanhar e monitorar a evolução do seguinte processo/passivo contingente:

Processo SMN

A Real Seguros celebrou com o Fundo de Capital de Risco para Investidores Qualificados do Banco Efisa – Dinamização e Competitividade Empresarial (Fundo), um contrato através do qual o Fundo detinha uma opção de venda à Real Seguros de 8.073 ações da SMN – Serviços Médicos Noturnos, SA (SMN), exercível entre 31

de março de 2008 e 31 de maio de 2009, por um preço a ser determinado por uma entidade escolhida por mútuo acordo. Em função da inexistência, na altura, de valor económico para a SMN, é convicção da Administração da Companhia que o desenvolvimento deste processo não implicará o registo de gastos significativos para a Lusitania.

33. Fundos de pensões sob gestão do Grupo

O Grupo, através da Lusitania Vida e da Futuro, exerce a atividade de gestão de fundos de pensões. Os ativos sob gestão com referência a 31 de dezembro de 2021 e 2020 são analisados como segue:

	Euros	
	2021	2020
Fundos abertos	620 896 447	521 711 930
Fundos fechados	1 340 270 676	1 337 205 763
Total	1 961 167 123	1 858 917 693

34. Eventos subsequentes

À data da elaboração do presente Relatório, está em desenvolvimento a invasão da Federação Russa à Ucrânia, tendo sido decretado um conjunto de medidas sancionatórias sem precedentes das principais organizações à Rússia. O escalar da violência e a reação nos mercados financeiros, bem como a crise nos mercados de *commodities*, aliada à antecipação pelo mercado do movimento de subida das taxas de juro e dos níveis de inflação, determinaram uma reação muito negativa nos mercados acionistas e obrigacionistas no mês de março de 2022. Por conseguinte, vive-se um momento de enorme incerteza quanto à evolução da guerra na Ucrânia e aos impactos económicos e financeiros na Europa e no Mundo, com fortes repercussões na economia portuguesa.

A 31 de dezembro de 2021, o Grupo detinha instrumentos financeiros relativos a duas empresas Russas, por via da detenção de títulos de dívida emitidos por estas. O montante destas exposições ascendia a 19.071M€. Na data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas, a 23 de maio de 2022, cerca de três meses após o início da guerra e após a aplicação de várias medidas sancionatórias por parte dos países do ocidente à Rússia, o justo valor destas exposições ascendia a 5.260M€, representando uma perda de valor de 72% face à data de encerramento de contas.

No início de 2022, com a instabilidade dos mercados financeiros, subida do preço das matérias-primas e, com forte impacto, da situação de guerra na Europa, o valor dos ativos do Grupo sofreu uma forte contração, originando a descida dos fundos próprios consolidados de solvência, implicando um potencial incumprimento do rácio de cobertura do requisito de capital de solvência consolidado, a partir de 7 de fevereiro de 2022, o qual teve origem, essencialmente, na participada Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.. Cumprido com o estabelecido no nº 1 do artigo 306ª do Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora, o Grupo, por via da participada, encontra-se a desenvolver as medidas necessárias para a recuperação da situação, conforme previsto nos números 2 e 3 do mesmo artigo.

O acionista último do Grupo, o Montepio Geral - Associação Mutualista, no âmbito dos trabalhos de racionalização, simplificação e eliminação de gastos no Grupo Montepio decidiu, em 2021, a liquidação da Montepio Seguros S.G.P.S., S.A. Assim, conforme referido no Relatório e Contas de 2021 do MGAM, esta operação de dissolução e liquidação está em estudo para avaliação dos impactos nas várias entidades.

35. Impacto da adoção de novas normas, alterações às normas que se tornaram efetivas para os períodos anuais que se iniciaram em 1 de janeiro de 2021:

- a) **IFRS 16** (alteração), 'Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19'. Esta alteração introduz um expediente prático para os locatários (mas não para os locadores), que os isenta de avaliar se as bonificações atribuídas pelos locadores no âmbito da COVID-19, qualificam como "modificações" quando estejam cumpridos cumulativamente três critérios: i) a alteração nos pagamentos de locação resulta numa retribuição revista para a locação que é substancialmente igual, ou inferior, à retribuição imediatamente anterior à alteração; ii) qualquer redução dos pagamentos de locação apenas afeta pagamentos devidos em, ou até 30 de junho de 2021; e iii) não existem alterações significativas a outros termos e condições da locação. Os locatários que optem pela aplicação desta isenção, contabilizam a alteração aos pagamentos das rendas, como rendas variáveis de locação no(s) período(s) no(s) qual(ais) o evento ou condição que aciona a redução de pagamento ocorre. Esta alteração é aplicada retrospectivamente com os impactos refletidos como um ajustamento nos resultados transitados (ou noutra componente de capital próprio, conforme apropriado) no início do período de relato anual em que o locatário aplica a alteração pela primeira vez

Esta alteração não produziu impactos nas demonstrações financeiras do Grupo.

- b) **IFRS 4** (alteração), 'Contratos de seguro – diferimento da aplicação da IFRS 9'. Esta alteração refere-se às consequências contabilísticas temporárias que resultam da diferença entre a data de entrada em vigor da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e da futura IFRS 17 – Contratos de Seguro. Em especial, a alteração efetuada à IFRS 4 adia até 2023 a data de expiração da isenção temporária da aplicação da IFRS 9 a fim de alinhar a data efetiva desta última com a da nova IFRS 17.

Esta alteração produziu impactos nas demonstrações financeiras do Grupo.

- c) **IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16** (alterações) 'Reforma das taxas de juro de referência - fase 2. Estas alterações tratam de questões que surgem durante a reforma de uma taxa de juro de referência, incluindo a substituição de uma taxa de juro de referência por outra alternativa, permitindo a adoção de isenções como: i) alterações na designação e documentação de cobertura; ii) valores acumulados na reserva de cobertura de fluxo de caixa; iii) avaliação retrospectiva da eficácia de uma relação de cobertura no âmbito da IAS 39; iv) alterações nas relações de cobertura para grupos de itens; v) presunção de que uma taxa de juro de referência alternativa, designada como uma componente de risco não especificada contratualmente, é identificável separadamente e qualifica como um risco coberto; e vi) atualizar a taxa de juro efetiva, sem reconhecer ganho ou perda, para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado com variações nos fluxos de caixa contratuais em consequência da reforma da IBOR, incluindo locações que são indexadas a uma IBOR.

Esta alteração não produziu impactos nas demonstrações financeiras do Grupo.

35.2. Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021, já endossadas pela União Europeia:

- a) **IAS 16** (alteração) 'Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Alteração do tratamento contabilístico dado à contraprestação obtida com a venda de produtos que resultam da produção em fase de teste dos ativos fixos tangíveis, proibindo a sua dedução ao custo de aquisição dos ativos. Esta alteração é de aplicação retrospectiva, sem reexpressão dos comparativos.

Estima-se que esta alteração não produza impactos significativos nas demonstrações financeiras do Grupo.

- b) **IAS 37** (alteração) 'Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Esta alteração especifica que na avaliação sobre se um contrato é ou não oneroso, apenas podem ser considerados os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato, como os custos incrementais relacionados com mão-de-obra direta e materiais e a alocação de outros gastos diretamente relacionados como a alocação dos gastos de depreciação dos ativos tangíveis utilizados para realizar o contrato. Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada, ainda incluam obrigações contratuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo. Estima-se que esta alteração não produza impactos nas demonstrações financeiras do Grupo.
- c) **IFRS 3** (alteração) 'Referências à Estrutura conceptual' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Esta alteração atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contabilísticos para as concentrações de atividades empresariais. Esta alteração também clarifica o tratamento contabilístico a adotar relativamente aos passivos e passivos contingentes no âmbito da IAS 37 e IFRIC 21 e proíbe o registo de ativos contingentes da adquirida numa concentração de atividades empresariais. Esta alteração é de aplicação prospetiva. Estima-se que esta alteração não produza impactos nas demonstrações financeiras do Grupo.
- d) **IFRS 16** (alteração), 'Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19 após 30 de junho de 2021' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de abril de 2021). A alteração estende a data de aplicação da alteração à IFRS 16 – 'Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19' de 30 de junho de 2021 até 30 de junho de 2022. As condições de aplicação do expediente prático mantêm-se, sendo que: i) caso o locatário já estiver a aplicar o expediente prático de 2020, terá de continuar a aplicá-lo a todos os contratos de locação com características similares, e em condições comparáveis; e ii) caso o locatário não tenha aplicado o expediente prático às bonificações de rendas elegíveis de 2020, não poderá aplicar esta extensão à alteração de 2020. Esta alteração é aplicada retrospectivamente com os impactos refletidos como um ajustamento ao saldo de abertura dos resultados transitados do período de relato anual em que o locatário aplica esta alteração pela primeira vez. Estima-se que esta alteração não produza impactos nas demonstrações financeiras do Grupo.
- e) **IFRS 17** (nova), 'Contratos de seguro' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta nova norma substitui o IFRS 4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, as quais são reavaliadas a cada data de relato. A mensuração corrente pode ser efetuada pela aplicação do modelo completo ("building block approach") ou simplificado ("premium allocation approach"). O modelo completo baseia-se em cenários de fluxos de caixa descontados ponderados pela probabilidade de ocorrência e ajustados pelo risco, e uma margem de serviço contratual, a qual representa a estimativa do lucro futuro do contrato. Alterações subsequentes dos fluxos de caixa estimados são ajustados contra a margem de serviço contratual, exceto se esta se tornar negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva com algumas isenções na data da transição. Estima-se que a adopção desta nova norma produza impactos significativos nas demonstrações financeiras do Grupo, ainda não quantificados a esta data.
- f) **IFRS 17** (alteração), 'Contratos de seguro' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração compreende alterações específicas em oito áreas da IFRS 17, tais como: i) âmbito; ii) nível de agregação dos contratos de seguros; iii) reconhecimento; iv) mensuração; v) modificação e desreconhecimento; vi) apresentação da Demonstração da posição financeira; vii) reconhecimento e mensuração da Demonstração dos resultados; e viii) divulgações. Esta alteração também inclui

clarificações, que têm como objetivo simplificar alguns dos requisitos desta norma e agilizar a sua implementação.

Estima-se que a adoção desta alteração produza impactos significativos nas demonstrações financeiras do Grupo, ainda não quantificados a esta data.

- g) Melhorias às normas 2018-2020 (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Este ciclo de melhorias altera os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41. Estima-se que estas melhorias às normas não produzam impactos nas demonstrações financeiras do Grupo.

35.3. Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022, mas que a União Europeia ainda não endossou:

- a) **IAS 1** (alteração), 'Apresentação das demonstrações financeiras - classificação de passivos' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração pretende clarificar a classificação dos passivos como saldos correntes ou não correntes em função dos direitos que uma entidade tem de diferir o seu pagamento, no final de cada período de relato. A classificação dos passivos não é afetada pelas expectativas da entidade (a avaliação deverá determinar se um direito existe, mas não deverá considerar se a entidade irá ou não exercer tal direito), ou por eventos ocorridos após a data de relato, como seja o incumprimento de um "covenant". Esta alteração inclui ainda uma nova definição de "liquidação" de um passivo. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. Estima-se que esta alteração não produza impactos nas demonstrações financeiras do Grupo.
- b) **IAS 1** (alteração), 'Divulgação de políticas contabilísticas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Alteração aos requisitos de divulgação de políticas contabilísticas baseadas na definição de "material" em detrimento de "significativo". A informação relativa a uma política contabilística considera-se material caso, na ausência da mesma, os utilizadores das demonstrações financeiras não tenham a capacidade de compreender outras informações financeiras incluídas nessas mesmas demonstrações financeiras. As informações imateriais relativas a políticas contabilísticas não precisam de ser divulgadas. O IFRS Practice Statement 2, foi também alterado para clarificar como se aplica o conceito de "material" à divulgação de políticas contabilísticas. Estima-se que esta alteração não produza impactos nas demonstrações financeiras do Grupo.
- c) **IAS 8** (alteração), 'Divulgação de estimativas contabilísticas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Introdução da definição de estimativa contabilística e a forma como esta se distingue das alterações de políticas contabilísticas. As estimativas contabilísticas passam a ser definidas como valores monetários sujeitos a incerteza na sua mensuração, utilizadas para concretizar o(s) objetivo(s) de uma política contabilística. Estima-se que esta alteração não produza impactos nas demonstrações financeiras do Grupo.
- d) **IAS 12** (alteração), 'Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. A IAS 12 passa a exigir que as entidades reconheçam imposto diferido sobre determinadas transações específicas, quando o seu reconhecimento inicial dê origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. As

transações sujeitas referem-se ao registo de: i) ativos sob direito de uso e passivos de locação; e ii) provisões para desmantelamento, restauro ou passivos semelhantes, e os correspondentes valores reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado, quando na data do reconhecimento inicial não relevem para efeitos fiscais. Estas diferenças tributáveis deixam de ser sujeitas à isenção de reconhecimento inicial de impostos diferidos. O efeito acumulado da aplicação inicial desta alteração é reconhecido como um ajustamento ao saldo de abertura dos resultados transitados (ou outro componente do capital próprio, conforme apropriado) do período comparativo mais antigo apresentado. Estima-se que esta alteração não produza impactos nas demonstrações financeiras do Grupo.

- e) **IFRS 17** (alteração), 'Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa' (em vigor para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração aplica-se apenas às seguradoras na transição para a IFRS 17 e permite a adoção de um "overlay" na classificação de um ativo financeiro para o qual a entidade não efetue a aplicação retrospectiva, no âmbito da IFRS 9. Esta alteração visa evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro, na informação comparativa apresentada na aplicação inicial da IFRS 17, prevendo: (i) a aplicação ativo financeiro a ativo financeiro; (ii) a apresentação da informação comparativa como se os requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 tivessem sido aplicados a esse ativo financeiro, mas sem exigir que uma entidade aplique os requisitos de imparidade da IFRS 9; e (iii) a obrigação de utilizar informações razoáveis e suportadas disponíveis na data de transição, para determinar como a entidade espera que esse ativo financeiro seja classificado de acordo com a IFRS 9.

Estima-se que esta alteração venha a produzir efeitos nas demonstrações financeiras do Grupo, ainda sem impactos quantificados.

Anexo I – Inventário de títulos e participações financeiras

Identificação dos títulos							Euros	
Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% de Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de Balanço	
							Unitário	Total
1 - TÍTULOS DE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS								
1.1 - Nacional								
1.1.1 - Partes de capital em empresas do grupo								
11		Sub-total	-	-	-	-	-	-
1.2 - Estrangeiros								
1.2.1 - Partes de capital em empresas do grupo								
92181000801	MOÇAMBIQUE - Companhia de Seguros	330 909	-	100,00%	2,84	872 820	1,53	507 046
12		Sub-total	330 909	-	-	872 820	-	507 046
11+12		Total	330 909	-	-	872 820	-	507 046
2 - OUTROS TÍTULOS								
2.1 - Nacional								
2.1.1 - Títulos de rendimento fixo								
2.1.1.1 - De dívida pública								
PTOTEL00028	PGB 0.475 10/18/30	-	5 000 000	100,00%	99,90%	4 994 787	101,54%	5 076 765
PTOTEL00034	PGB 0.9 10/12/35	-	3 000 000	100,00%	99,80%	2 986 060	101,85%	3 055 568
PTOTEL00033	PGB 0.3 10/17/31	-	4 000 000	100,00%	0,00%	5 973 752	0,00%	5 937 979
PTAACOM0013	AZORES 1.006 06/15/29	-	4 200 000	100,00%	100,00%	4 200 000	100,28%	4 336 862
PTRAMYOM0005	GOVMAD 1.971 07/04/28	-	1 000 000	100,00%	100,62%	1 006 190	100,71%	1 097 120
PTOTEL00007	PGB 4.1 04/15/37	-	32 500 000	100,00%	102,74%	33 389 950	100,81%	49 014 479
PTOTEL00020	PGB 4.1 02/15/45	-	29 000 000	100,00%	136,21%	39 489 932	185,44%	47 977 481
PTOTEL00011	PGB 2 7/8 10/15/25	-	2 000 000	100,00%	97,98%	1 959 500	112,94%	2 258 888
PTOTEL00015	PGB 5.65 02/16/24	-	17 700 000	100,00%	115,62%	20 484 535	116,25%	20 930 456
PTOTEL00014	PGB 3 7/8 02/15/30	-	5 000 000	100,00%	100,78%	5 038 900	132,94%	9 547 215
PTOTEL00012	PGB 2 7/8 02/15/28	-	9 500 000	100,00%	99,13%	9 417 725	115,81%	10 983 404
PTOTEL00018	PGB 2 1/8 10/17/28	-	2 000 000	100,00%	99,58%	1 999 882	114,41%	2 288 109
PTOTEL00017	PGB 2 1/4 04/18/34	-	10 000 000	100,00%	98,12%	9 812 000	120,40%	12 040 041
Consolidado 3%	Consolidado de 3%	-	136	100,00%	0,00%	-	184,60%	224
Consolidado 4%	Consolidado de 4%	-	100	100,00%	0,00%	-	389,11%	389
Obrigações Várias	PGB 2 7/8 10/15/25	-	235 000	100,00%	99,75%	234 416	100,13%	235 313
	Sub-total	-	127 135 236	-	-	140 978 308	-	171 840 390
2.1.1.2 - De emissores públicos								
PTCPEJOM0004	REFER 4.875 10/18/24	-	8 000 000	100,00%	100,13%	8 010 160	114,71%	9 178 979
PTEDPOM0015	EDPPL 1 5/8 04/15/27	-	300 000	100,00%	99,56%	298 736	107,24%	321 735
	Sub-total	-	8 300 000	-	-	8 308 896	-	9 499 714
2.1.1.3 - De outros emissores								
PTBENJOM0015	BESPL 4 3/4 01/15/18	-	500 000	100,00%	0,00%	-	0,00%	-
PTCFBOM0001	CAMFER 5.7 03/05/30	-	2 000 000	100,00%	131,25%	2 625 000	141,03%	2 820 811
PTGALCOM0013	GALPPL 2 01/15/28	-	2 500 000	100,00%	99,77%	2 494 239	106,59%	2 864 695
PTGALCOM0004	GALPPL 1 02/15/23	-	3 900 000	100,00%	99,45%	3 761 708	101,87%	3 972 958
PTGGDAOM0001	GALPNA 1 3/8 09/19/27	-	1 800 000	100,00%	99,49%	1 521 504	102,52%	1 640 348
PTGRPAOM0012	PESTA 2 1/2 09/23/25	-	2 000 000	100,00%	99,47%	1 989 379	97,44%	1 948 739
PTGRPAOM0011	PESTA 3 1/4 05/05/27	-	1 000 000	100,00%	99,40%	993 960	99,48%	994 786
PTGRPEOM0000	PESTA 3.95 07/15/22	-	2 500 000	100,00%	99,24%	2 481 000	102,88%	2 588 527
PTQGAJOM0023	AH INVESTIMENTOS SGPS, S.A. (QUFEL)	-	258 147	100,00%	99,81%	257 812	0,00%	-
X51189386286	RENEPL 2 1/2 02/13/32	-	2 000 000	100,00%	105,58%	2 111 880	109,54%	2 190 727
X51222590488	EDPPL 2 04/22/25	-	6 000 000	100,00%	97,90%	5 874 500	107,76%	6 465 487
	Sub-total	-	24 258 147	-	-	24 188 762	-	25 264 338
2.1.1.4 - Unidades de participação								
PTMGLM0006	MONTEPIO TAXA FIXA - FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO DE OBRIGAÇÕES DE	9 830	-	100,00%	-	1 000 000	-	988 948
	Sub-total	9 830	-	-	-	1 000 000	-	988 948
211		Sub-total	9 830	159 693 383	-	174 468 585	-	207 699 899
2.1.2 - Títulos de rendimento variável								
2.1.2.1 - De dívida pública								
PTOTEL00037	PGB 1 04/12/32	-	4 000 000	100,00%	99,41%	3 978 580	91,51%	3 660 267
PTRAMBOM0010	GOVMAD 1.141 12/04/34	-	3 000 000	100,00%	100,00%	3 000 000	95,68%	2 870 352
	Sub-total	-	7 000 000	-	-	6 978 580	-	6 530 619
2.1.2.3 - De outros emissores								
721910048901	SLN VAL	-	2 625 000	100,00%	10,00%	262 500	0,00%	-
PTALTEOM0008	ALTECPL 03/08/24	-	1 000 000	100,00%	103,54%	1 035 400	103,88%	1 058 613
PTBCPOM0004	BCPPL 4 1/2 12/07/27	-	5 000 000	100,00%	100,95%	5 047 740	101,40%	5 069 861
PTBINOM0004	CELB 02/22/24	-	500 000	100,00%	102,25%	511 250	101,39%	508 953
PTBINOM0003	CELB 0 07/14/27	-	3 000 000	100,00%	100,31%	3 009 380	101,44%	3 043 343
PTBPCDOM0003	BIALPT 0 10/24/23	-	900 000	100,00%	100,09%	900 842	102,09%	918 805
PTCGDKOM0037	CKGD 5 3/4 08/28/28	-	3 000 000	100,00%	99,73%	2 991 900	110,27%	3 308 087
PTFIDOM0009	FIDEL 4 1/4 09/04/31	-	2 000 000	100,00%	100,05%	2 001 000	108,35%	2 167 079
PTNOVOM0007	NOVIONPL 16/03/23	-	500 000	100,00%	103,25%	516 250	101,75%	508 725
PTJLLDOM0016	JOSEML 01/22/27	-	3 500 000	100,00%	100,00%	3 500 000	100,00%	3 531 686
PTSCGOM0007	CAETPL 08/08/23	-	3 500 000	100,00%	100,24%	3 508 474	104,04%	3 641 403
	Sub-total	-	25 525 000	-	-	23 284 716	-	23 754 616
2.1.2.3 - Ações								
721910048701	GALILEI	2 008 212	-	100,00%	0,12	231 617	-	-
722910048901	Germont-Emprendimentos Imobiliários, SA	1	-	100,00%	-	-	100,00%	100
920910022101	CLINICA DE SANTA MARIA DE BELEN	70 499	-	100,00%	7,48	527 384	8,00	563 848
921910003001	AUDATEX (ACC)	10	-	100,00%	249,40	26 940	301,76	30 176
921910013001	MATUR Portador	90	-	100,00%	9,98	898	-	-
921910024801	INTERHOTEL (ACC)	10	-	100,00%	4,99	50	-	-
925910032601	Residências MG-saude	100	-	100,00%	1,00	100	100,00%	100
925910057301	Montepio G.A.Im ACE	12 249	-	100,00%	1,00	12 249	100,00%	12 249
Ações várias	Ações de várias sociedades do valor reduzido	47 489	-	100,00%	-	-	0,51%	243
EDP	EDP	1 275	-	100,00%	-	-	483,20%	6 181
FIMOVE	FIMOVE	26	-	100,00%	1,00	26	100,00%	26
MonteAce	MONTEPIO GEST. ATIVOS IMOB. ACE	73 491	-	100,00%	1,00	73 491	100,00%	73 491
n.a.	Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	35 067 008	-	100,00%	9,93	348 094 953	0,00%	1 699
PTMGFAM0006	MG GESTÃO DE ATIVOS FINANCEIROS	30	-	100,00%	-	-	250,00%	75
RESMONT	Residências Montepio	100	-	100,00%	-	-	45,00%	45
solução	Solução	16 060	-	100,00%	165,01	2 650 000	0,00%	-
	Sub-total	37 296 737	-	100,00%	-	351 618 687	-	688 212
2.1.2.4 - Unidades de Participação								
FCT	FUNDO COMPENSAÇÃO TRABALHO	56 825	-	100,00%	1,02	58 195	1,02	58 195
IE00806YB805	PREFF (UPS)	47	-	100,00%	100,55	4 713	63,82	2 982
PTMGFAIM0000	MONTEPIO ACCOES EUROPA	93 846	-	100,00%	53,28	5 000 000	62,12	5 829 443
PTVPAIM0005	FUNDO VIP	249 770	-	100,00%	8,05	2 011 487	9,66	2 413 089
PTYBQAIM0007	IMOREAL	54 000	-	100,00%	104,71	5 654 191	72,15	3 896 197
PTYMBSM0004	Novinvest	467	-	100,00%	-	-	6,13	2 801
PTYMBSM0000	MONTEPIO OBRIGAÇÕES - FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO DE OBRIGAÇÕES	10 466	-	100,00%	95,54	1 000 000	96,104	961 104
	Sub-total	465 422	-	-	-	13 728 599	-	13 183 872
212		Sub-total	37 762 159	32 525 000	-	395 865 590	-	44 157 218
211+212		Total	37 771 989	192 218 383	-	570 074 114	-	251 748 103

Identificação dos títulos		Euros					
Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% de Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de Balança
							Unitário Total
2.2 - Estrangeiros							
2.2.1 - Títulos de rendimento fixo							
2.2.1.1 - De dívida pública							
AT000040VRC06	RAGB 3 15 02/2044	-	3 000 000	100,00%	174,48%	5 234 334	159,03%
AT000041K08F1	RAGB 1 1/2 03/2047	-	3 000 000	100,00%	135,31%	4 059 272	132,88%
AT000042CQD02	RAGB 0 02/28/30	-	4 000 000	100,00%	103,80%	4 144 065	99,82%
AT000043EJ08	RAGB 0 3/4 03/2051	-	8 000 000	100,00%	107,09%	8 567 167	102,73%
AT000044NWB3	RAGB 0 02/28/31	-	6 000 000	100,00%	99,77%	5 986 474	99,78%
AL000000CLWPF8	ACGB 3 09/28/25	-	8 000 000	100,00%	97,10%	7 768 065	95,72%
BE00000050596	BGB 0 4 06/22/40	-	3 000 000	100,00%	99,60%	2 988 094	99,60%
BE00000052619	BGB 0 10/22/31	-	5 500 000	100,00%	102,54%	5 639 849	98,73%
BE000000754567	WALLDO 0 85 01/16/51	-	4 000 000	100,00%	98,98%	3 959 711	97,99%
DE0001102341	DSR 2 1/2 08/15/48	-	3 000 000	100,00%	168,85%	5 065 500	169,27%
DE0001102481	DSR 0 08/15/50	-	8 000 000	100,00%	98,96%	7 916 848	99,18%
DE0001102515	DSR 0 05/15/35	-	5 000 000	100,00%	104,73%	5 236 834	100,00%
DE0001102531	DSR 0 02/15/31	-	4 000 000	100,00%	105,11%	4 204 549	102,03%
DE0001135085	DSR 4 3/4 07/04/28	-	4 000 000	100,00%	100,54%	4 021 400	100,51%
ES00000124H4	SPGB 5 15 10/31/44	-	23 000 000	100,00%	158,81%	36 526 200	159,02%
ES00000127A2	SPGB 1 85 07/30/30	-	2 500 000	100,00%	98,80%	2 470 000	98,80%
ES00000127Z9	SPGB 1 85 04/30/28	-	7 500 000	100,00%	108,87%	8 050 075	107,44%
ES00000128C6	SPGB 2 8 10/31/46	-	5 000 000	100,00%	102,90%	5 144 545	102,88%
ES00000129Q6	SPGB 2 35 07/30/33	-	8 500 000	100,00%	108,04%	9 013 785	106,03%
ES0000012932	SPGB 4 2 01/31/37	-	12 000 000	100,00%	108,88%	12 825 700	106,95%
ES0000012947	SPGB 2 7 10/31/48	-	12 000 000	100,00%	107,55%	12 905 500	107,51%
ES0000012989	SPGB 1 85 07/30/35	-	2 000 000	100,00%	99,81%	1 996 160	99,81%
ES0000012977	SPGB 0 1/2 04/30/30	-	3 000 000	100,00%	100,08%	3 003 111	100,10%
ES00000129G0	SPGB 1 10/31/50	-	2 500 000	100,00%	100,10%	2 502 500	100,10%
ES00000129G2	SPGB 1 2 10/31/40	-	5 000 000	100,00%	99,11%	4 955 273	99,11%
ES00000129H1	SPGB 0 1 04/30/31	-	6 000 000	100,00%	99,86%	5 991 420	99,84%
ES00000129I4	SPGB 0 85 07/30/37	-	5 000 000	100,00%	99,44%	4 972 100	97,82%
ES00000105726	BASQUE 0 45 04/30/32	-	4 000 000	100,00%	99,27%	3 970 860	99,27%
EU01000000993	SGLT 0 08/09/22	-	4 000 000	100,00%	100,44%	4 017 436	100,36%
EU00000028967	EU 0 1 10/04/40	-	6 000 000	100,00%	99,44%	5 953 366	99,22%
EU00000028468	EU 0 3 11/04/50	-	1 100 000	100,00%	96,25%	1 058 750	96,25%
EU00000030M963	EU 0 2 08/04/36	-	3 000 000	100,00%	99,63%	2 988 560	99,61%
FI40000242870	RFGS 1 3/8 04/15/47	-	3 500 000	100,00%	124,83%	4 368 965	124,83%
FI40000415153	RFGS 0 1/8 04/15/36	-	4 000 000	100,00%	99,90%	3 995 504	99,89%
FI40000440557	RFGS 0 1/4 09/15/40	-	3 000 000	100,00%	102,78%	3 082 703	102,78%
FI40000441878	RFGS 0 8/8/15/38	-	4 000 000	100,00%	103,85%	4 145 549	103,85%
FI40000400488	RFGS 0 1/8 04/15/32	-	3 000 000	100,00%	99,44%	2 983 366	99,44%
FR0011349349	COLTER 4 3 11/07/22	-	1 000 000	100,00%	114,45%	1 144 500	114,45%
FR00113480613	FRTR 0 3/4 05/25/52	-	7 000 000	100,00%	100,40%	7 027 560	100,40%
GR0118020685	GGB 2 04/22/27	-	3 000 000	100,00%	100,22%	3 006 837	100,22%
GR0124035693	GGB 3 7/8 03/12/29	-	2 250 000	100,00%	102,15%	2 298 310	102,15%
GR0124036709	GGB 1 1/2 06/18/30	-	5 000 000	100,00%	99,41%	4 970 250	99,41%
GR0124037715	GGB 0 3/4 08/18/31	-	8 000 000	100,00%	97,81%	7 829 164	97,81%
GR0128016731	GGB 1 7/8 02/04/36	-	5 500 000	100,00%	98,22%	5 397 167	98,14%
GR0138015814	GGB 4 2 01/30/42	-	3 500 000	100,00%	115,55%	4 044 348	115,55%
GR0138017836	GGB 1 7/8 01/24/52	-	8 500 000	100,00%	99,72%	8 476 250	99,72%
IE00000050282	IRISH 0 05/15/50	-	4 000 000	100,00%	99,34%	3 973 720	99,34%
IE00000050345	IRISH 0 4 05/15/35	-	5 000 000	100,00%	99,54%	4 976 942	99,54%
IE00000050517	IRISH 0 55 04/22/41	-	4 000 000	100,00%	99,37%	3 974 840	99,37%
IT0004023998	BTPS 4 3/4 08/01/44	-	25 300 000	100,00%	138,98%	34 651 538	136,95%
IT0005024234	BTPS 3 1/2 03/01/20	-	3 000 000	100,00%	119,32%	3 579 680	119,32%
IT0005170839	BTPS 1 8 06/01/26	-	2 500 000	100,00%	104,89%	2 617 300	104,89%
IT0005177909	BTPS 2 35 08/01/36	-	27 000 000	100,00%	97,33%	26 294 400	97,33%
IT0005321325	BTPS 2 95 09/01/38	-	10 000 000	100,00%	99,03%	9 900 300	99,03%
IT0005365165	BTPS 3 08/01/29	-	3 000 000	100,00%	111,19%	3 335 700	111,19%
IT0005377152	BTPS 3 1 03/01/40	-	10 000 000	100,00%	131,29%	13 129 000	131,29%
IT0005402117	BTPS 1 45 03/01/36	-	2 500 000	100,00%	99,82%	2 495 563	99,82%
IT0005433195	BTPS 0 95 03/01/37	-	23 500 000	100,00%	96,25%	22 618 253	96,25%
IT0005456693	BTPS 0 8 08/01/31	-	4 000 000	100,00%	97,22%	3 888 800	97,22%
IT0005452260	BOTS 0 01/31/22	-	10 000 000	100,00%	100,07%	10 007 325	100,07%
NL0000102275	NETHER 3 3/4 01/15/52	-	2 000 000	100,00%	99,69%	1 993 800	99,69%
NL0010721999	NETHER 2 3/4 01/15/47	-	2 000 000	100,00%	171,27%	3 425 387	171,27%
NL0013552060	NETHER 0 1/2 01/15/40	-	3 000 000	100,00%	110,21%	3 306 435	110,21%
NL0014555419	NETHER 0 07/15/30	-	4 000 000	100,00%	104,33%	4 173 300	104,33%
NL0015614579	NETHER 0 01/15/32	-	8 000 000	100,00%	97,37%	7 788 445	97,37%
SI0002103487	SLOREP 1 1/2 03/25/35	-	2 000 000	100,00%	118,05%	2 361 000	118,05%
SI0002104105	SLOREP 0 02/12/31	-	3 500 000	100,00%	101,10%	3 538 555	101,10%
XS0181673738	ROMCTY 5 3/4 01/27/48	-	2 000 000	100,00%	121,19%	2 423 792	121,19%
XS1974394758	MEX 2 7/8 04/08/39	-	1 000 000	100,00%	113,72%	1 137 210	113,72%
XS2105095777	CYPRUS 0 5/8 01/21/30	-	5 000 000	100,00%	100,04%	5 001 862	100,04%
XS2105097393	CYPRUS 1 1/4 01/21/40	-	2 000 000	100,00%	96,69%	1 933 780	96,69%
XS2157183950	CYPRUS 2 1/4 04/16/50	-	5 000 000	100,00%	98,13%	4 906 350	98,13%
XS2181347183	ESTON 0 1/8 08/10/30	-	2 500 000	100,00%	98,94%	2 473 400	98,94%
XS2210005339	LITHUN 0 1/2 07/28/50	-	3 000 000	100,00%	98,45%	2 893 507	96,45%
XS2238061927	SMGB 3 1/4 02/26/24	-	2 000 000	100,00%	100,89%	2 013 722	100,69%
XS2317123052	LATVIA 0 03/17/31	-	4 000 000	100,00%	99,07%	3 952 588	98,78%
Sub-total		-	438 650 980	100,00%	99,07%	466 708 745	106,38%
2.2.1.2 De outros emissores públicos							
Sub-total		-	-	0,00%	0,00%	-	0,00%

Identificação dos títulos						Bases	
Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de Balanço
						Unitário	Total
2.3.1.3 - De outras emissões							
BES279819530	ETHAS 5 01/14/25	-	2 500 000	100,00%	118,30%	2 907 500	129,28%
BES202936287	ABIB 3,1 04/02/40	-	2 500 000	100,00%	138,70%	3 417 500	1,38
BES202772127	UGPBA 1 12/04/08/09	-	5 000 000	100,00%	109,70%	5 358 100	86,67%
DE000624891/0	JARHOL 3 3/8 04/11/31	-	2 500 000	100,00%	115,80%	2 897 012	123,63%
DE000624892/0	JARHOL 2 1/4 12/18/31	-	7 000 000	100,00%	104,60%	7 284 015	103,42%
DE000624892/0	KFW 3 04/10/31/37	-	3 300 000	100,00%	104,81%	3 432 231	89,28%
DE000624892/0	CMZB 4 03/03/21	-	5 000 000	100,00%	105,85%	5 252 450	114,56%
BES202444671	MAPBA 1 5/8 05/19/26	-	2 000 000	100,00%	100,33%	2 018 600	107,60%
BES202444671	BSVADM 4 02/25/25	-	2 000 000	100,00%	88,55%	1 871 000	118,50%
DE000624892/0	METSA 2 3/4 06/28/27	-	1 000 000	100,00%	105,23%	1 052 250	112,09%
FI4006402114	VAPODY 2 1/8 10/10/24	-	2 000 000	100,00%	100,13%	2 002 507	100,42%
FI4006402114	FOY 4 1/4 05/18/25	-	1 300 000	100,00%	80,78%	1 207 160	105,64%
FI4006402114	PEUGOT 5 09/19/33	-	8 500 000	100,00%	100,25%	12 374 199	148,14%
FI4006402114	EDF 4 1/2 11/13/41	-	2 800 000	100,00%	129,84%	3 641 000	148,93%
FI4006402114	SOCP 3 3/11 01/05/09	-	1 000 000	100,00%	110,17%	1 010 730	104,55%
FI4006402114	CRANCP 3 1/8 03/25/2	-	1 500 000	100,00%	102,12%	1 531 740	105,34%
FI4006402114	PLUBP 3 05/29/25	-	2 700 000	100,00%	102,60%	2 753 860	112,31%
FI4006402114	EDF 1 7/8 15/13/31	-	8 000 000	100,00%	85,79%	4 439 000	107,87%
FI4006402114	PEUGOT 2 03/25/24	-	1 000 000	100,00%	100,14%	1 001 435	102,54%
FI4006402114	ILDFP 1 1/2 15/14/24	-	2 500 000	100,00%	80,30%	2 482 500	100,45%
FI4006402114	CRFPF 2 5/8 03/18/25	-	500 000	100,00%	102,48%	512 400	106,15%
FI4006402114	ULFP 2 1/4 05/14/28	-	5 000 000	100,00%	110,70%	5 535 000	107,43%
FI4006402114	REMAA 3 8/8 08/28	-	10 000 000	100,00%	87,10%	8 711 000	89,31%
FI4006402114	SOCGEN 2 1/8 05/27/2	-	5 000 000	100,00%	90,74%	4 566 767	108,97%
FI4006402114	VEFP 1 5/4 01/07/30	-	2 000 000	100,00%	100,89%	2 001 827	112,84%
FI4006402114	ALCHAM 2 3/8 04/25/25	-	2 800 000	100,00%	90,70%	2 404 750	107,12%
FI4006402114	ETLFP 2 1/4 01/13/27	-	2 000 000	100,00%	90,82%	2 004 650	104,92%
FI4006402114	CEETRU 2 3/4 11/25/2	-	2 500 000	100,00%	102,46%	2 561 475	104,19%
FI4006402114	AFPP 1 7/8 01/16/25	-	3 000 000	100,00%	86,13%	2 543 950	84,38%
FI4006402114	DECFP 2 5/8 04/24/28	-	2 800 000	100,00%	103,20%	2 879 443	111,31%
FI4006402114	SNCF 3 7/8 02/08/51	-	2 000 000	100,00%	117,26%	2 347 200	118,61%
FI4006402114	CADES 0 05/25/31	-	4 000 000	100,00%	101,50%	4 058 960	87,14%
FI4006402114	TDFNF 1 3/4 12/18/29	-	2 000 000	100,00%	99,89%	1 991 740	89,22%
FI4006402114	RIB 5 5/8 01/15/28	-	1 140 000	100,00%	90,70%	1 037 378	136,81%
FI4006402114	KWPF 5 3/8 11/23/27	-	2 000 000	100,00%	118,12%	2 378 120	119,40%
FI4006402114	EDF 5 5/8 03/21/33	-	1 900 000	100,00%	106,49%	2 023 367	107,88%
FI4006402114	GSK 4 06/18/25	-	7 000 000	100,00%	99,99%	6 936 490	105,09%
FI4006402114	GE 4 1/8 09/19/35	-	2 800 000	100,00%	100,40%	2 811 500	136,90%
FI4006402114	TSCM 5 1/8 04/19/34	-	9 450 000	100,00%	147,35%	14 375 240	151,21%
FI4006402114	GE 5 025 03/11/38	-	8 500 000	100,00%	160,10%	12 708 373	176,09%
FI4006402114	GE 3 65 04/23/32	-	9 000 000	100,00%	117,44%	10 589 768	126,14%
FI4006402114	ENELM 4 7/8 04/11/32	-	8 500 000	100,00%	105,67%	8 966 664	110,17%
FI4006402114	HTOYSA 2 7/8 01/11/32	-	2 500 000	100,00%	100,62%	2 515 408	108,93%
FI4006402114	GAZPRU 4 3/8 03/12/12	-	5 000 000	100,00%	108,76%	5 438 180	113,20%
FI4006402114	VW 3 3 03/22/33	-	2 800 000	100,00%	101,08%	2 827 079	125,31%
FI4006402114	ENELM 3 3/4 09/12/25	-	2 000 000	100,00%	104,14%	2 082 720	114,35%
FI4006402114	REMA 5 10/18/25	-	5 000 000	100,00%	113,25%	5 661 250	111,76%
FI4006402114	PETBRA 4 3/4 01/14/42	-	3 000 000	100,00%	99,86%	2 995 310	114,11%
FI4006402114	ADIFAL 3 1/2 05/27/2	-	2 000 000	100,00%	99,57%	1 991 360	111,27%
FI4006402114	VW 3 8/11/39	-	2 000 000	100,00%	115,88%	2 313 600	117,23%
FI4006402114	STANLIS 1 1/8 11/19/32	-	2 000 000	100,00%	96,46%	1 938 680	108,26%
FI4006402114	IFPESA 3 7/8 01/19/32	-	1 900 000	100,00%	103,50%	1 955 000	103,75%
FI4006402114	BWP 2 3/8 03/17/35	-	2 850 000	100,00%	100,07%	2 851 855	108,42%
FI4006402114	SANTAN 2 1/2 03/18/2	-	5 100 000	100,00%	97,71%	4 983 282	108,26%
FI4006402114	BATSLN 1 03/13/45	-	10 000 000	100,00%	97,08%	9 653 818	96,71%
FI4006402114	ACAPF 2 5/8 03/17/37	-	2 000 000	100,00%	100,47%	2 009 440	111,33%
FI4006402114	KOMLAN 4 1/8 09/19/45	-	2 000 000	100,00%	108,70%	2 174 000	111,13%
FI4006402114	REDESA 2 1/8 04/27/2	-	3 000 000	100,00%	96,16%	2 834 741	106,67%
FI4006402114	BWP 2 7/8 10/21/35	-	1 100 000	100,00%	113,10%	1 251 800	110,91%
FI4006402114	SANTAN 3 1/4 04/04/2	-	4 900 000	100,00%	101,48%	4 959 000	112,55%
FI4006402114	ESBRE 1 7/8 06/14/3	-	1 500 000	100,00%	99,75%	1 496 310	111,29%
FI4006402114	MYL 3 1/8 11/23/28	-	10 000 000	100,00%	104,83%	10 483 450	113,84%
FI4006402114	ABBY 2 1/8 11/17/28	-	2 500 000	100,00%	107,18%	2 547 500	110,16%
FI4006402114	SANTAN 3 5/8 01/18/2	-	5 000 000	100,00%	98,95%	4 942 400	113,50%
FI4006402114	BRVADM 3 1/2 03/16/2	-	5 000 000	100,00%	100,15%	5 011 220	115,50%
FI4006402114	BRVADM 4 03/24/32	-	3 000 000	100,00%	100,36%	3 011 750	113,17%
FI4006402114	TREPS 2 3/8 01/05/27	-	6 000 000	100,00%	101,31%	6 054 584	103,76%
FI4006402114	MRODQ 3 1/4 04/11/39	-	7 000 000	100,00%	110,45%	7 731 152	106,45%
FI4006402114	GE 2 1/8 09/17/37	-	10 000 000	100,00%	92,42%	9 242 500	112,38%
FI4006402114	AGN 2 1/8 05/01/29	-	1 500 000	100,00%	98,36%	1 474 890	104,20%
FI4006402114	T 3 1/5 09/04/2	-	1 000 000	100,00%	99,28%	9 513 870	119,71%
FI4006402114	ATUM 1 7/8 07/13/37	-	3 900 000	100,00%	99,15%	3 870 390	103,84%
FI4006402114	TWO 2 7/8 07/24/37	-	5 000 000	100,00%	103,07%	5 183 400	122,14%
FI4006402114	BATSLN 2 1/4 01/16/3	-	4 000 000	100,00%	100,53%	4 021 280	106,18%
FI4006402114	FINGRA 1 5/8 03/23/32	-	1 500 000	100,00%	101,58%	1 524 000	101,15%
FI4006402114	PI 1 7/8 11/06/37	-	5 000 000	100,00%	99,55%	4 937 500	99,50%
FI4006402114	VOD 2 7/8 11/20/37	-	2 000 000	100,00%	101,50%	2 029 900	117,71%
FI4006402114	NEPSJ 1 3/4 11/23/24	-	2 500 000	100,00%	97,38%	2 433 791	102,80%
FI4006402114	PI 3 1/8 12/15/27	-	1 500 000	100,00%	102,57%	1 537 010	111,22%
FI4006402114	CR 2 1/2 03/19/38	-	1 500 000	100,00%	100,88%	1 513 200	118,50%
FI4006402114	GAZPRU 2 1/2 03/21/2	-	8 000 000	100,00%	98,31%	7 844 500	105,13%
FI4006402114	ATRSAY 1 03/11/25	-	2 500 000	100,00%	104,01%	2 603 275	103,51%
FI4006402114	BAVADM 2 1/8 10/15/32	-	2 000 000	100,00%	103,32%	2 063 000	102,76%
FI4006402114	MO 3 1/8 06/15/31	-	2 500 000	100,00%	102,48%	2 562 000	112,61%
FI4006402114	TACHEM 3 11/21/30	-	5 000 000	100,00%	102,35%	5 117 500	118,76%
FI4006402114	SAGSM 1 5/8 03/07/34	-	3 000 000	100,00%	97,48%	2 924 435	104,15%
FI4006402114	CRINGO 3 03/15/24	-	2 000 000	100,00%	102,00%	2 030 000	101,00%
FI4006402114	VW 3 1/4 11/18/30	-	2 500 000	100,00%	107,33%	2 683 250	118,50%
FI4006402114	VW 4 1/8 11/18/28	-	2 500 000	100,00%	131,36%	3 283 891	138,88%
FI4006402114	SGASPA 2 5/8 03/13/34	-	1 000 000	100,00%	99,51%	995 950	107,16%
FI4006402114	F 3 0/1 03/06/24	-	1 000 000	100,00%	100,88%	1 004 000	105,74%
FI4006402114	HTHROW 1 7/8 03/14/3	-	4 000 000	100,00%	107,63%	4 305 000	105,36%
FI4006402114	ARESM 3 03/27/31	-	13 300 000	100,00%	106,66%	14 062 847	118,85%
FI4006402114	ESPT 1 3/4 05/22/28	-	1 800 000	100,00%	94,89%	1 433 372	102,55%
FI4006402114	F 3 3/8 03/17/28	-	6 000 000	100,00%	102,05%	6 127 025	106,63%
FI4006402114	PI 1 4/8 06/17/39	-	6 000 000	100,00%	98,46%	5 899 750	90,88%
FI4006402114	ANASM 1,517 08/05/28	-	5 500 000	100,00%	99,87%	5 482 122	99,37%
FI4006402114	T 1 8 06/19/39	-	2 000 000	100,00%	101,43%	2 038 050	100,64%
FI4006402114	WARRIOR 1 08/06/33	-	5 000 000	100,00%	95,45%	4 774 437	103,06%
FI4006402114	ARESM 1 7/8 03/29/32	-	8 000 000	100,00%	98,54%	7 878 975	105,76%
FI4006402114	ANASM 1,128 12/23/24	-	500 000	100,00%	99,72%	495 578	99,50%
FI4006402114	TMO 1 7/8 15/01/44	-	4 000 000	100,00%	104,59%	4 180 000	102,58%
FI4006402114	ENAPAD 2 04/6 16/08/28	-	2 700 000	100,00%	100,05%	2 731 350	104,88%
FI4006402114	NEPSJ 1 7/8 10/08/25	-	2 500 000	100,00%	93,19%	2 329 820	102,69%
FI4006402114	INFLN 1 1/4 04/22/28	-	2 500 000	100,00%	92,29%	2 305 000	101,03%
FI4006402114	CPQPR 1 5/8 04/23/2	-	2 500 000	100,00%	97,53%	2 438 298	102,89%
FI4006402114	FCBGR 1 8/8 13/04/29	-	1 000 000	100,00%	103,56%	1 033 560	105,05%
FI4006402114	ICDM 2 1/8 11/28/24	-	2 500 000	100,00%	99,39%	2 484 650	101,06%
FI4006402114	MRLSM 1 7/8 12/04/34	-	8 500 000	100,00%	97,18%	8 250 403	98,21%
FI4006402114	UCGM 1 5/8 02/29/38	-	5 000 000	100,00%	104,45%	5 222 654	104,18%
FI4006402114	F 1 7/4 01/18/24	-					

Identificação dos títulos		Euro					
Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de Balanço
							Unitário Total
2.2.2 - Títulos de rendimento variável							
2.2.2.1 - De dívida pública							
IT0003755722	SALCTY FLT 11/26/24	-	500 000	100,00%	94,74%	852 863	98,22%
LU0320463339	LOS 0 03/24/31	-	4 000 000	100,00%	100,48%	4 019 240	98,83%
S0002140448	SLOREP 0 48/75 10/20/50	-	5 000 000	100,00%	99,88%	4 993 850	87,17%
SK4000018558	SLOVGB 0 3/8 04/21/38	-	3 500 000	100,00%	95,16%	3 479 635	97,96%
US3128105749	T 1 3/8 08/15/50	-	4 000 000	100,00%	80,95%	3 237 857	77,89%
X51989383788	CYPRUS 2 3/4 05/03/49	-	5 000 000	100,00%	111,76%	5 587 849	132,07%
	Sub-total	-	22 400 000			22 162 894	22 336 479
2.2.2.2 - De outros emissores públicos							
	Sub-total	-	-			-	-
2.2.2.3 - De outros emissores							
DE000A14J811	BAYNGR 2 3/8 04/02/7	-	1 000 000	100,00%	96,50%	965 000	101,31%
ES0224244289	MAPSM 4 3/8 03/31/47	-	2 500 000	100,00%	112,95%	2 823 760	116,72%
FI4000441880	FOY 10 1/4 PERP	-	1 700 000	100,00%	100,15%	1 702 819	111,47%
FR0011697028	EDF 5 PERP	-	1 000 000	100,00%	99,70%	997 000	115,17%
FR0013087186	SCOR 3 56/08/46	-	1 500 000	100,00%	97,55%	1 463 231	111,02%
FR0013484822	EDF 3 PERP	-	5 000 000	100,00%	101,85%	5 082 500	102,96%
US0598494884	SANTAN Float 04/12/23	-	2 000 000	100,00%	88,69%	1 773 899	90,36%
X50213028197	C 4 1/4 02/25/30	-	5 000 000	100,00%	96,58%	4 829 000	115,63%
X50214398199	BACR 4 3/4 PERP	-	1 000 000	100,00%	100,65%	1 006 525	95,84%
X50764278528	MUNRE 6 1/4 05/26/42	-	2 000 000	100,00%	121,88%	2 437 847	108,14%
X51206541366	VW 3 1/2 PERP	-	3 000 000	100,00%	101,49%	3 044 847	110,03%
X51501168869	TOTAL 3 369 PERP	-	1 100 000	100,00%	96,25%	1 058 750	109,46%
X51572463880	PARMTT 5 7/8 03/03/27	-	2 500 000	100,00%	105,51%	2 637 833	104,89%
X51649888792	INVITA 1 3/8 07/20/22	-	2 000 000	100,00%	102,85%	2 057 000	101,37%
X51716927766	PERSM 2 1/4 PERP	-	2 000 000	100,00%	96,55%	1 931 800	100,90%
X51944384350	VW Float 08/01/22	-	1 500 000	100,00%	100,00%	1 500 000	100,94%
X52150054028	BACR 3 3/8 04/02/25	-	2 700 000	100,00%	99,88%	2 696 857	109,68%
X52259986289	CERTSP 2 1/8 11/19/25	-	2 000 000	100,00%	102,71%	2 054 100	102,72%
	Sub-total*	-	39 500 000			40 061 859	42 163 136
2.2.2.4 - Ações							
722910042791	BOLSIMO, GESTÃO DE ACTIVOS SA	11 880	-	100,00%	100,00	1 188 002	95,44
922910037101	ACÁCIA BAHREN	3 619 683	-	100,00%	0,51	1 834 025	0,40
	Sub-total	3 631 343	-			3 080 027	2 578 053
2.2.2.5 - Unidades de Participação							
GG00BYRGPD65	Alternative Liquidity Fund Limited	277 620	-	100,00%	1,60	445 131	0,06
IE00BY64W337	Mercer Passive Global Equity Fund	25 069	-	100,00%	150,67	3 784 810	222,08
KYG399911932	GOTTEX ABI FUND	1 980	-	100,00%	-	-	-
LU0296922973	NOVENERGIA	1	-	100,00%	15 948,07	13 164	5 432,04
LU0680374029	FUNDSMITH EQUITY FD	104 351	-	100,00%	38,51	4 018 102	61,02
PEARL INFRASTRU	PEARL INFRASTRUCTURE	1 790 000	-	100,00%	1,00	1 789 714	0,93
TIIC 2	TIIC 2	954 511	-	100,00%	1,00	954 511	0,72
	Sub-total	3 153 532	-			11 068 462	14 310 327
	Sub-total	29 184 875	61 800 000			76 229 532	81 387 991
	Total	29 184 875	1 831 658 600			1 193 878 283	1 166 072 330
3 - TOTAL GERAL							
		67 287 773	1 223 674 183			1 674 826 318	1 418 327 474

CERTIFICAÇÕES



[PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]

~ 0

Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Montepio Seguros S.G.P.S., S.A. (o Grupo), que compreendem a demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 1.700.265 milhares de euros e um total de capital próprio de 178.722 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 3.394 milhares de euros), a conta de ganhos e perdas consolidados, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Montepio Seguros S.G.P.S., S.A. em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

Conforme divulgado na nota 34 – Eventos subsequentes, anexa às demonstrações financeiras, no início do ano de 2022, perante a instabilidade dos mercados financeiros, a subida do preço das matérias-primas e uma situação de guerra na Europa, o valor dos instrumentos financeiros detidos pelo Grupo sofreu uma forte contração, originando a descida dos fundos próprios consolidados de solvência, tal implicando um risco potencial de incumprimento do rácio de cobertura do requisito de capital de solvência a partir de 7 de fevereiro de 2022, o qual teve origem, essencialmente, na participada Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A. Cumprindo com o estabelecido nos números 2 e 3 do artigo 306.º do Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora, o Grupo, por via da referida participada, encontra-se a implementar as medidas necessárias para ultrapassar a referida situação.

Neste contexto, o cumprimento do rácio de cobertura do requisito de capital de solvência da referida participada e do Grupo encontra-se condicionado pela concretização do plano de recuperação definido.

Conforme também divulgado na nota 34 anexa às demonstrações financeiras, o Montepio Geral – Associação Mutualista, numa ótica de racionalização, simplificação e redução de gastos, decidiu avaliar uma reorganização do negócio segurador e de gestão de fundos de pensões do Grupo Montepio, que poderá ter como principal impacto a dissolução e liquidação da Montepio Seguros, S.G.P.S., S.A. Este exercício encontra-se em estudo para avaliação dos impactos nas várias entidades envolvidas.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da abordagem de auditoria
<i>Justo valor de instrumentos financeiros (incluindo o reconhecimento de imparidade)</i>	
<u><i>Mensuração e divulgações relacionadas com a valorização de instrumentos financeiros apresentadas nas notas 3 e 7.1 anexas às demonstrações financeiras consolidadas.</i></u>	
Os instrumentos financeiros mensurados ao justo valor, apresentados, na quase totalidade, na demonstração da posição financeira consolidada nas linhas de ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas e ativos financeiros disponíveis para venda, no montante de 1.417.765 milhares de euros em 31 de dezembro de 2021, correspondendo, no total, a 83% do ativo do Grupo, constituíram uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria, não só pela sua significativa expressão no ativo do Grupo, mas também por a sua valorização requerer a aplicação de um conjunto de pressupostos e julgamentos por parte do Grupo.	Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram:
A valorização dos instrumentos financeiros envolve julgamento na determinação do seu justo valor, nomeadamente quanto à seleção dos preços/cotações divulgados através de plataformas de negociação, considerando ainda a liquidez e a qualidade dos preços. Para os instrumentos financeiros ativamente negociados e em relação aos	<ul style="list-style-type: none">• A identificação e compreensão dos principais controlos relativamente à mensuração dos instrumentos financeiros;• A verificação da efetividade dos controlos associados à seleção de cotações para valorização de instrumentos financeiros;• A verificação de cotações provenientes de fontes externas para as posições detidas;• Para posições menos líquidas, a avaliação de suportes adequados para a valorização adotada;• A análise da reconciliação do inventário de instrumentos financeiros com os registos contabilísticos;

Matérias relevantes de auditoria

quais estão disponíveis cotações ou outros indicadores de mercado, a determinação do justo valor tem por base o seu preço ou cotação de fecho à data da demonstração da posição financeira. Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando informação fornecida pelas entidades gestoras/emitentes ou metodologias de avaliação.

Neste contexto, alterações nos pressupostos utilizados nas técnicas de mensuração utilizadas pelo Grupo podem originar impactos materiais no apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Os instrumentos financeiros que podem revelar-se menos líquidos, representam cerca de 1% do total da referida carteira de instrumentos financeiros (cerca de 13.867 milhares de euros) incluindo fundos de investimento mobiliário e imobiliário, títulos de dívida e papel comercial, os quais encontram-se inseridos nos níveis 2 e 3 em termos de hierarquia de justo valor prevista na IFRS 13, sendo o seu justo valor determinado através da utilização de modelos de avaliação que incorporam julgamento profissional e o recurso a um conjunto de pressupostos ou técnicas. Na sua mensuração, são considerados inputs (ou preços) observáveis em mercados correntes transacionáveis (preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado e técnicas de fluxo de caixa descontados).

O Grupo determina o reconhecimento de imparidade quando existe uma desvalorização prolongada ou de valor significativo no justo valor dos instrumentos financeiros.

Recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos

Mensuração e divulgações relacionadas com a recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos apresentadas nas notas 3 e 16 anexas às demonstrações financeiras consolidadas.

Os ativos por impostos diferidos apresentados na demonstração da posição financeira consolidada ascendem a 14.026 milhares de euros em 31 de dezembro de 2021, dos quais cerca de 8.528 milhares de euros resultam de prejuízos fiscais originados numa das participadas.

De acordo com a IAS 12 – Impostos sobre o rendimento, o reconhecimento de ativos por impostos

Síntese da abordagem de auditoria

- A análise de indicadores de imparidade.

Adicionalmente, os nossos procedimentos de auditoria incluíram a revisão das divulgações relativamente aos instrumentos financeiros, constantes das notas do anexo às demonstrações financeiras consolidadas tendo em consideração o requerido pelo normativo contabilístico em vigor.

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram:

- A identificação e compreensão dos controlos chave instituídos pelo Grupo no respeitante (i) à análise da recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos reconhecidos nas demonstrações financeiras e (ii) à identificação dos principais pressupostos considerados para

Matérias relevantes de auditoria**Síntese da abordagem de auditoria**

diferidos pressupõe que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a sua recuperação. A análise de recuperabilidade desses ativos foi efetuada pelo Conselho de Administração e baseou-se nas projeções da respetiva participada para o período entre 2022 a 2026. Estas projeções têm inerente a aplicação de um conjunto de julgamentos complexos por parte do Conselho de Administração, nomeadamente quanto a (i) estimativa de lucros tributáveis futuros, dependente da concretização da estratégia futura da participada e dos segmentos de mercado em que opera, (ii) taxas de crescimento de prémios e de sinistralidade de médio e longo prazo e (iii) taxas de retorno de investimentos.

Eventuais alterações nos pressupostos utilizados na estimativa de resultados futuros ou desvios na concretização dos valores projetados, podem ter impactos relevantes na recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos reconhecidos nas demonstrações financeiras do Grupo em 31 de dezembro de 2021. Desta forma, esta constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

estimar a geração de lucros tributáveis que permitam a recuperação dos ativos por impostos diferidos reconhecidos no balanço.

- O entendimento e a análise dos principais pressupostos adotados pelo Conselho de Administração na elaboração das projeções e o desafio dos mesmos, nomeadamente, através da consideração de análises de sensibilidade relativamente às principais variáveis (prémios, sinistros, retorno dos investimentos e gastos gerais);
- A apreciação da razoabilidade das projeções tendo em conta, também, os resultados antes de impostos apresentados em exercícios recentes e as perspetivas futuras apresentadas pelo Conselho de Administração;

Adicionalmente, os nossos procedimentos de auditoria incluíram a revisão das divulgações relativamente aos ativos por impostos diferidos, constantes das notas do anexo às demonstrações financeiras consolidadas tendo em consideração o requerido pelo normativo contabilístico em vigor.

Risco de insuficiência de ativos para cobrir as responsabilidades assumidas

Mensuração e divulgações relacionadas com o risco de insuficiência de ativos para cobrir as responsabilidades assumidas apresentadas nas notas anexas 3, 5.1 e 7.3 às demonstrações financeiras consolidadas.

Em 31 de dezembro de 2021 a provisão matemática apresentada na demonstração da posição financeira consolidada ascende a 187.855 milhares de euros e os passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ascendem a 749.019 milhares de euros, correspondendo, no total, a 62% do passivo do Grupo.

A referida provisão matemática é determinada, essencialmente, tendo por base o valor acumulado do exercício anterior, acrescido do montante líquido de prémios e reembolsos ocorridos no exercício e do rendimento garantido no período. Os referidos passivos financeiros correspondem a contratos com taxas de juro garantidas, mensurados ao custo

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram:

- A identificação, compreensão e avaliação dos controlos chave existentes para a avaliação da adequação das responsabilidades de seguros, nomeadamente, no respeitante a produtos de seguros com garantias financeiras assumidas;
- A verificação da efetividade dos principais controlos chave associados ao reconhecimento da provisão matemática e dos passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento;

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da abordagem de auditoria
<p>amortizado, tendo em consideração a garantia contratada.</p> <p>O risco existente decorre da possibilidade de não satisfação das garantias assumidas pelo Grupo para os contratos comercializados, pelo facto de não conseguir uma correspondência adequada entre ativos e passivos ao nível da taxa de juro e da maturidade dos mesmos. Nesta medida, esta constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.</p>	<ul style="list-style-type: none"> A identificação e avaliação dos principais pressupostos utilizados pelo Grupo na avaliação da adequação das responsabilidades de seguros; e A realização de um conjunto de testes independentes para as responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de contratos de investimento e comparação dos respetivos resultados com aqueles obtidos pelo Grupo. <p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações relativamente à provisão matemática e aos referidos passivos financeiros, constantes nas notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas, tendo em consideração as normas contabilísticas em vigor.</p>
<p>Provisão para sinistros de acidentes de trabalho</p> <p><u>Mensuração e divulgações relacionadas com a provisão para sinistros de acidentes de trabalho apresentadas nas notas 3 e 5.1 anexas às demonstrações financeiras consolidadas.</u></p>	
<p>A provisão para sinistros de seguro direto de ramos reais, relativa a acidentes de trabalho, apresentada na demonstração da posição financeira consolidada, ascende a 221.033 milhares de euros em 31 de dezembro de 2021, representando 15% do total do passivo do Grupo. Do referido montante, 199.642 milhares de euros respeitam às provisões matemáticas de acidentes de trabalho.</p> <p>A estimativa das provisões matemáticas de acidentes de trabalho envolve um grau de julgamento significativo do Conselho de Administração, nomeadamente, no respeitante (i) ao valor total estimado de responsabilidades de longo prazo para com os sinistrados, o qual tem por base requisitos legais e normativos, assim como diversos pressupostos económicos e de negócio e (ii) ao rendimento futuro esperado da carteira de investimentos afeta à cobertura dessas responsabilidades, incluindo as taxas de reinvestimento.</p> <p>A utilização de diferentes pressupostos poderia resultar num nível diferente de provisões matemáticas de acidentes de trabalho. Nesta medida, esta constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.</p>	<p>Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram:</p> <ul style="list-style-type: none"> A identificação e compreensão dos principais controlos existentes para a avaliação da adequação das responsabilidades de longo prazo, com acidentes de trabalho; Testes à qualidade dos dados utilizados pelo departamento atuarial para o cálculo da provisão matemática; A verificação da efetividade dos controlos associados às análises atuariais efetuadas pelo Grupo; A identificação e avaliação de pressupostos utilizados nas análises atuariais do Grupo; e A realização de um conjunto de testes independentes e comparação dos resultados com aqueles determinados pelo Grupo. <p>Adicionalmente, os nossos procedimentos de auditoria incluíram a revisão das divulgações relativamente à provisão para sinistros de seguro direto de acidentes de trabalho constantes nas notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas</p>

Matérias relevantes de auditoria

Síntese da abordagem de auditoria

tendo em consideração o requerido pelo normativo contabilístico em vigor.

Provisão para sinistros de outros ramos

Mensuração e divulgações relacionadas com a provisão para sinistros de outros ramos apresentadas nas notas 3 e 5.1 anexas às demonstrações financeiras consolidadas.

A provisão para sinistros de seguro direto e resseguro aceite de ramos reais, outros ramos, apresentada na demonstração da posição financeira consolidada, ascende a 103.183 milhares de euros em 31 de dezembro de 2021, representando 7% do total do passivo do Grupo.

A avaliação da razoabilidade do montante da provisão para sinistros de seguro direto e resseguro aceite, outros ramos, inclui a comparação entre a estimativa atuarial do custo final dos processos de sinistros e os pagamentos já ocorridos. Para o efeito, o Grupo utiliza técnicas atuariais baseadas em modelos determinísticos e estocásticos, efetuando uma separação dos sinistros em grupos homogêneos de risco, considerando igualmente a respetiva volatilidade, de forma a incorporar os necessários níveis de confiança no respetivo provisionamento.

A avaliação do grau de provisionamento envolve julgamento relativamente à seleção de pressupostos financeiros e atuariais, tais como taxas de desconto, tábuas de mortalidade, caudas de encerramento dos processos de sinistros, entre outros e, nessa medida, constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria. O risco existente decorre da possibilidade do montante da provisão para sinistros de seguro direto e resseguro aceite, outros ramos, reconhecido pelo Grupo, não ser suficiente para fazer face às responsabilidades assumidas à data de encerramento de contas.

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram:

- A identificação e compreensão dos principais controlos existentes para a avaliação da adequação das responsabilidades relativas a processos de sinistros de seguro direto e resseguro aceite, outros ramos;
- A verificação da efetividade dos controlos associados às análises atuariais efetuadas pelo Grupo;
- A realização de procedimentos de revisão analítica, tais como rácios de cobertura e rácios de sinistralidade;
- A identificação e avaliação de pressupostos utilizados nas análises atuariais do Grupo; e
- A realização de um conjunto de testes independentes e comparação dos nossos resultados com aqueles determinados pelo Grupo.

Adicionalmente, os nossos procedimentos de auditoria incluíram a revisão das divulgações relativamente à provisão para sinistros de seguro direto e resseguro aceite de outros ramos constantes nas notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas tendo em consideração o requerido pelo normativo contabilístico em vigor.

Processo da Autoridade da Concorrência

Mensuração e divulgações relacionadas com a provisão constituída apresentadas nas notas 3, 15 e 32 anexas às demonstrações financeiras consolidadas.

Em 1 de agosto de 2019 a participada Lusitania Seguros foi notificada pela Autoridade da Concorrência da condenação por alegadas práticas restritivas da concorrência no ramo de acidentes de

A nossa equipa desenvolveu os seguintes principais procedimentos de auditoria:

Matérias relevantes de auditoria

Síntese da abordagem de auditoria

trabalho, no segmento de grandes clientes. A coima aplicada pela alegada infração ascendeu a 20.500 milhares de euros, representando 10% do total dos prémios brutos emitidos pela participada no exercício de 2018 e correspondendo à penalização máxima prevista pela Autoridade da Concorrência para casos desta natureza.

A participada considera que não incorreu na infração pela qual foi condenada, pelo que no dia 12 de setembro de 2019 apresentou recurso da decisão final para o Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão, tendo também para este efeito efetuado o pedido de suspensão do pagamento da coima.

Tendo por base a análise interna efetuada e a opinião da Sociedade de advogados que representa a Entidade neste processo, a Entidade constituiu uma provisão no montante de 10.250 milhares de euros. Apesar do parecer jurídico da Sociedade de advogados e da posição da participada reclamarem a desproporcionalidade da coima aplicada, o tribunal tem total competência para reduzir ou aumentar o valor da coima aplicada, sendo também possível apresentar novas provas durante o recurso, pelo que não é possível excluir que a participada possa vir a ser condenada a pagar um valor igual ou superior aquele provisionado nas suas demonstrações financeiras.

- (i) A reavaliação da análise efetuada pelo Grupo quanto à natureza do referido processo, fundamentando o montante de provisão constituído, (ii) a apreciação da informação obtida junto da Sociedade de advogados contratada pela participada, (iii) a verificação da correspondência trocada com a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões relativamente a esta matéria e a verificação das comunicações recebidas por parte do Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão;
- Analisámos também a informação disponível sobre os desenvolvimentos ocorridos sobre esta matéria após 31 de dezembro de 2021, até à data de emissão deste relatório.

Adicionalmente, os nossos procedimentos de auditoria incluíram a revisão das divulgações relativamente ao processo da Autoridade da Concorrência constantes nas notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas tendo em consideração o requerido pelo normativo contabilístico em vigor.

Ativos intangíveis em curso – recuperabilidade

Mensuração e divulgações relacionadas com o reconhecimento, mensuração e recuperabilidade de ativos intangíveis, apresentadas nas notas 3, 11 e 26 anexas às demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2021 a linha de outros ativos intangíveis apresentada na demonstração da posição financeira ascende a 13.738 milhares de euros, dos quais 4.178 milhares de euros correspondem a ativos intangíveis em curso respeitantes ao projeto de digitalização e renovação da infraestrutura tecnológica da participada Lusitania, Companhia de Seguros, S.A., denominado Projeto Viriato. Durante o exercício de 2021 a participada reavaliou as opções estratégicas tomadas no âmbito deste projeto, nomeadamente, quanto à opção escolhida para substituição do atual sistema técnico de negócio. No âmbito desta reapreciação, o Conselho de Administração da participada deliberou a procura de uma nova solução tecnológica com o objetivo de implementar um sistema que permita dar uma melhor resposta às necessidades da participada. Esta

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram:

- Leitura e revisão dos contratos subjacentes ao Projeto Viriato;
- Reuniões com o Conselho de Administração da participada Lusitania, Companhia de Seguros, S.A. para apreciação desta matéria e, nomeadamente, do racional para a decisão tomada de substituição do atual sistema técnico;
- Revisão dos suportes documentais utilizados para apuramento dos montantes a capitalizar e a desreconhecer.

8

Matérias relevantes de auditoria

decisão levou ao desconhecimento de gastos incorridos e capitalizados na demonstração da posição financeira do Grupo no montante de 3.021 milhares de euros. Desta forma, esta constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

Síntese da abordagem de auditoria

Adicionalmente, os nossos procedimentos de auditoria incluíram a revisão das divulgações relativamente à recuperabilidade dos ativos intangíveis em curso constantes nas notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas tendo em consideração o requerido pelo normativo contabilístico em vigor.

Reembolso do empréstimo obrigacionista**Mensuração e divulgações relacionadas com o empréstimo obrigacionista apresentados nas notas 3 e 7.4 anexas às demonstrações financeiras.**

A 23 de dezembro de 2016 a Montepio Seguros S.G.P.S., S.A. emitiu um empréstimo obrigacionista sénior, no montante de 17.500 milhares de euros e duração de 4 anos, integralmente subscrito pelo Montepio Geral – Associação Mutualista.

Em 11 de dezembro de 2020, foi aprovada em Assembleia de Obrigacionistas a prorrogação da maturidade do empréstimo por mais um ano, passando o mesmo a vencer-se a 23 de dezembro de 2021 e mantendo-se inalteradas as restantes condições previstas na ficha técnica da emissão.

Em 14 de dezembro de 2021, em Assembleia de Obrigacionistas e de forma semelhante ao ocorrido no ano transato, foi aprovada nova prorrogação de maturidade do empréstimo por mais um ano, mantendo-se igualmente inalteradas as restantes condições previstas na ficha técnica da emissão.

A relevância do empréstimo obrigacionista no passivo da Entidade e a análise das condições subjacentes ao seu reembolso justificam a divulgação desta matéria relevante de auditoria.

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram a análise dos documentos que suportam a prorrogação da maturidade do empréstimo obrigacionista, nomeadamente (i) as atas do Conselho de Administração e da Assembleia de Obrigacionistas e (ii) ficha técnica da emissão.

Adicionalmente, os nossos procedimentos de auditoria incluíram a revisão das divulgações relativamente ao empréstimo obrigacionista, constantes das notas do anexo às demonstrações financeiras consolidadas tendo em consideração o requerido pelo normativo contabilístico em vigor.

Risco de insuficiência de cobertura do requisito de capital de solvência do Grupo**Divulgação relacionada com o cumprimento do requisito de capital de solvência apresentada na nota 34 anexa às demonstrações financeiras consolidadas.**

O Grupo tem uma exposição relevante ao risco de mercado, no âmbito da determinação do seu rácio de cobertura do requisito de capital de solvência, em função, nomeadamente, do perfil de produtos comercializados (seguros com garantias de taxa de juro) e das características dos respetivos

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram:

- A análise das posições de solvência do Grupo (rácio de cobertura do requisito de capital de solvência) ao longo do período findo em 31 de dezembro de 2021 e, posteriormente, até à

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da abordagem de auditoria
instrumentos financeiros detidos que asseguram a cobertura das responsabilidades contratadas.	emissão da presente certificação legal das contas;
Tal exposição poderá implicar a diminuição relevante dos fundos próprios determinados para efeito de cobertura do requisito de capital solvência e, no extremo, o incumprimento do rácio de cobertura do requisito de capital de solvência do Grupo, aquando da subida das taxas de juro de mercado.	<ul style="list-style-type: none"> • Reuniões com o Conselho de Administração e com o Conselho Fiscal do Grupo e da participada Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A., para apreciação das respetivas posições de solvência e das medidas a tomar pelo Grupo para reforço do rácio de solvência;
Nesta medida, esta constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.	<ul style="list-style-type: none"> • Análise da correspondência trocada entre o Grupo, a participada e a Autoridade de Seguros e Fundos de Pensões; • Análise das medidas para reforço do rácio de solvência, aprovadas pelo Conselho de Administração da respetiva participada. <p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações constantes nas notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas, respeitantes ao cumprimento do rácio de cobertura do requisito de capital de solvência e aos eventos subsequentes relacionados com esta matéria, tendo em consideração as normas contabilísticas em vigor.</p>

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- elaboração do relatório consolidado de gestão e da demonstração não financeira consolidada, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;

g) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

h) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e

i) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, bem como a verificação de que a demonstração não financeira consolidada foi apresentada.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório consolidado de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre a demonstração não financeira consolidada

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo preparou um relatório separado do relatório consolidado de gestão que inclui a demonstração não financeira consolidada, conforme previsto no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais, tendo o mesmo sido divulgado juntamente com o relatório consolidado de gestão.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

a) Fomos nomeados auditores da Montepio Seguros S.G.P.S., S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 9 de setembro de 2019 para um mandato compreendido entre 2019 e 2021.

b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e

concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.

c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em 26 de maio de 2022.

d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

26 de maio de 2022

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Carlos Manuel Sim Sim Maia, ROC n.º 1138
Registado na CMVM com o n.º 20160750

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
Prestação de Contas Consolidadas

Senhores Acionistas,

De acordo com a lei e os estatutos, cumpre apresentar o nosso relatório e dar parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas relativos ao exercício de 2021, nomeadamente o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a Proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração da sociedade Montepio Seguros SGPS, SA.

No desempenho das suas competências, o Conselho Fiscal procedeu a diversos exames, análises e verificações que considerou necessários, com o objetivo de formar opinião e dar cumprimento ao disposto na lei, tendo acompanhado a atividade da sociedade, apoiando-se quer na documentação e informações facultadas pelos serviços de contabilidade quer nos esclarecimentos prestados pelo Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal apreciou o conteúdo da Certificação Legal das Contas sobre as contas consolidadas, que inclui duas ênfases e nove matérias relevantes de auditoria, emitida pelo Revisor Oficial de Contas, à qual dá a sua concordância.

Tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante do Relatório e Contas Consolidadas do exercício de 2021 foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem apropriada dos Ativos e Passivos das empresas incluídas no perímetro da consolidação.

No Relatório de Gestão é ainda destacado o momento de enorme incerteza que se vive quanto à evolução da guerra na Ucrânia e aos impactos económicos e financeiros na Europa e no Mundo, com fortes repercussões na economia portuguesa.

O resultado líquido consolidado do exercício de 2021 cifrou-se em 3.394.025 euros.

Considerando o trabalho desenvolvido no âmbito das competências legais que lhe estão atribuídas, o Conselho Fiscal da sociedade Montepio Seguros SGPS, SA deliberou emitir o seguinte parecer:

1. Que a Assembleia aprove o Relatório de Gestão e as Contas Consolidadas relativos ao exercício de 2021, tendo em consideração o teor da Certificação Legal das Contas;
2. Que seja aprovada a Proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração;
3. Que se proceda à apreciação da administração e fiscalização da sociedade nos termos do Artigo 455.º do Código das Sociedades Comerciais.

Lisboa, 30 de maio de 2022

Conselho Fiscal


José Augusto Perestrelo de Alarcão Troni – Presidente


Gabriel Fernando Martins de Mesquita Gabriel – Vogal


Paula Alexandra Flores Noia da Silveira - Vogal



Montepio Seguros SGPS, S.A.

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

2021



Índice

01. Montepio Seguros	2
02. Lusitania	5
03. Lusitania Vida	25
04. Futuro.....	39



1. Montepio Seguros

1.1 MONTEPIO SEGUROS

A Montepio Seguros foi constituída sob a forma jurídica de Sociedade Gestora de Participações Sociais, tendo como participadas as seguintes empresas:

- Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.
- Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.
- Futuro, Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

O capital social é de 137.750.000 euros repartido pela Associação Mutualista Montepio Geral com 89,546%, pela Lusitania, Companhia de Seguros, S.A., com 8,348% e pela Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A com 2,105%.

PARTICIPADAS

- Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.

A Companhia foi fundada em 1986, sendo a primeira seguradora de iniciativa privada a ser criada após o 25 de abril de 1974. Desde então a Companhia tem-se dedicado à comercialização de seguros de ramos reais, explorando todos os ramos.

A N Seguros após a integração por fusão na Lusitania em 31 de dezembro de 2019, passou a ser uma marca desta Companhia no canal directo dos seguros Não Vida.

- Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.

A Lusitania Vida foi constituída em 1987, sendo especializada em seguros do ramo Vida e na gestão de Fundos de Pensões.

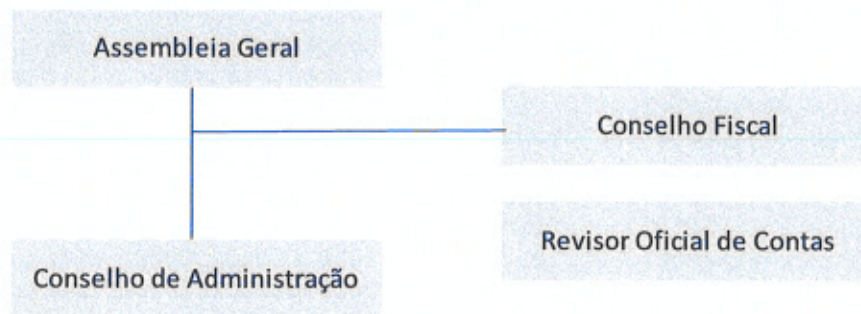
- Futuro, Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

A Futuro é especializada na gestão de Fundos de Pensões e foi criada em 1988.

1.2 MODELO DE GOVERNO

ÓRGÃOS SOCIAIS

Nos termos estatutários, a gestão da Sociedade é assegurada por um Conselho de Administração composto por três a sete membros eleitos trienalmente, sendo permitida a sua reeleição.



O Conselho de Administração do mandato 2019-2021 é composto por três administradores, sendo um Presidente, um Vice-Presidente e um Vogal. O Conselho de Administração gere os negócios da Sociedade com os mais amplos poderes.

A fiscalização da Sociedade compete a um Conselho Fiscal composto por três membros efetivos e um suplente e um Revisor Oficial de Contas.

Os membros dos órgãos sociais exercem as suas funções por períodos de três anos, podendo ser reeleitos.

A Assembleia Geral é constituída pelos acionistas com direito de voto. Reúne ordinariamente uma vez por ano ou sempre que requerida a sua convocação ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral pelos Conselhos de Administração ou Fiscal. A mesa da Assembleia Geral é composta por um Presidente, um Vice-presidente e um Secretário.

2. *LUSITANIA*



Relatório de Sustentabilidade 2021

2.1. A LUSITANIA

A Lusitania é uma das Seguradoras do top 10 a operar em Portugal. Exerce a atividade de seguros em todos os ramos Não Vida.

VISÃO E ESTRATÉGIA

Visão

Ter as melhores soluções de seguros não vida e merecer a confiança das pessoas para cuidar do seu bem-estar, património e futuro, contribuindo para as finalidades mutualistas do Montepio Geral.

Estratégia

- 1. Desenvolvimento do negócio**
Centralização no cliente, novos modelos de oferta, novos modelos de preço, novos modelos de alianças com parceiros e de comunicação externa, maior articulação com o grupo e redefinição da presença geográfica.
- 2. Evolução organizacional**
Adoção de práticas de workplace innovation, revendo e avaliando lideranças, políticas RH, redesenhando a estrutura organizacional, estabelecendo novos modelos de gestão de projetos, de formação e de comunicação interna.
- 3. Transformação digital**
Utilização de novas tecnologias e capacidade de inovação para criar uma nova cadeia de valor.
- 4. Projetos críticos**
Meios digitais, paperless, gestão e organização da informação, IFRS 17, core Insurance e resseguro.

BALCÕES

No final de 2021, a Lusitania detinha um total de 24 Balcões físicos, distribuídos ao longo do território nacional, tendo encerrado o ano com um total de 2738 mediadores.

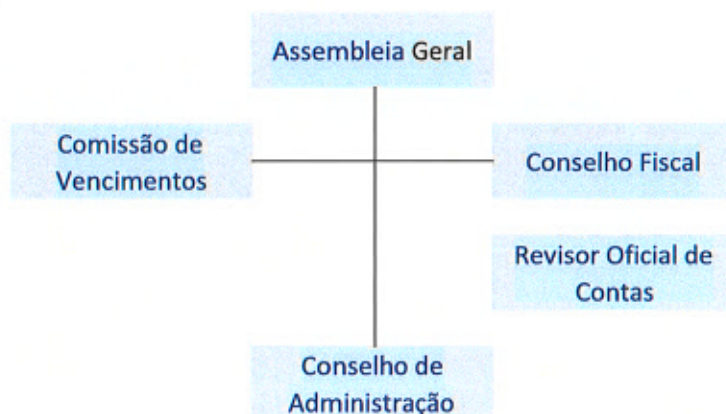
Nº de Balcões e Lojas em Território Nacional e Internacional	2021
Balcões Lusitania	24
Lojas de Agentes de Representação	70



2.2. MODELO DE GOVERNO

ÓRGÃOS SOCIAIS

Nos termos estatutários, a gestão da Sociedade é assegurada por um Conselho de Administração composto por três a sete membros eleitos quadrienalmente, sendo permitida a sua reeleição.



O Conselho de Administração no exercício de 2021 foi composto por quatro administradores, sendo um Presidente e três Vogais. O Conselho de Administração gere os negócios da Sociedade com os mais amplos poderes.

A fiscalização da Sociedade compete a um Conselho Fiscal composto por três membros efetivos e um suplente e a um Revisor Oficial de Contas, eleitos quadrienalmente, sendo reelegíveis.

A Assembleia Geral é constituída pelos acionistas com direito de voto. Reúne ordinariamente uma vez por ano ou sempre que requerida a sua convocação ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral pelos Conselhos de Administração ou Fiscal, ou por acionistas que representem pelo menos 5% do capital social.

A mesa da Assembleia Geral da Lusitania, eleita por um período de quatro anos, é composta por um Presidente, um Vice-presidente e um Secretário.

As remunerações dos membros do Conselho de Administração são fixadas por uma Comissão de Vencimentos composta por três membros eleitos quadrienalmente pelos acionistas, podendo ser reeleitos.

GESTÃO DE RISCO

A Companhia tem vindo a desenvolver o Plano Diretor de Gestão Integrada dos Riscos, que se encontra alinhado com os objetivos do regime prudencial Solvência II, para criar os meios e as condições no sentido de atingir as metas da Companhia nestas matérias, tendo também incorporado os riscos associados à Sustentabilidade (Ambiente, Social e de Governação). Numa visão integrada e alargada da gestão dos riscos, que visa a cultura de criação de valor partilhado, fatores como a prevenção de doenças crónicas ou a preservação da biodiversidade deverão ser considerados no desenvolvimento das atividades e do negócio da Companhia.

Relatório de Sustentabilidade 2021

Nos termos deste Plano, no decorrer do ano 2021, continuaram a ser implementadas várias medidas tendentes a melhorar o modelo de gestão integrada de riscos. A concretização das medidas está refletida nos diversos instrumentos que definem as políticas e procedimentos da Companhia no quadro das funções e responsabilidades da Administração e dos Diretores e Responsáveis de Topo.

O modelo de governação da Lusitânia procura promover e potenciar o funcionamento da Companhia, de forma a fortalecer a confiança dos clientes, dos acionistas, dos trabalhadores e do Supervisor no modo como é desenvolvida a gestão e a fiscalização da Sociedade. As principais responsabilidades do processo são asseguradas pelos seguintes intervenientes:

- **Conselho de Administração:** Aprova a Visão e a Missão, e define os objetivos estratégicos. Determina a estratégia de gestão de risco corporativo e define os objetivos de gestão de risco nos quatro níveis: Estratégico, Operacional, *Reporting* e *Compliance*. Define as políticas de gestão de risco, o apetite ao risco e os níveis de tolerância. Este órgão é, ainda, responsável pela avaliação da eficácia do sistema de gestão de riscos.
- **Gestão de Risco:** Propõe, implementa e garante o cumprimento da Política de Gestão de Risco e os métodos e procedimentos de mensuração dos riscos. Monitoriza os resultados e reporta-os de forma tempestiva ao Comité de Risco e ao Conselho de Administração. Analisa, identifica e monitoriza as medidas de mitigação e/ou correção dos desvios face aos limites e níveis de tolerância que estiverem definidos em cada momento.
- **Auditoria Interna:** Assegura a existência de um adequado ambiente de controlo interno e avalia a qualidade, a eficácia e a adequação de procedimentos, metodologias e técnicas utilizadas na definição e na monitorização dos riscos.
- **Compliance:** Assegura, de forma contínua, o cumprimento da regulamentação externa e interna relativa à gestão de riscos.

Principais desenvolvimentos da área de gestão de risco em 2021

- Monitorização contínua e permanente da situação de solvência (e situação financeira e de liquidez), e o respetivo reporte ao Conselho de Administração, com maior relevância numa situação extraordinária e sem precedentes decorrentes da pandemia (surto pandémico Coronavírus – COVID-19);
- Desenvolvimento e realização dos exercícios de autoavaliação prospetiva dos riscos e da solvência (ORSA) de 2021, no âmbito do processo de planeamento estratégico e na definição do plano de negócios anual, permitindo à Companhia alinhar os objetivos estratégicos e a gestão operacional. Em simultâneo, permitiu concluir acerca da adequação do capital da Companhia ao seu perfil de risco, avaliar a sua solidez para o horizonte temporal considerado e uma afetação eficiente do capital;
- Continuação da implementação da *framework* de Risco Operacional, com o princípio orientador da gestão descentralizada do Risco Operacional: Modelo de Autoavaliação dos Riscos e dos Controlos dos processos de negócio - construção e atualização das matrizes de riscos e controlos em áreas de Suporte Operacional e a realização de diversas atividades em várias áreas: Direção Financeira, Gestão de Reclamações - e a Plataforma de Registo de Eventos de Risco - processo de identificação, registo e controlo sobre todas as irregularidades identificadas, com a respetiva quantificação, tendo como um dos objetivos o respetivo *input* para o *Datamart* de dados interno, integrado no Modelo de Gestão do Risco Operacional da Companhia;
- Evolução do Sistema de Governação, com a definição de um *roadmap* tendo como objetivo principal a revisão e atualização do normativo de governação prudencial, em linha com as orientações da EIOPA, bem como os normativos da ASF;
- Avaliação da construção de cenários que incorporem riscos de alterações climáticas, tendo em conta que a ocorrência de acontecimentos climáticos irá aumentar, bem como a sua severidade, com custos significativos. A avaliação está a ser efetuada essencialmente na elaboração do exercício de autoavaliação prospetiva dos riscos e da solvência;
- Acompanhamento e monitorização das alterações legislativas sobre a temática da sustentabilidade, nomeadamente o Regulamento da Taxonomia e *European Green Bond Standard*, bem como o Regulamento SFDR relativo à divulgação de informações relacionadas com sustentabilidade nos serviços financeiros;
- Desenvolvimento dos trabalhos associados ao processo de certificação atuarial e à certificação pelo Revisor Oficial de Contas de informação para efeitos de supervisão e do relatório sobre a solvência e situação financeira da Companhia, com referência a dezembro de 2021.

Relatório de Sustentabilidade 2021

Para além das atividades desenvolvidas, a Companhia tem consciência que o posicionamento perante a Sustentabilidade deverá ser estrutural e os seus objetivos mais ambiciosos, tornando-se uma base de diferenciação no mercado, não existindo espaço para abordagens incrementais em relação a esta temática.

Os principais riscos a que a Lusitânia se encontra exposta são os seguintes:

Categoria	Definição
Risco Estratégico	Risco do impacto atual e futuro nos proveitos ou capital que resulta de decisões de negócio inadequadas quanto aos objetivos estratégicos da empresa, às estratégias de negócio desenvolvidas para atingir esses objetivos, bem como da implementação imprópria de decisões, insuficiência de recursos ou falta de capacidade de resposta às alterações em termos económicos, tecnológicos, competitivos, regulatórios ou a outras alterações ocorridas no mercado.
Risco de Reputação	Risco da empresa incorrer em perdas resultantes da deterioração da sua reputação ou posição no mercado devido a uma perceção negativa da sua imagem entre os Clientes, contrapartes, acionistas ou autoridades de supervisão, assim como do público em geral. Este risco surge como consequência da ocorrência de outros riscos e não tanto como um risco autónomo.
Risco Específico Seguro	Risco inerente à comercialização de contratos de seguro, associado ao desenho de produtos e respetiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro.
Risco de Mercado	Risco de movimentos adversos no valor de ativos da empresa relacionados com variações dos mercados de capitais, dos mercados cambiais, das taxas de juro e do valor do imobiliário. Este risco inclui também os riscos associados ao uso de instrumentos financeiros derivados e está fortemente relacionado com o risco de <i>mismatching</i> entre ativos e responsabilidades.
Risco de Crédito	Risco de incumprimento (<i>default</i>) ou de alteração na qualidade creditícia dos emitentes de valores mobiliários aos quais a empresa está exposta, bem como dos devedores, prestatários, mediadores, tomadores de seguro e resseguradores que com ele se relacionem.
Risco de Concentração	Risco que resulta de uma elevada exposição a determinadas fontes de risco, tais como categorias de ativos, linhas de negócio ou Clientes, com potencial de perda suficientemente grande para ameaçar a situação financeira ou de solvência da empresa.
Risco de Liquidez	Risco que advém da possibilidade da empresa não deter os ativos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários necessários ao cumprimento das obrigações para com os tomadores de seguros e outros credores à medida que eles se vencem.
Risco de Compliance	Risco de ocorrência de impactos negativos no modelo de negócio da Companhia, na sua reputação, integridade ou condição financeira, decorrentes de violações ou desconformidades relativamente às leis, regulamentos, contratos, códigos de conduta, práticas instituídas ou princípios éticos. Pode traduzir-se em sanções de carácter legal ou regulamentar, na limitação das oportunidades de negócio, na redução do potencial de expansão ou na impossibilidade de exigir o cumprimento de obrigações contratuais. Este risco pode surgir como consequência da ocorrência de outros riscos e não tanto como um risco autónomo.

Relatório de Sustentabilidade 2021

Categoria	Definição
Risco Operacional	<p>Risco de perdas resultantes da inadequação ou falha nos procedimentos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos.</p> <p>Está associado às perdas originadas nas operações diárias da empresa.</p>
Risco de Distribuição	<p>Risco de uma perda devido a desvios nos planos de distribuição de seguros em relação às expectativas. Este tipo de risco está relacionado com a dependência de entidades e parcerias externas para a distribuição dos produtos da Companhia. O risco de distribuição pode decorrer de várias causas, incluindo falta de alinhamento de incentivos, deficiente gestão da relação contratual ou falta de suficiente poder de negociação na relação contratual.</p>
Risco de Concorrência	<p>O risco de concorrência surge devido a mudanças no ambiente competitivo como um todo ou no posicionamento de mercado da Companhia e está relacionado com rivalidade com concorrentes existentes, novos <i>players</i> de mercado, produtos concorrentes ou substitutos.</p>
Risco de Alterações Regulamentares	<p>Alterações regulamentares que dizem respeito a determinadas características permitidas aquando da estruturação de produtos, gestão/condução do negócio, práticas de subscrição, gestão de recursos humanos, entre outros, e que são passíveis de afetar os volumes/rentabilidade da carteira atual ou no que concerne ao novo negócio gerado pela Companhia.</p>
Riscos Cibernéticos	<p>O risco cibernético refere-se aos potenciais resultados negativos associados a ataques cibernéticos. Por sua vez, ataques cibernéticos podem ser definidos como tentativas de comprometer a confidencialidade, integridade, disponibilidade de dados ou sistemas computacionais.</p>
Risco de Sustentabilidade	<p>Risco que advém da ocorrência de eventos incertos ou condições sociais que possam provocar impacto negativo significativo na Companhia. Risco decorrente da incerteza na resiliência e na criação de valor a longo prazo, tendo em conta os fatores ambientais, sociais e de governação.</p>

ÉTICA E INTEGRIDADE

Código de Ética Lusitânia

Código de Ética Lusitânia

O quadro legal que rege a atividade da Lusitânia obriga a estabelecer e monitorizar o cumprimento de códigos de conduta que estabeleçam linhas de orientação em matéria de ética profissional, incluindo princípios para a gestão de conflitos de interesses, aplicáveis aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, aos responsáveis por funções-chave e demais trabalhadores e colaboradores.

A Lusitânia redigiu o seu Código de Ética, que define os princípios e as regras a observar pela Companhia, sem prejuízo de outras disposições legais ou regulamentares aplicáveis a que, por inerência do exercício das suas funções, se encontre obrigada.

Deveres de informação e esclarecimentos aos seus Clientes

A Lusitânia encontra-se legalmente adstrita ao cumprimento de uma série de deveres de informação e esclarecimento aos seus Clientes, em momento anterior à celebração do contrato de seguro, conforme o disposto nos Artigos 18.º a 22.º do Decreto-Lei n.º 72/2008, de 16 de abril.

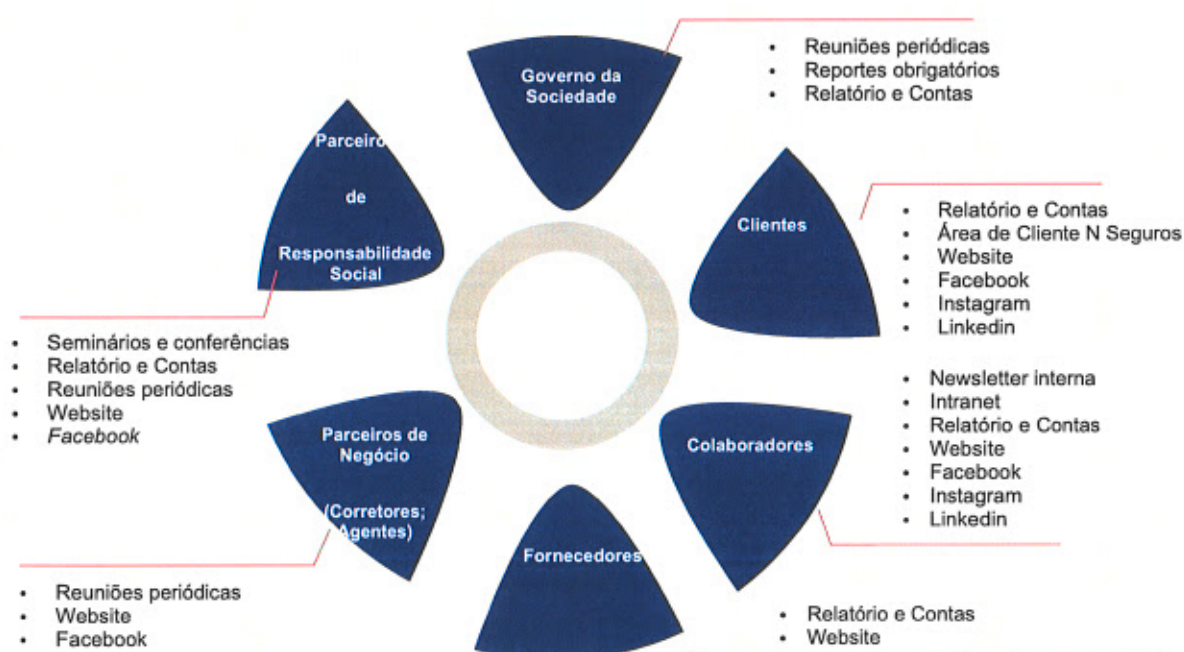
Por outro lado, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, através da publicação de Normas Regulamentares e Circulares, impõe regras que as Seguradoras deverão observar para defesa do consumidor, nomeadamente em matéria de Conduta de Mercado (Norma Regulamentar n.º 10/2009-R, de 25 de junho), Deveres de Diligência dos Seguradores relativamente aos “Seguros de proteção ao crédito” (Circular n.º 2/2012, de 1 de março) e, ainda, Publicidade realizada pelas Companhias de Seguros (Norma Regulamentar n.º 03/2010-R, de 18 de março).

2.3. ENVOLVIMENTO COM STAKEHOLDERS

A Lusitania reconhece a importância dos seus *stakeholders* como elementos-chave para o desenvolvimento da atividade da Companhia. O envolvimento contínuo com todos os seus *stakeholders* é considerado um aspeto essencial no caminho para o desenvolvimento sustentável, uma vez que permite identificar questões emergentes, moldar respostas e continuar a melhorar o desempenho nos três pilares da sustentabilidade: económico, ambiental e social.

De forma a promover o envolvimento e o diálogo contínuo com os seus stakeholders, a Lusitania dispõe de canais de envolvimento (internos e externos) específicos, que a seguir se apresentam:

PRINCIPAIS GRUPOS DE STAKEHOLDERS E SEUS CANAIS DE ENVOLVIMENTO



Relatório de Sustentabilidade 2021

2.4. ALINHAR A OFERTA SEGURADORA COM O MUNDO EM MUDANÇA

Em 2021, a Lusitânia manteve como prioridades o reforço das alianças com a rede de mediação e o fortalecimento das parcerias, bem como o desenvolvimento da atividade no canal bancário

Criação e distribuição de valor

(em milhares de euros)

		2019	2020	2021
VALOR ECONÓMICO DIRETO GERADO	Receitas - Prémios de seguro direto	210.313	215.556	214.380
	Governo	2.272	2.249	2.041
	Fornecedores	14.238	14.776	16.435
VALOR ECONÓMICO DISTRIBUÍDO	Mediadores (Comissões)	25.870	24.673	23.759
	Colaboradores	21.757	23.343	23.626
	Comunidade	169	49	77
VALOR ECONÓMICO ACUMULADO		141.881	146.008	150.476

Evolução dos Prémios de Seguro Direto*

(em milhares de euros)

	2020	2021	Variação
Acidentes e Doença	80.193	83.979	4,7%
Incêndio e outros danos	43.266	41.330	-4,5%
Automóvel	76.376	73.202	-4,2%
Transportes	2.554	2.506	-1,9%
Responsabilidade civil geral	5.425	5.758	6,1%
Diversos	7.752	7.605	-1,9%
Total	215.565	214.380	-0,6%

PRODUTOS E SERVIÇOS FOCADOS NAS NECESSIDADES DOS CLIENTES

Só entendendo as reais necessidades dos Clientes é que as empresas podem continuar a operar num mercado cada vez mais concorrencial. É com esta visão que procuramos a cada momento disponibilizar aos nossos clientes e parceiros uma ampla oferta de produtos nos vários ramos onde atuamos e, sempre que necessário, introduzir novos produtos no mercado.

Relatório de Sustentabilidade 2021

O ano de 2021 voltou a ser um ano muito marcado pela pandemia da Covid-19, e pelas consequências económicas que daí advieram. Foi nesse intuito que a Lusitania disponibilizou ao mercado um novo produto Automóvel, o Auto 21. Este produto caracteriza-se por ser um seguro Automóvel simplificado e reduzido ao que os Clientes mais procuram, com um prémio de seguro o mais baixo possível, indo de encontro aos Clientes que procuram apenas um seguro de responsabilidade civil obrigatória.

Na área de saúde a Lusitania continuou a promover o Seguro Montepio Saúde, lançado em finais de 2020. Trata-se de um Seguro de Saúde exclusivo para os associados da Associação Mutualista Montepio. Um seguro complementar ao cartão Saúde que já era oferecido a todos os associados.

Ainda no decorrer de 2021, e em resposta à situação pandémica causada pela Covid-19, a Lusitania manteve condições especiais de subscrição do Seguro de Voluntariado

Além dos novos produtos apresentados, o ano foi assinalado por um foco na melhoria de processos, com o objetivo de tornar o dia a dia dos Clientes e dos Agentes mais simples.

Com uma oferta abrangente, tanto para Clientes Particulares como para Empresas, a Lusitania procura sempre apresentar a melhor solução para cada Cliente. É com o intuito de reunir todos os seguros do Cliente, num único plano, que existe o Plano E+. Uma solução de seguros em que, a cada momento, é possível incluir outros seguros que melhor se adaptam às necessidades de cada um. Cada Cliente constrói o seu plano, tendo sempre melhores condições do que na aquisição individual de produtos.

Particulares (Plano E+ Particulares)	Empresas (Plano E+ Empresas)
Seguros de saúde e bem-estar	Seguros de Património e Responsabilidades – automóvel, multiriscos e acidentes de trabalho
Seguros de Família	Seguros de Imóveis
Seguros de Lazer	Seguros de Saúde para colaboradores
Seguros Automóvel	Seguros para o Setor Marítimo
Seguros Empresário Individual	Seguro de Responsabilidade Ambiental

Oferta sustentável

No âmbito da oferta sustentável, importa destacar o Seguro Voluntariado, e ainda, no âmbito da oferta com benefício ambiental, o seguro de responsabilidade ambiental e a cobertura de “Queda ou quebra de painéis solares” em produtos de multiriscos habitação.

Solução	Descrição e atividade
Seguro Voluntariado	<ul style="list-style-type: none">• Seguro de Responsabilidade Civil que protege os colaboradores voluntários de eventuais riscos durante a atividade de voluntariado. Este seguro tem duas modalidades – permanente ou temporário – para

Relatório de Sustentabilidade 2021

Solução	Descrição e atividade
	proteção dos colaboradores em regime de voluntariado durante 1 ano ou 7 dias, respetivamente
Seguro de Responsabilidade Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> A Lusitânia disponibiliza um seguro de Responsabilidade Civil Ambiental. Este seguro tem como garantias a responsabilidade administrativa do segurado pela prevenção e reparação de danos ambientais causados por contaminação. O seguro de Responsabilidade Civil prevê, ainda, uma cobertura relacionada com poluição súbita e accidental
Oferta direcionada para a microgeração	<ul style="list-style-type: none"> A Lusitânia disponibiliza nos seus produtos de Multirriscos de Habitação uma cobertura de "Queda ou quebra de painéis solares", que pode ser complementada através de uma apólice de Engenharias, garantindo não só os danos próprios como os danos a terceiros em responsabilidade civil ou cobertura de perdas de exploração. A carteira de apólices de Engenharias é constituída maioritariamente por instalações do segmento microgeração (<13,5 kW), impulsionada no início pelos incentivos fiscais atribuídos às fontes renováveis, bem como por instalações seguras em apólice multirriscos.

FORTALECIMENTO DE ALIANÇAS E PARCERIAS

Ainda que com menor expressão face a 2020, o contexto pandémico continuou a afetar o ano de 2021 e a condicionar a relação com os nossos Parceiros de Negócio. As restrições existentes continuaram a impactar negativamente na situação económica das famílias, com repercussões em todos os setores de atividade e, naturalmente, também, no setor segurador. Atentos a estas condicionantes e sempre com foco nos nossos Clientes e Parceiros de Negócio, continuámos a desafiar-nos na forma de trabalhar e de interagir, privilegiando os meios digitais como meio de comunicação. Mantivemos ou melhorámos processos, tornando-os mais ágeis e flexíveis, mais adequados ao contexto existente.

Com o objetivo de estarmos mais próximos dos nossos Clientes, abrimos um novo espaço nas Amoreiras, com um novo conceito de Loja, que inovou o formato de atendimento tradicional, proporcionando toda uma nova experiência interativa.

Por outro lado, continuaram a fazer-se sentir os efeitos da Nova Diretiva de Seguros de 2019, cujas condicionantes legais acabam por excluir da atividade seguradora cada vez mais mediadores, refletindo-se também no número de mediadores a trabalhar com a Lusitânia, que continuou a decrescer em 2021.

GESTÃO DAS RECLAMAÇÕES

A Lusitânia tem uma grande preocupação com a qualidade do serviço prestado. Neste sentido, tem vindo a assegurar o tratamento e a análise dos dados relativos à gestão de reclamações, procedendo à deteção e correção de problemas recorrentes ou sistémicos, no sentido de melhoria contínua da qualidade de serviço e, também, para a mitigação de eventuais riscos legais ou operacionais.

O Centro de Gestão de Reclamações é o órgão responsável por gerir e tratar as reclamações direcionadas para a Lusitânia. Em 2021 geriu 781 reclamações (622 relacionadas com a marca Lusitânia e 159 relativas à marca N Seguros), que chegaram através dos diversos canais de receção. Verificou-se uma preferência na apresentação das reclamações diretamente à Companhia, à semelhança do ano de 2020.

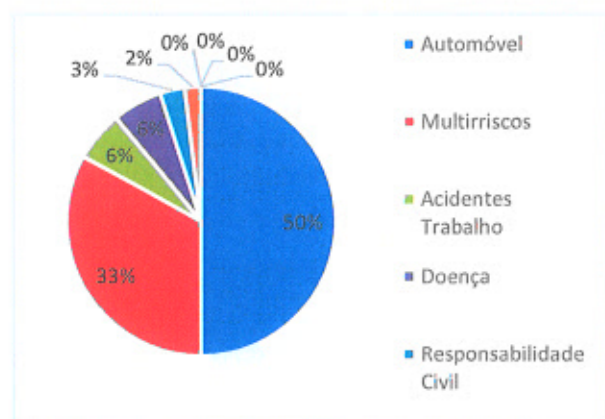
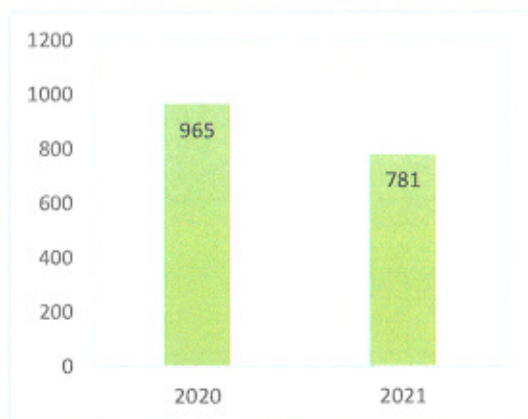
Adicionalmente e como indicado no nosso relatório anual de Reclamações, foram respondidos mais 29 pedidos de informação adicional da ASF (24 da marca Lusitânia e 5 da marca N Seguros), o que perfaz um total de 810 processos geridos.

- **781 reclamações em 2021 (-19% face ao ano anterior)**
- **Taxa de encerramento: 99%**
- **O total de reclamações corresponde a 0,091% do total de apólices em vigor**
- **Tempo médio de resposta às reclamações: 5 dias**
- **53% das reclamações estão relacionadas com sinistros.**

Evolução do número de reclamações

Reclamações por modalidade – 2021

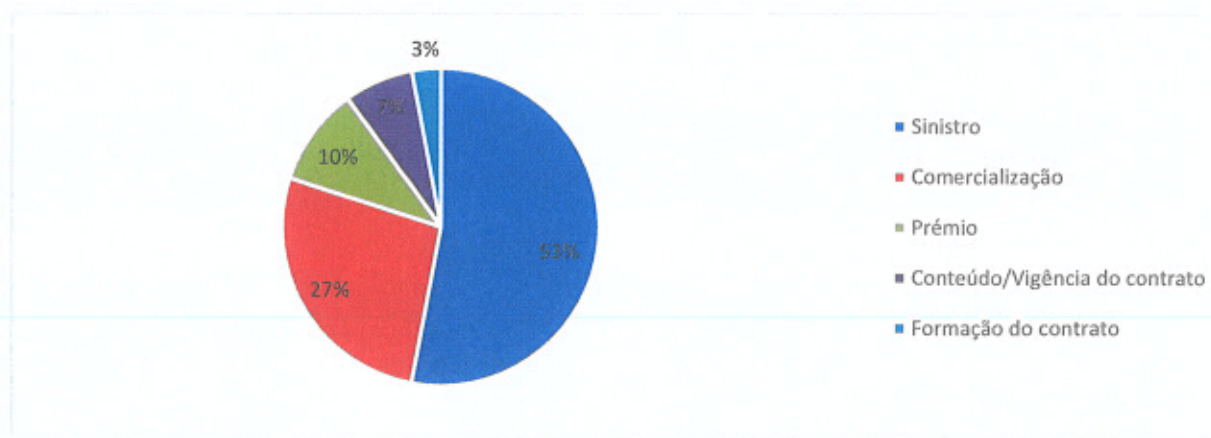
Marca Lusitânia e marca N Seguros



Relatório de Sustentabilidade 2021

Reclamações por tipologia – 2021

Marca Lusitania e marca N Seguros



Em 2021, a maioria das reclamações foram sobre seguro Automóvel, seguido de Multirriscos. Em termos de tipologia, o sinistro foi o que originou um maior número de reclamações, seguido de comercialização.

2.5. VALORIZAR OS COLABORADORES

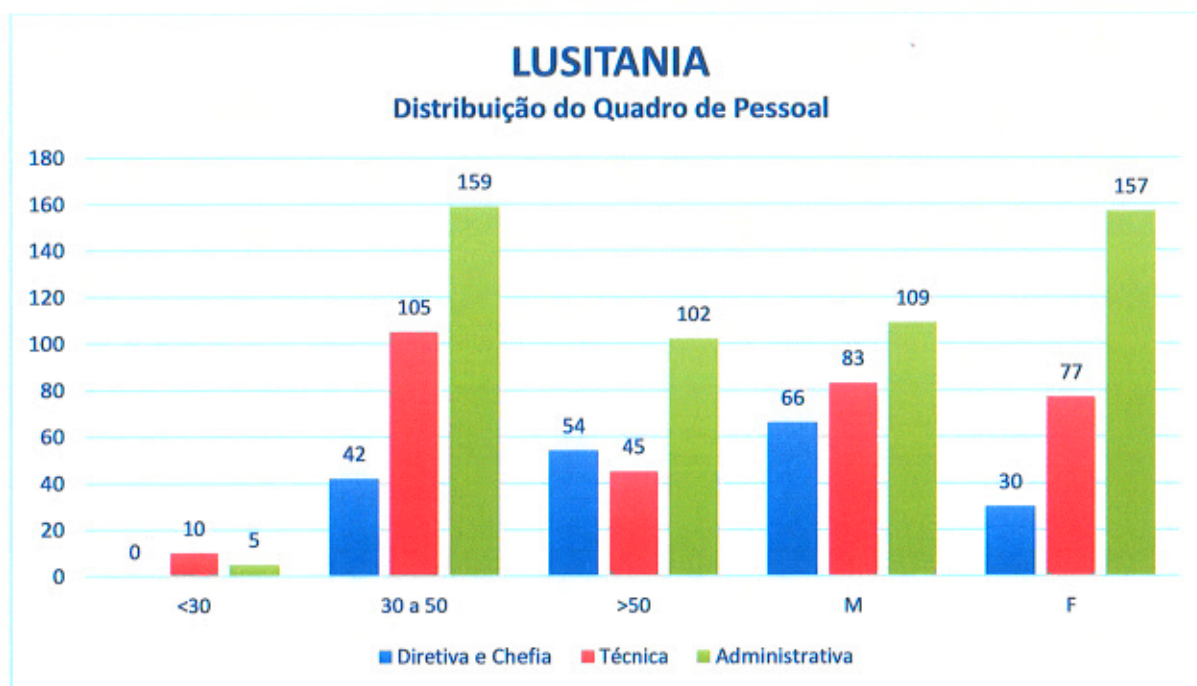
CARACTERIZAÇÃO DA EQUIPA

No final de 2021, a Lusitania era composta por 522 Colaboradores

522 Colaboradores da Lusitania

- 50,6% colaboradores do género feminino e 49,4% do género masculino
- 73,8% trabalham nos serviços centrais e 26,2% nas áreas comerciais
- 99,2% dos colaboradores com contrato permanente
- 38,5% no Norte; 5,9% no Centro; 54,4% no Sul e 1,1% nas Regiões Autónomas

Colaboradores por faixa etária e género, por funções



Em 2021, foram admitidos 10 colaboradores e registaram-se 21 saídas.

Relatório de Sustentabilidade 2021

DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO

Formação e Desenvolvimento de Competências

Durante o ano de 2021, a atividade de formação desenvolveu-se, não só para colaboradores da Lusitania como também para PDEADS, tendo-se verificado neste caso, 6 ações, abrangendo 136 formandos e totalizando 2.000 horas de formação.

Cursos e ações formativas em e-learning e presenciais realizados para colaboradores

543 formandos, em 209 ações e 3.004 participações, num total de 11.213 horas

Instalações

Em 2021 foi concluída a remodelação do edifício da Maia, de modo a acolher todos os trabalhadores que se encontravam alocados na R. Júlio Dinis no Porto num novo conceito de espaço de trabalho.

Benefícios aos Colaboradores

Em 2021, a Lusitania manteve um conjunto de benefícios aos colaboradores, tendo em vista o seu bem-estar e conciliação entre a vida pessoal e profissional

SOCIAIS

- Subsídio à compra de manuais para filhos que se encontrem no 1º, 2º e 3º ciclo de escolaridade;
- Protocolo dos Colaboradores do Grupo Montepio.

COMERCIAIS E FINANCEIROS

- Descontos relevantes em todos os seguros;
- Protocolo Grupo Montepio.

PRÁTICAS DE CONCILIAÇÃO TRABALHO / FAMÍLIA

- Programas sociais, recreativos e culturais extensíveis ao agregado familiar através da Casa de Pessoal;
- Acordos com estabelecimentos da área educativa;
- Tolerância de ponto no dia de anos do trabalhador.

TRABALHO / ESTILO DE VIDA

- Protocolos MEO/CP;
- Refeitórios na Sede em Lisboa e na Maia;
- Dias adicionais de férias por antiguidade.

DESENVOLVIMENTO

- Compartilhação de despesas de educação dos colaboradores (ex.: participação na formação pós-graduada e mestrados);
- Recurso privilegiado a recrutamento interno.

BEM-ESTAR

- Segurança e saúde no trabalho, com avaliações de saúde periódicas, e de risco dos locais de trabalho;
- Posto médico na Sede e na Maia
- Seguro de Saúde Lusitania;
- Cartão de saúde extensível ao agregado familiar;
- Plano Conforto +.

Relatório de Sustentabilidade 2021

MEDICINA NO TRABALHO E ACIDENTES DE TRABALHO

No total do ano foram realizados 516 exames e em termos de medicina curativa foram efetuadas 261 consultas em Lisboa e 191 no Norte.

Acidentes de Trabalho: 3 casos

Qualquer dos casos não resultou em situações de incapacidade temporária absoluta ou parcial

2.6. INVESTIR EM AÇÕES QUE BENEFICIEM A COMUNIDADE

APOIO À COMUNIDADE

Assumindo um papel de Responsabilidade Social, com apoio nas mais diversas áreas, a Lusitania tem-se associado a várias instituições, nas áreas de Apoio à Comunidade, Desporto e Cultura. Em alguns casos, apoia as instituições através de ofertas de seguros, ou de bens necessários em espécie.

Instituições Beneficiadas	Apoio à Comunidade	Desporto	Cultura
Alzheimer Portugal	✓		
Acreditar	✓		
AFID	✓		
Cuidar Melhor	✓		
AMPMV	✓		
Associação Nuvem Vitória	✓		
Apoio à Vida	✓		
Fundação Montepio	✓		
Fundação de Jesus	✓		
GRACE	✓		
Voluntários da Leitura	✓		
Clube Naval de Cascais		✓	
Clube Oriental de Pechão		✓	
Clube Naval do Funchal		✓	
Associação Mutualista Montepio		✓	
APORVELA		✓	
Super Açor		✓	
Clube Ténis Montemor-o-Novo		✓	
DGPC			✓
DRCN			✓
Fundação Côa Parque			✓
CESPU			✓
Museu da Presidência			✓

PATROCÍNIOS E MECENATO

Num ano igualmente difícil, devido à pandemia, e com fortes restrições na realização de grandes eventos, não se efetuaram as habituais ativações de marca.

Relatório de Sustentabilidade 2021

Mantivemos a solidariedade junto da Comunidade, no apoio a crianças, idosos, portadores de deficiência e população carenciada, incentivando ao voluntariado, associativismo e intervenção comunitária.

Relativamente ao Desporto, foi novamente um ano atípico, não se tendo realizado as habituais provas desportivas, como por exemplo, as promovidas pela Associação Mutualista. No entanto, mantivemos o apoio a diversos clubes que incentivam a prática da atividade desportiva, desde o atletismo, padel, ténis e vela.

PROMOVER O AMBIENTE

A Lusitania atua no sentido de mitigar o seu impacto nos recursos naturais, promovendo a eficiência energética, apostando na minimização das emissões de carbono, diminuindo o consumo de papel e gerindo de forma eficiente os resíduos.

De seguida é apresentado o desempenho ambiental da Companhia, com referência ao ano de reporte.

DESEMPENHO AMBIENTAL



1.454.978 Kwh | Consumo de Eletricidade



120.944 Litros | Consumo de Combustíveis da frota
65.733 Kwh | Consumo de Eletricidade da frota



46,63 ton | Consumo de Papel



2,3 ton | Resíduos totais produzidos

Relatório de Sustentabilidade 2021

INICIATIVAS QUE PROMOVEM O AMBIENTE

Implementado

Sede e Outros Edifícios:

Continuação da conversão dos sistemas de iluminação tradicional por tecnologia LED, numa lógica de substituição direta por avaria.

Implementado

Frota automóvel: *Em 2021, a frota automóvel da Lusitania detinha 15 viaturas híbridas e 40 viaturas 100% elétricas, o que corresponde a 37,5% do total da frota.*

3. *LUSITANIA VIDA*

Relatório de Sustentabilidade 2021

3.1 LUSITANIA VIDA

A Lusitania Vida, Companhia de Seguros de Vida, S.A., foi constituída em 15 de Maio de 1987 com o objetivo de desenvolver autonomamente a atividade do Ramo Vida. A sua origem fica a dever-se à iniciativa conjunta do mesmo grupo de investidores que constituiu a Lusitania Companhia de Seguros, SA que, acreditando no País, pretenderam ver alargado o âmbito de atuação desta para o Ramo Vida.

A Lusitania Vida iniciou a sua atividade em 20 de outubro de 1987 e foi pioneira em Portugal ao refletir nos seus resultados os custos e proveitos exclusivamente da atividade do Ramo Vida. Em 1990, a composição acionista alterou-se significativamente com a aquisição de uma percentagem significativa do Capital Social por parte da Companhia Geral de Crédito Predial Português, com o que se iniciou a comercialização de seguros de Vida através dos balcões deste banco. Em 1995 o Grupo Totta, detentor do controlo da Companhia Geral de Crédito Predial Português, SA, alienou ao Grupo Montepio Geral a sua posição na Lusitania Vida SA, o qual assumiu uma posição de controlo que se mantém até ao presente.

CARACTERIZAÇÃO DA COMPANHIA

A Lusitânia Vida tem sede social na Avenida Engenheiro Duarte Pacheco, Torre 2 – 12º, 1070-102 Lisboa, onde, a 31 de dezembro de 2021, conta com um quadro de 30 trabalhadores, excluindo os Administradores, e uma filial na Rua Júlio Dinis, 676 – 6º, 4050-320 Porto, com mais 4 trabalhadores, num total de 34 trabalhadores em todo o País.

Em 31 de Dezembro de 2021, a Companhia tinha um capital social de vinte milhões de Euro inteiramente subscrito e realizado, representado por 800.000 ações nominativas de 25 Euro cada.

No final do exercício de 2013, o Montepio Geral Associação Mutualista (MGAM), procedeu a uma reorganização das suas participações financeiras associadas aos sectores dos seguros e fundos de pensões. Nesse âmbito, foi constituída a Montepio Seguros, S.G.P.S., S.A. com o objetivo de gerir participações sociais dos sectores acima referidos. Esta sociedade controlada pelo Montepio Geral Associação Mutualista, adquiriu posteriormente aos anteriores acionistas a participação na Lusitania Vida.

Estrutura Acionista	31-Dez-2021	
	Participação	Qt. ações
Montepio Seguros SGPS, SA	99,790%	798.322
Outros	0,210%	1.678

A produção em 2021 foi distribuída em seguro direto no montante de 67.805 milhares de euros e 270.921 milhares de euros de aplicações de investimento.

Missão	Estratégia
Oferecer Seguros de Vida e Operações de Capitalização aos Clientes do Montepio, e, complementarmente, a outros Particulares através da Rede de Mediadores, no espaço Nacional e junto das comunidades emigrantes.	<ol style="list-style-type: none">1. Consolidar a situação financeira garantindo um nível de solvência sustentável;2. Manter a rentabilidade, a produtividade e a eficiência em níveis elevados;

Relatório de Sustentabilidade 2021

Visão

Seguradora portuguesa integrada no Grupo Montepio, que visa alcançar níveis superiores de rentabilidade e solvabilidade, alicerçada em valores humanistas, parcerias sólidas e uma organização flexível, motivada, de elevada eficiência e qualidade.

Valores

A Lusitania Vida respeita a legislação nacional e pauta a sua atuação pelos princípios de integridade e transparência, salvaguardando os devidos deveres de sigilo.

A Companhia promove a melhoria da qualidade de vida de todos aqueles com quem se relaciona, promovendo a correção, urbanidade, afabilidade e brio profissional nas suas relações, bem como o respeito pelos respetivos direitos, sensibilidades e diversidades.

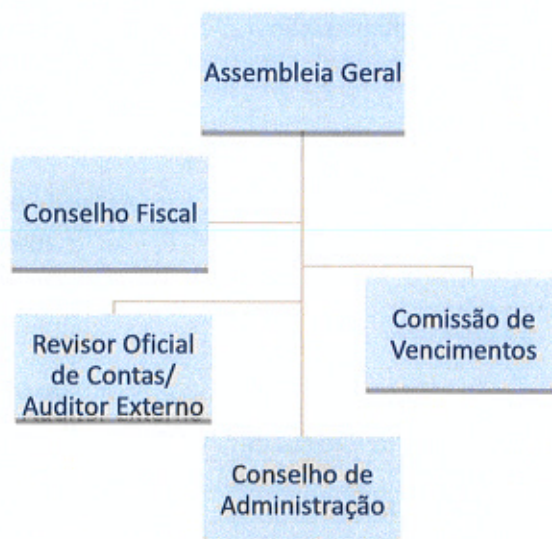
A Lusitania Vida assegura a igualdade de oportunidades. Todas as suas políticas e procedimentos estão orientados no sentido de impedir a discriminação e o tratamento diferenciado, não permitindo qualquer forma de coação moral ou psicológica, nem comportamentos ofensivos da dignidade da pessoa humana.

3. *Desenvolver a rede de agentes e aumentar a quota de mercado;*
4. *Responder às necessidades crescentes dos consumidores com novos produtos;*
5. *Adaptar a organização aos novos quesitos legais e prudenciais;*
6. *Contribuir para a notoriedade e desempenho do Grupo Montepio.*

3.2 MODELO DE GOVERNO

ÓRGÃOS SOCIAIS

A estrutura de governo societário da Companhia é composta por:



Assembleia Geral

A Assembleia Geral decide sobre temas definidos pela lei ou pelos estatutos, bem como sobre outras matérias relacionadas com a gestão da Companhia.

Conselho de Administração

A gestão da Sociedade é assegurada por um Conselho de Administração composto por três a sete membros eleitos quadrienalmente, sendo permitida a sua reeleição.

Compete ao Conselho de Administração gerir os negócios da Sociedade com os mais amplos poderes.

Conselho Fiscal

A fiscalização dos atos da administração é exercida por um Conselho Fiscal composto por três membros efetivos e um suplente, eleitos quadrienalmente, sendo reelegíveis.

Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas é eleito quadrienalmente, podendo ser reelegível e tendo como principais competências a revisão e certificação das contas. **Comissão de Vencimentos**

As remunerações dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal são fixadas por uma Comissão de Vencimentos. Esta Comissão é composta por três membros, eleitos quadrienalmente pelos acionistas, podendo ser reelegíveis.

GESTÃO DE RISCO

Relatório de Sustentabilidade 2021

A Companhia identifica e gere os riscos no âmbito de uma estrutura claramente definida. Esta estrutura inclui uma Política de Gestão de Riscos onde são definidas as responsabilidades de cada órgão.



O Conselho de Administração foi responsável pela definição de todas as políticas de gestão e controlo dos riscos, bem como na definição dos respetivos limites de tolerância, competindo à Comissão de Direção estabelecer, entre outros, metodologias, processos e reportes dirigidos às respetivas áreas de gestão (Direções). A Direção de Gestão de Risco procede à avaliação dos principais riscos em articulação com a Comissão de Direção e com o apoio das restantes funções-chave.

Comissão de Direção

Criada em 2008, esta Comissão é presidida pela Presidente do Conselho de Administração e dela fazem parte, mais um Administrador executivo e os diretores de topo da Lusitania Vida (comercial, técnico, financeiro, tecnologias de informação e gestão de riscos).

Dada a reduzida estrutura da Companhia, a Comissão de Direção exercia as atividades habitualmente desenvolvidas pelos comités de risco, de investimento e de subscrição entre outros. No âmbito das funções da Comissão faziam também parte a análise e preparação das propostas a submeter ao Conselho de Administração respeitantes às diferentes áreas da Companhia.

Além da Direção de Gestão de Risco, a Lusitania Vida possui mais três funções-chave de apoio ao Conselho, designadamente, de Verificação do cumprimento (Compliance), Auditoria interna e Atuarial.

Relatório de Sustentabilidade 2021

Perfil de Risco

Categoria	Definição
Riscos Específicos de Seguros	Os riscos específicos de seguros são os riscos inerentes à atividade de seguros capaz de gerar perda de valor nos fundos próprios devido a pressupostos desajustados da realidade ou eventos extraordinários. Os riscos específicos de seguros de vida são a mortalidade, longevidade, morbilidade ou invalidez, despesas, resgates ou anulações e catastrófico.
Risco de Mortalidade	O risco de mortalidade está associado às obrigações de seguro onde um pagamento ou pagamentos são feitos em caso de morte da pessoa segura durante a vigência do contrato. O requisito de capital deste risco é calculado pela variação negativa dos fundos próprios resultantes de um aumento permanente das taxas de mortalidade em 15% para toda a carteira de seguros.
Risco de Longevidade	O risco de morbilidade ou invalidez está associado a todos os tipos de seguros que reembolsam em caso de perdas causadas por mudanças nas taxas de morbilidade ou incapacidade. O cenário consiste num aumento de 35% nas taxas de incapacidade durante o próximo ano e 25% nos anos subsequentes.
Risco de Morbilidade ou Invalidez	O risco de morbilidade ou invalidez está associado a todos os tipos de seguros que reembolsam em caso de perdas causadas por mudanças nas taxas de morbilidade ou incapacidade. O cenário consiste num aumento de 35% nas taxas de incapacidade durante o próximo ano e 25% nos anos subsequentes.
Risco de Despesas	O valor deste risco é apurado pelo efeito negativo nos fundos próprios resultante de um aumento permanente dos custos utilizados para determinar a melhor estimativa e que correspondem aos custos reais do exercício. O choque consiste num aumento dos custos em 10%, projetado no primeiro ano, em simultâneo com um aumento na inflação de 1 ponto percentual por ano.
Risco de Resgates ou Anulações	Corresponde ao risco de perdas devido a uma alteração imprevista, positiva ou negativa, das taxas de anulação de apólices, liberação do pagamento dos prémios, ou de resgates antecipados. O requisito de capital corresponde ao risco de saída antecipada sendo igual ao pior resultado dos seguintes cenários: <ul style="list-style-type: none">- Aumento permanente das taxas de resgate e anulações em 50%;- Diminuição permanente das taxas de resgate e anulações em 50%;- Ou uma ocorrência de resgates em massa (saída de 70% das apólices de seguro de grupo e 40% das restantes).
Risco Catastrófico de Vida	O risco catastrófico decorre de eventos extremos que não são capturados nos restantes riscos específicos de seguro, como por exemplo as pandemias. A exigência de capital para este risco é calculada através de um aumento de 1,5 por mil nas taxas de mortalidade, consideradas na melhor estimativa, sempre que o impacto gere um aumento dessa melhor estimativa.

Relatório de Sustentabilidade 2021

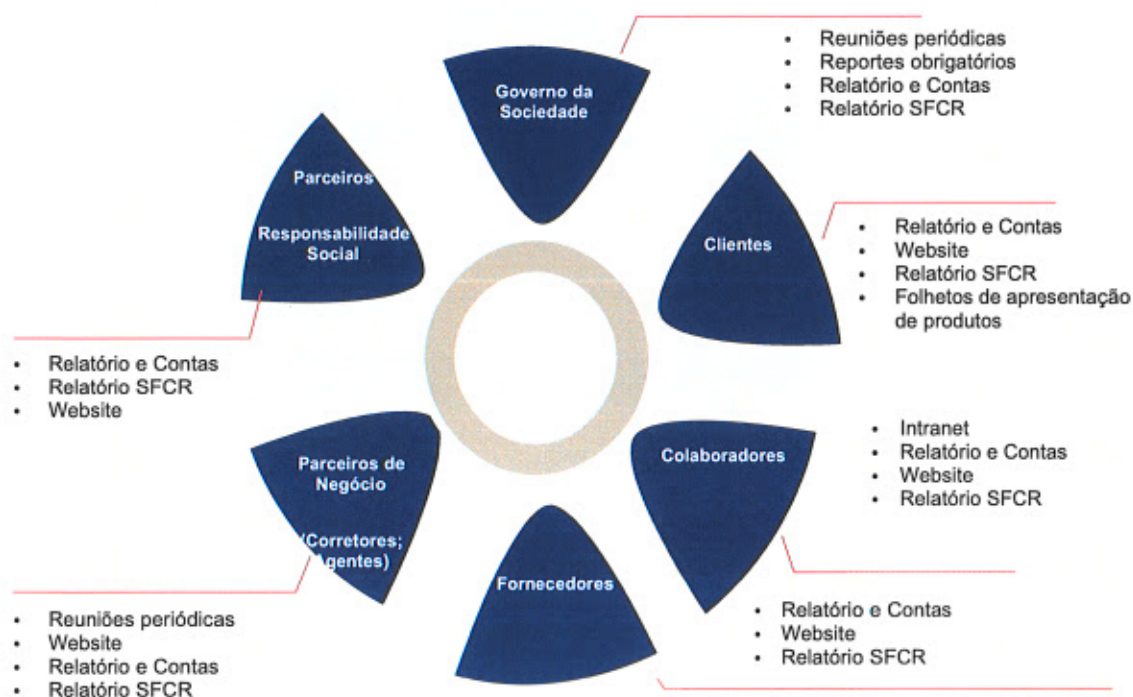
Riscos de Mercado	<p>O risco de mercado corresponde às perdas potenciais devido a movimentos adversos em variáveis do mercado</p> <p>financeiro. A exposição ao risco de mercado é medida pelo impacto das alterações das variáveis financeiras tais como preços de ações, ratings, taxa de juro e valor de imóveis, sendo agrupados nas categorias de Risco de taxa de juro,</p> <p>Risco de ações, Risco de imobiliário, Risco de moeda, Risco de spread e Risco de concentração.</p> <p>Os principais riscos de mercado da Lusitania Vida são os riscos de taxa de juro, de spread, e de concentração.</p>
Risco de Taxa de Juro	<p>O risco de taxa de juro é o risco de o valor dos ativos, passivos ou instrumentos financeiros diminuir devido a flutuações nas taxas de juro. Grande parte dos produtos de seguros da Lusitania Vida estão expostos ao risco de taxa de juro e dependem, maioritariamente, da duração até ao vencimento das taxas de juro técnicas garantidas e, também, das características específicas, nomeadamente, da participação nos resultados.</p> <p>O capital requerido para o risco de taxa de juro é determinado pelo cálculo do impacto nos fundos próprios devido a alterações na curva das taxas de juro, tanto nos ativos como nos passivos. O risco de taxa de juro é a perda máxima entre o choque ascendente e o choque descendente da curva de taxa de juro, de acordo com a metodologia definida pela EIOPA.</p>
Risco de Ações	<p>O risco de ações avalia a exposição a este tipo de ativos e a fundos de investimentos em ações, sendo o capital requerido determinado pelo impacto sobre o capital disponível, devido a uma queda imediata dos preços das ações e fundos de investimento.</p>
Risco Imobiliário	<p>O risco imobiliário avalia a exposição total ao imobiliário, sendo o capital requerido para este risco determinado por uma queda imediata de 25% no valor dos imóveis, o qual também pode englobar os fundos imobiliários.</p>
Risco de Moeda	<p>A Lusitania Vida não está exposta a este risco, uma vez que tem apenas contratos em euros.</p>
Risco de Spread	<p>O risco de spread decorre da sensibilidade do valor dos ativos e passivos às variações nos spreads de crédito. O capital necessário para o risco de spread corresponde à totalidade dos requisitos de capital das obrigações, produtos estruturados e derivados de crédito e depende do valor de mercado, da duração modificada e da qualidade creditícia do ativo ou rating.</p>
Risco de Concentração	<p>O risco de concentração corresponde à acumulação de exposições numa mesma contraparte.</p>
Risco de Crédito da Contraparte	<p>O risco de incumprimento da contraparte reflete as perdas ou deterioração inesperada da posição de crédito das entidades relacionadas com a Companhia, podendo afetar vários tipos ativos como Hipotecas, Empréstimos hipotecários, Derivados, Resseguro, Contas a receber e Caixa e depósitos à ordem.</p>

Relatório de Sustentabilidade 2021

Risco de Liquidez	<p>O risco de liquidez corresponde ao impacto de não cumprimento das obrigações financeiras com os tomadores de seguros quando os valores se tornem exigíveis. O risco de liquidez não é aplicável para efeito do requisito de capital de solvência.</p> <p>O princípio de gestão da liquidez consiste em manter uma base de financiamento diversificada, um montante ajustado de ativos gerador de liquidez e uma alocação estratégica de ativos de forma a responder às necessidades de fluxos financeiros esperadas dos passivos.</p>
Risco Operacional	<p>O risco operacional avalia o impacto de perdas causadas por procedimentos internos fracos ou deficientes, falhas na ação do pessoal, falhas nos sistemas, eventos externos e fraude interna ou externa, sendo calculado através da fórmula padrão da EIOPA.</p>
Outros Riscos Materiais	<p>O perfil de risco global da Lusitania Vida deverá ser avaliado face à posição real de solvência e não apenas em relação aos riscos incorporados na fórmula padrão. Os riscos que a Lusitania Vida reconhece como potencialmente materiais são o:</p> <p>Risco de inflação, o Risco de reputação, o Risco de contágio, o Risco legal, o Risco de dependência e o Risco estratégico.</p>

Estes riscos, bem como outros que não são incorporados na fórmula padrão, são identificados e avaliados através de uma abordagem combinada entre o conjunto de riscos que a Companhia definiu como relevantes para a sua atividade (Matriz de Riscos), onde se estabelece o "Nível de Preocupação", apurado através da probabilidade de ocorrência de um evento e severidade do mesmo, sendo estes tratados no âmbito do ORSA.

3.3 ENVOLVIMENTO COM STAKEHOLDERS



3.4 PRODUTOS LUSITANIA VIDA

A quantidade de apólices e pessoas seguras em vigor no final do ano de 2021 em contratos de seguro eram de 84.662 e 145.503, respetivamente. Em contratos de investimento as apólices e pessoas seguras eram de 36.987 e 78.319, respetivamente.

A Lusitania Vida apresenta um portfolio de soluções em áreas diversas que procuram responder às necessidades de proteção e previdência individual, de poupança e capitalização, reforma e rendimento.

Destaca-se no âmbito da previdência, o Lusitania Proteção Vida que conjuga garantias de morte e invalidez, providenciando a sustentabilidade das pessoas e das famílias após uma fatalidade.

No que respeita à poupança e à reforma, o relevo vai para o Lusitania Poupança Reforma PPR considerado em três anos consecutivos, "Escolha Acertada" pela DECO Proteste na classe dos PPRs com capital garantido.

Na capitalização mereceram realce em 2021 realce as nossas soluções de Lusitania Rendimento e Lusitania Investimento, produtos que conciliam segurança do capital investido com rendimento e liquidez elevados.

Para as empresas, a Lusitania Vida dispõe também de um conjunto de soluções para satisfação de necessidades de proteção e reforma para todos os trabalhadores.

PARCERIAS

- **1817 é o nº de mediadores com contrato**
-
- **915 é o nº de mediadores ativos**

GESTÃO DAS RECLAMAÇÕES

Em 2021 foram apresentadas à Companhia 37 reclamações, mais 54% que no ano anterior, sendo 19 de resolução favorável à Companhia e 18 favorável ou parcialmente favorável ao reclamante.

Todas elas foram resolvidas.

O tempo médio para a primeira resposta foi de 4 dias.

- **37 reclamações em 2021 (+54% face ao ano anterior)**
-
- **Tempo médio para a primeira resposta às reclamações: 4 dias**
-
- **21,6% das reclamações estão relacionadas com sinistros.**

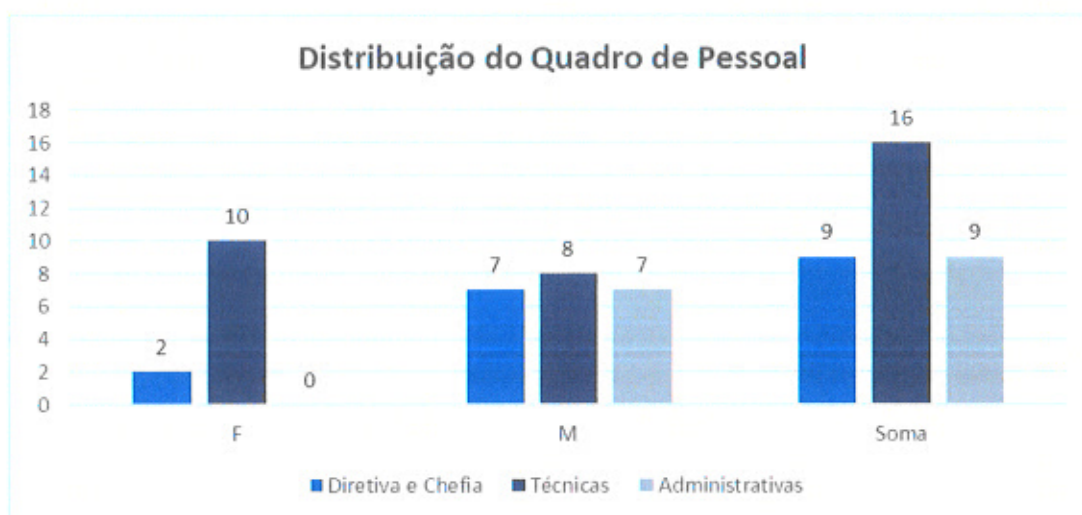
3.5. VALORIZAR OS COLABORADORES

No final de 2021, a Lusitania Vida era composta por 34 Colaboradores.

34 Colaboradores da Lusitania

- 35,3% colaboradores do género feminino e 64,7% do género masculino
- 88,2% trabalham em Lisboa e 11,8% no Porto
- 100% dos colaboradores com contrato permanente

Colaboradores por faixa etária e género, por funções



Formação e Desenvolvimento de Competências

Durante o ano de 2021, apenas se realizaram ações de formação para os colaboradores. Devido à pandemia não foi possível desenvolver ações de formação para mediadores.

Cursos e ações formativas realizados para colaboradores

23 formandos, num total de 393 horas

Relatório de Sustentabilidade 2021

Benefícios aos Colaboradores

Em 2021, a Lusitania Vida manteve um conjunto de benefícios aos colaboradores, tendo em vista o seu bem-estar e conciliação entre a vida pessoal e profissional.

SOCIAIS

- Subsídio à compra de manuais para filhos que se encontrem no 1º, 2º e 3º ciclo de escolaridade;
- Protocolo dos Colaboradores do Grupo Montepio.

COMERCIAIS

FINANCEIROS

- Protocolo dos Colaboradores do Grupo Montepio.

E

DESENVOLVIMENTO

- Formação contínua.

TRABALHO / ESTILO DE VIDA

- Dias de licença com vencimento por antiguidade, ou bónus financeiro.

BEM-ESTAR

- Segurança e saúde no trabalho, com check-ups periódicos e avaliação dos riscos nos locais de trabalho (anuais);
- Seguro de Saúde;
- Complemento de reforma.

Acidentes de Trabalho

Em 2021 não se registou qualquer acidente de trabalho.

3.6. INVESTIR EM AÇÕES QUE BENEFICIAM A COMUNIDADE

Durante o ano de 2021 a Lusitania Vida apoiou 2 instituições com um donativo total de 1.250 euro.

Instituições Beneficiadas	Apoio à Comunidade
Liga Nacional Contra a Fome	✓
Liga Portuguesa Contra o Cancro	✓

3.7. PROMOVER O AMBIENTE

De seguida é apresentado o desempenho ambiental da Companhia, com referência aos consumos do ano.

DESEMPENHO AMBIENTAL



23.546,03 € | Consumo de Eletricidade



13.247,41 € | Consumo de Gasolina
11.111,88 € | Consumo de Gasóleo



8.289,45, € | Consumo de Papel
34.451,82 € | Consumo de Economato

4. FUTURO

4.1 FUTURO

Enquadramento da empresa

A Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. foi constituída em 14 de janeiro de 1988, com o objetivo de realizar todas as operações de gestão e investimento relacionadas com os fundos de pensões.

Na sua génese estiveram prestigiadas instituições financeiras, entre as quais o Montepio.

A atual estrutura detém como principal acionista a Montepio Seguros SGPS, S.A.

A especialização e experiência na gestão de Fundos de Pensões, o dinamismo e a qualidade de serviço, são fatores de sucesso da Futuro, que no final do ano era responsável pela gestão de um volume de ativos de 1.830 milhões de Euros.

A sede da Futuro situa-se na Rua do Carmo, nº42, 6º, em Lisboa (1200-094), sendo este o único local onde exerce a sua atividade.

4.2 Modelo de Governo da Sociedade Gestora

O Modelo de Governo da Sociedade Gestora está organicamente estruturado na Lei nº 27/2020, de 23 de julho, que aprova o regime jurídico da constituição e do funcionamento dos fundos de pensões e das entidades gestoras de fundos de pensões, transpondo a Diretiva (UE) 2016/2341 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de dezembro de 2016, procede à quarta alteração ao regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora e resseguradora, aprovado em anexo à Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, e revoga o Decreto-Lei n.º 12/2006, de 20 de janeiro; assenta ainda o modelo de governo na restante documentação de suporte ao exercício da atividade de fundos de pensões.

Órgãos Sociais da Futuro

- Assembleia Geral
- Conselho de Administração
- Conselho Fiscal

Assembleia Geral tem por missão deliberar sobre as questões fundamentais da vida da Sociedade. Compete-lhe, entre outros atos, exigir responsabilidades à Gestão da Sociedade.

O Conselho de Administração é constituído por um Presidente e quatro administradores dos quais um é o Administrador Executivo. A gestão corrente da Sociedade é delegada no Administrador Executivo.

O Conselho Fiscal tem por competências as funções de fiscalização e controlo.

Existe ainda um **Comité de Investimentos** que é um órgão de análise e de deliberação, bem como de aconselhamento do Conselho de Administração, sobre a política de investimentos dos Fundos. O CA aprova o regulamento do Comité de Investimentos, contrata os Gestores de Ativos e delega competências no Administrador Executivo.

Ao Comité de Investimentos compete:

- Deliberar sobre a estratégia de investimentos a prosseguir a cada momento na gestão dos Fundos;
- Proceder a recomendações relativas às orientações a transmitir aos gestores de investimento;
- Apreciar a execução da política de investimentos.

À Comissão de Vencimentos compete fixar anualmente as remunerações dos titulares do Conselho de Administração e Conselho Fiscal. É composta por um Presidente e dois vogais, que são designados em Assembleia Geral.

A Direção da Futuro com responsabilidade executiva é composta por quatro Diretores diretamente dependentes do Administrador Executivo.

Relatório de Sustentabilidade 2021

A atividade da Futuro tem subjacentes políticas, princípios e normas que asseguram assunção de elevada responsabilidade no decurso da sua atividade.

Enquanto empresa certificada, é aferido anualmente por entidade externa o cumprimento das regras em auditoria interna e externa.

Missão, Visão e Valores

Missão

Assegurar a proteção na reforma, disponibilizando produtos e serviços diversificados e inovadores que excedam as expectativas de Clientes individuais e institucionais e que ofereçam a máxima rendibilidade de acordo com o perfil de risco selecionado, tendo subjacente uma política de melhoria no desempenho da organização. Visão

Ser uma das líderes no mercado de gestão de Fundos de Pensões, em Portugal, reconhecida, enquanto empresa do Grupo Montepio, pela inovação e qualidade que imprime aos seus serviços, por uma gestão prudente e confiável e pelo seu papel ativo na dinamização do mercado da poupança para a reforma.

Linhas de Orientação Estratégica da Futuro

1. Promover ações que assegurem ganhos de quota de mercado e consequentemente a posição de liderança no mercado de gestão de Fundos de Pensões;
2. Ser reconhecida pelos Clientes e público em geral, como entidade de renome na atividade de gestão de Fundos de Pensões, pela qualidade que imprime aos Produtos/Serviços disponibilizados;
3. Obter um bom retorno financeiro para os Clientes e Acionistas, dos valores que são confiados à sua gestão;
4. Reforçar a cultura de orientação para o controlo e mitigação do risco;
5. Diversificar a oferta de produtos e serviços, cobrindo toda a gama de produtos destinados a soluções para complemento de poupança para a reforma;
6. Promover o desenvolvimento de Pessoal, fomentando uma cultura de valorização de competências.

Valores

A filosofia de ação da Futuro assenta em valores fundamentais, nos quais reside a sua força e identidade e que ajudam à implementação adequada da estratégia da Empresa.

Os *core values* são importantes para que todos saibamos que comportamentos a Empresa espera de nós e para nos ajudar a consolidar um espírito de equipa interno e uma relação dinâmica e vencedora com o nosso meio envolvente.

Relatório de Sustentabilidade 2021

Espírito de Equipa - Fazemos parte de uma equipa que possui valores e objetivos comuns, pelo que, só através do apoio e motivação mútua, nos podemos assumir como parceiro credível perante os nossos Clientes.

Inovação - Antecipamos as necessidades e expectativas dos nossos Clientes, através do desenvolvimento de novos produtos e de novas metodologias de trabalho, adaptando-nos continuamente à evolução dos mercados financeiros, do enquadramento legislativo e das novas tecnologias.

Orientação para o Cliente - Os nossos Clientes merecem o nosso melhor esforço, razão pela qual mantemos uma atitude sempre virada para o Cliente, cumprindo os compromissos assumidos, disponibilizando todos os serviços que tenham enquadramento legal dentro da nossa área de atividade, tendo em vista a maximização da rendibilidade dos fundos que nos estão confiados.

Orientação para os Resultados - Asseguramos o comprometimento de todos os Colaboradores na prossecução dos objetivos da Futuro em geral e Objetivos do Sistema Integrado de Gestão, em particular, por forma a corresponder à expectativa de resultados definida pela gestão, salvaguardando a solidez financeira da Empresa.

Segurança e Credibilidade - Atuamos de forma consistente, com integridade e profissionalismo, e sempre nos regendo por princípios éticos, dando primazia à segurança e credibilidade da nossa atuação no mercado, de forma a salvaguardar e a projetar a imagem da Futuro no exterior.

Realização das pessoas - Reconhecemos a necessidade de realização das pessoas na nossa Empresa, valorizando a sua formação, promovendo o desenvolvimento pessoal e profissional, e privilegiando a autonomia com responsabilidade.

Rigor na Informação – O rigor na informação não é um objetivo, mas sim um percurso. Desta forma, asseguramos o fornecimento de informação precisa, detalhada e relevante sobre todos os aspetos da gestão dos Fundos.

Gestão de riscos - Mantemos uma cultura de orientação para o controlo e mitigação do risco com repercussão em toda a estrutura organizacional da entidade gestora e com especial incidência ao nível das responsabilidades do órgão de administração e dos diretores de topo, estabelecemos os princípios que devem nortear a definição das políticas, dos procedimentos e dos respetivos controlos.

Melhoria - Asseguramos o cumprimento dos requisitos contidos na Norma ISO 9001, na Norma N° 8/2009-R, nas Normas GIPS e demais regulamentação e legislação que norteia a atividade de Fundos de Pensões, promovendo a melhoria contínua dos produtos e serviços, processos e do desempenho do Sistema Integrado de Gestão, contribuindo para ir ao encontro da Visão da Futuro.

Relatório de Sustentabilidade 2021

Política Fiscal

O Sistema Integrado de Gestão é estruturado tendo em conta a Política da empresa e usando os princípios consagrados pela Administração, por processos tendo por linha orientadora o pensamento baseado no risco e a melhoria contínua.

Os processos de gestão são os processos condutores da organização, que apoiam todos os outros e tem como objetivo planear, implementar, avaliar e rever o Sistema Integrado de Gestão e assegurar o cumprimento dos objetivos estabelecidos pela Administração

A Futuro tem como preocupação a permanente atualização da legislação aplicável e no caso em concreto, também nos impactos que a fiscalidade possa ter na empresa.

O apoio de Consultores Fiscais, especialistas na área de negócio proporcionam aos responsáveis das Direções e colaboradores, o conhecimento das matérias fiscais relacionadas com a atividade que nos diversos momentos do planeamento anual consideram estas premissas para que a estratégia anual tenha em conta o impacto destas obrigações.

Normas de Conduta

A Futuro possui documentos que consubstanciam princípios e regras de conduta e que dão corpo às preocupações de carácter ético e adoção de boas práticas que regem a sua atividade.

Código de Conduta

No Código de Conduta da Futuro estabelecem-se as regras que devem ser observadas pelos órgãos de governo e as regras de comportamento deontológicas que devem ser respeitadas pela instituição e ainda as que são dirigidas aos gestores, colaboradores e outros detentores de interesses.

Destacam-se o respeito pelos direitos humanos e do ambiente, a prevenção de conflitos de interesses, a responsabilidade, a transparência e a prudência. A satisfação dos interesses dos clientes e acionistas situam-se no topo da pirâmide, em posição intermédia estão os dos titulares de interesses e na base estão os da sociedade em geral que são satisfeitos através de iniciativas de responsabilidade social.

Exige-se o cumprimento rigoroso do Código de Conduta aos membros dos órgãos sociais, colaboradores e prestadores de serviços da Futuro, estando o mesmo disponível no site da Futuro.

É da competência de todos os intervenientes denunciar a ocorrência de qualquer situação que possa desencadear um conflito de interesses.

Manual do Empregado

O Manual do Empregado é um documento que serve de orientação para novos e atuais colaboradores, na medida em que sistematiza informação sobre as normas em vigor, a forma como a Sociedade está organizada e os princípios e orientações pelos quais se rege

O documento inclui ainda informação que ajuda a clarificar aspetos práticos da vida na empresa que se relacionam com a sua cultura.

Relatório de Sustentabilidade 2021

O Manual do Empregado é meramente informativo e não substitui as informações de serviço e normas internas em vigor, e ainda os princípios e regras definidos no Código de Conduta da Futuro.

Regras de Acolhimento de Colaboradores

O bom acolhimento é essencial à boa imagem da Futuro e a uma eficaz integração na organização.

Para cumprir estes objetivos a Futuro possui um procedimento específico para "Formação e Integração de Colaboradores". O procedimento prevê entre outras fases a integração do colaborador onde é dado a conhecer a dinâmica interna da Futuro, os seus valores, princípios, missão e política; a identificação das necessidades de formação interna e externa; o treino no posto de trabalho e a avaliação da integração no posto de trabalho. O cumprimento do procedimento aplica-se a novos colaboradores e estagiários e também a colaboradores que mudam de função na empresa.

4.3 Descrição do Sistema Integrado de Gestão

O Sistema Integrado de Gestão da Futuro (SIG) é composto pelo Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) e pelo Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno (SGRCI) e engloba ainda a Certificação Global Investment Performance Standards (GIPS).

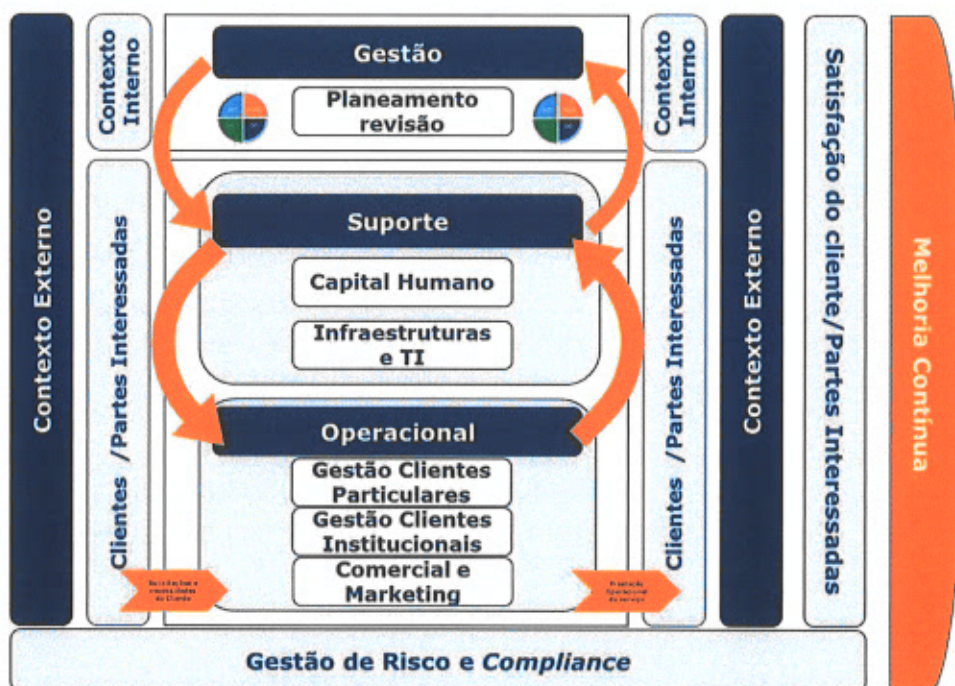
O Sistema tem por base três referenciais normativos: ISO 9001 para a Gestão da Qualidade; Norma da ASF-Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (anteriormente ISP Instituto de Seguros de Portugal) nº 8/2009-R, para a Gestão de Riscos e Controlo Interno e Normas GIPS, para a área de gestão de carteiras de investimento.

A Futuro foi a primeira Entidade Gestora a obter em 2001 a Certificação da Qualidade, sendo o Certificado atribuído pela APCER - Associação Portuguesa de Certificação. A certificação cobre as atividades de conceção, gestão, comercialização e prestação de serviços na área de Fundos de Pensões Abertos e Fechados.

A organização do Sistema compreende o âmbito da atividade e do contexto organizacional em que a Futuro opera, com particular caracterização do meio envolvente interno (contexto interno) e do meio envolvente externo (contexto externo).

A matriz das partes interessadas relevantes (Stakeholders) internas e externas, determina o impacto destas partes na Futuro, bem como o impacto da Futuro nas partes interessadas, tendo subjacente uma análise crítica em termos de cumprimento dos requisitos para a operacionalização da estratégia e consequentemente do atingir dos resultados do Sistema Integrado de Gestão da Futuro.

O SIG está estruturado por processos, é composto por 6 processos que se interligam entre si – os processos de suporte recolhem informação e articulam-se com os operacionais – e concretizam a oferta de Produtos e Serviços da empresa. Os Gestores de Processo garantem a melhoria contínua implementando o ciclo PDCA- Planear-Executar-Verificar-Atuar (Plan-Do-Check-Act).



Relatório de Sustentabilidade 2021

A cadeia hierárquica de responsabilidades destaca como órgão máximo o Conselho de Administração que por sua vez envolve os Gestores de Processo na promoção e revisão dos seus processos, zelando pelo cumprimento dos controlos associados à boa manutenção do Sistema Integrado de Gestão, com particular destaque no tratamento dos riscos e oportunidades.

No Manual do Sistema estabelecem-se as políticas e os objetivos gerais que se articulam com a visão e missão da empresa. Explicita-se também a forma como a informação está organizada, bem como a comunicação interna e externa.

Descreve-se ainda a metodologia adotada pela área de Gestão de Risco e Compliance para medição dos riscos da Entidade Gestora e dos Fundos de Pensões, suportada na matriz de risco da Futuro, onde se identificam os riscos organizacionais e os riscos dos fundos de pensões. Refere-se que a Futuro é *Compliant* com as Normas GIPS que exigem à empresa o cumprimento de determinados princípios e regras, e conferem rigor e transparência na divulgação integral de toda a informação relacionada com a forma como investe e valoriza os seus ativos.

Para além do Manual que constitui a base da informação, o Sistema Integrado de Gestão da Futuro está suportado por outros elementos documentais, tais como a documentação dos processos, onde se descreve o objetivo do mesmo, a identificação do gestor responsável, se caracterizam as atividades, as respetivas funções responsáveis e Recursos, bem como as entradas e saídas. Existem ainda um conjunto de procedimentos gerais aplicáveis a todas as áreas da empresa bem como alguns Manuais (Operacional de Fundos, Continuidade de Negócio, Descrição de Funções, Empregado, Normas e Marca, Atuarial e Gestão de Risco). Existem também um conjunto de Impressos e Registos que fornecem evidência das atividades realizadas.

Toda a documentação está disponível por acesso online, em zona de acesso comum, para facilidade de consulta e impressão por qualquer colaborador da Futuro.

Cumprindo o exigido na regulamentação em vigor, anualmente os Administradores Executivos promovem a revisão do Sistema com os restantes Diretores e responsáveis de áreas (Gestores de Processo).

Na revisão analisa-se o desempenho do sistema, os resultados e o seu alinhamento com a estratégia e os objetivos definidos para a organização.

São entradas para a revisão anual os resultados das auditorias internas e externas e o seguimento das ações empreendidas durante o exercício. Avaliam-se ainda as políticas, missão e valores da empresa, as alterações do contexto interno e externo, bem como da satisfação dos clientes e outras partes interessadas. A apreciação global de todo o sistema compreende ainda a análise do desempenho e eficácia do sistema no que respeita ao cumprimento dos objetivos da qualidade, dos processos e conformidade da prestação dos serviços da Futuro, das não conformidades e ações corretivas e da forma como é efetuada a monitorização e medição do sistema.

Gestão de Risco

A política de Gestão de Risco na Futuro consubstancia o estipulado no princípio que dá corpo à gestão de risco, isto é, “mantemos uma cultura de orientação para o controlo e mitigação do risco”

Relatório de Sustentabilidade 2021

com repercussão em toda a estrutura organizacional da entidade gestora e com especial incidência ao nível das responsabilidades do órgão de administração e dos diretores de topo, estabelecemos os princípios que devem nortear a definição das políticas, dos procedimentos e dos respetivos controlos”.

A Gestão de Risco da Futuro segue as orientações da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões -ASF, estando em conformidade com a Norma Regulamentar Nº8/2009-R, de 4 de junho, que regulamenta o Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno (SGRCI).

Para implementar este sistema é utilizado um modelo interno de Gestão de Risco para a Sociedade Gestora e um método de aplicação adaptado dos estudos QIS para os fundos de pensões.

De seguida descrevem-se as principais metodologias que suportam o risco da entidade gestora e o risco dos fundos de pensões.

Gestão de Riscos da Entidade Gestora

O risco da Entidade Gestora é transversal a todas as atividades e está apoiado no Sistema Integrado de Gestão da empresa - baseado em processos - que visam manter os padrões de qualidade do serviço, e assenta a sua análise e avaliação em quatro tipos diferentes de risco:

- Risco Operacional;
- Risco Estratégico;
- Risco de Reputação;
- Risco de Investimento.

A metodologia que conduz à sistematização de análise (identificação, avaliação e controle dos riscos) está suportada nos seguintes conceitos de risco:

- Risco Inerente: risco que a empresa está sujeita, sem considerar a ação dos controles;
- Controles: ações que modificam o risco, podendo ser de três tipos: Diretivos; Preventivos e Detetivo.
- Risco Residual: risco remanescente após o efeito do controle aplicado sobre cada atividade.

O modelo assente na Matriz de Risco da Futuro, onde os riscos operacionais se relevam em matéria de sustentabilidade, são de acordo com o Normativo Legal, categorizados da seguinte forma:

- Má conduta profissional intencional (fraude interna);
- Atividades ilícitas efetuadas por terceiros (fraude externa);
- Práticas relacionadas com os recursos humanos e com a segurança no trabalho;
- Associados, Participantes, Beneficiários, Produtos e práticas comerciais;

Relatório de Sustentabilidade 2021

- Eventos externos que causem danos nos ativos físicos;
- Interrupção da atividade e falhas nos sistemas;
- Riscos relacionados com os processos de negócio.

Está ainda estabelecida a Política de tolerância ao risco, a qual permite definir o apetite ao risco e também determinar o nível para o qual deverá concentrar esforços para baixar a sua magnitude e o consequente impacto nos processos. Esta política é definida pelo AE e pelos Gestores de Processo, cabendo à Gestão de Risco monitorizar se o Risco é tolerável ou não, para assim desencadear a ação necessária.

Tendo em conta os níveis de tolerância a observar, será possível a deteção atempada dos riscos potencialmente adversos ou das oportunidades resultantes de eventos de impacto positivo, o que permitirá desenvolver as necessárias ações de mitigação.

O acompanhamento e monitorização do risco existente nos vários processos da organização é efetuado através de indicadores de risco (*Key Risk Indicators-KRI*) que contribuem como indicador para o Sistema Integrado da empresa.

Risco de Investimento

O risco de investimento na Futuro está relacionado com a probabilidade de obter uma rentabilidade inferior à esperada, e sendo o risco de uma forma geral definido como a probabilidade de ocorrência de perdas inesperadas, é utilizada a metodologia de cálculo do VaR- *Value at Risk* para estimar as perdas potenciais dos Fundos sob sua Futuro.

A aplicação do modelo incide sobre todos os fundos geridos pela empresa que garantam o capital investido.

Gestão de Riscos dos Fundos de Pensões

A abordagem de cálculo foi desenvolvida com base nos estudos relativos às IORPs realizado pela Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma (EIOPA).

Com o auxílio da plataforma de informação Bloomberg e do modelo interno desenvolvido, a gestão de risco apura os dados necessários para proceder à avaliação do Risco de cada Fundo de Pensões.

Para os fundos e planos de pensões existentes na empresa, considera-se a seguinte categoria de risco (de acordo com a Norma N°8/2009-R):

- Risco de Mercado
- Risco de Crédito
- Risco específico dos fundos de pensões (atuarial);
- Risco de Liquidez

As metodologias utilizadas para a gestão dos riscos acima descritos são suportadas nos sistemas de informação existentes na empresa: SGC, Bloomberg, Microsoft Excel.

4.4 Prémios e Reconhecimentos

EURONEXT LISBON AWARDS 2021

Em fevereiro de 2021, o PPA ACÇÃO FUTURO venceu o Prémio Investment Fund Portugal, atribuído pela Euronext no âmbito dos "Euronext Awards 2021".



Certificação da Qualidade – Zero Não Conformidades

A Futuro, líder na obtenção da Certificação da Qualidade, tornou-se uma empresa certificada em outubro de 2001. A Certificação da Qualidade cobre todas as áreas de atuação da Sociedade Gestora: conceção, gestão, comercialização e prestação de serviços na área de Fundos de Pensões Abertos e Fechados.

Na auditoria de acompanhamento de certificação da norma NP EN ISO 9001:2015, realizada em 2020 pela APCER, não foram, pelo oitavo ano consecutivo, identificadas situações de "Não Conformidade", facto que atesta a observação de elevados padrões de ética e qualidade.

Certificação GIPS

A Certificação GIPS (Global Investment Performance Standards) obtida em 2013 reconheceu à Futuro o cumprimento de determinados princípios e regras, na forma como valoriza e avalia a rentabilidade dos ativos que tem sob a sua gestão.

Relatório de Sustentabilidade 2021

Em 2020, concluiu-se o processo de verificação do cumprimento das normas GIPS para o período compreendido entre 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2019.

Este processo consistiu na revisão das políticas, procedimentos e ferramentas da empresa em todas as etapas de cálculo e apresentação da performance de investimentos.

Neste processo de verificação recorrente da *compliance* com as normas GIPS, a Futuro contou com a intervenção da MERCER.

Relatório de Sustentabilidade 2021

4.5 representações externas e compromissos subscritos

REPRESENTAÇÕES EXTERNAS		
FUTURO	APFIPP- Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios	Membro da Direção
	CCFP- Comissão Consultiva dos Fundos de Pensões, na APFIPP	Membro da CCFP

Relatório de Sustentabilidade 2021

4.6 Meios de Comunicação com Stakeholders

A Futuro detém na sua estrutura a matriz das partes interessadas relevantes (Stakeholders) e faz a gestão dos relacionamentos com estas partes interessadas, identificando os impactos na atividade de ambas as partes envolvidas, com vista a um sucesso sustentado.

Enquanto entidade certificada cumpre com requisitos normativos, que por sua vez replica nas suas partes interessadas conduzindo a melhorias de desempenho.

De seguida apresentam-se os meios de comunicação mais relevantes, com as principais categorias de Stakeholders.

ACIONISTAS	COLABORADORES	CLIENTES INSTITUCIONAIS
website Futuro	website Futuro	Brochuras institucionais
Código de Conduta	Código de Conduta	website Futuro
Reuniões mensais	Manual do Empregado	Portal Netfuturo
Relatórios de Gestão	Normas de Acolhimento	Reuniões Periódicas
Assembleias Gerais	Procedimentos de Serviço	Eventos Promocionais
Relatórios de Auditorias	Comunicações internas	Rede de Balcões Banco Montepio
Relatórios-Risco e Compliance	Manual do Sistema Integrado de Gestão	Comité de Investimentos
Relatórios-Estrutura Organizacional	Relatórios de Clima Organizacional	Relatório e Contas
Comité de Investimentos	Reuniões	
Relatório e Contas	Relatório e Contas	

4.7 Gestão de Capital Humano

O capital humano que incorpora a Futuro tem um período de integração e, posteriormente, de desenvolvimento das suas competências, mediante formação adequada para o desempenho das suas funções. Todas as pessoas que integram a Organização possuem funções definidas, sem perda da polivalência. Existe ainda disponível um cadastro, no qual se encontram compiladas as informações mais relevantes de curriculum e passíveis de valor para a Organização.

A integração dos colaboradores decorre em 3 fases distintas e complementares:

Recrutamento - O recrutamento é efetuado através de Curriculum auto-proposto, por divulgação da pretensão da necessidade da Futuro ou por reafecção interna dos recursos disponíveis, quando detetada a necessidade de recursos humanos adicionais para uma área. Cabe ao Diretor responsável pela área respetiva propor aos Administradores Executivos a forma de suprir essa necessidade.

Seleção - Quando a decisão não vier diretamente das Direções, a seleção de candidatos compreende dois momentos: a análise curricular e a entrevista.

Da análise dos currículos dos candidatos, identificam-se aqueles que parecem reunir as condições suficientes para passar à segunda fase do processo de seleção – a entrevista. Os candidatos apurados para entrevista são informados da data e local da realização da mesma. Nesta, procura-se conhecer melhor o interveniente, compreender as suas motivações e identificar o conhecimento explícito da área funcional para a qual está a ser selecionado, no sentido de se garantir a total adequação ao cargo. Da análise das entrevistas, resulta a decisão sobre o(s) candidato(s) escolhido(s). Todos os candidatos são informados da decisão resultante da entrevista, e o candidato(s) apurado(s) são informados da data em que se devem apresentar na Organização e da documentação legal necessária para o estabelecimento do vínculo laboral.

Integração - é da responsabilidade dos responsáveis da área a que as pessoas recém-admitidas pertencem. A transmissão do conhecimento efetua-se privilegiando sobretudo a formação em posto de trabalho e através da formação sobre a documentação-base do SIG onde é dado a conhecer a dinâmica interna da Futuro, os seus Valores, Princípios, Missão e Política

A formação profissional dos Colaboradores da Futuro é anualmente planificada de forma a garantir melhoria de competências para o desempenho cabal de funções e para a manutenção dos padrões de qualidade de serviço a que habituámos os nossos Clientes.

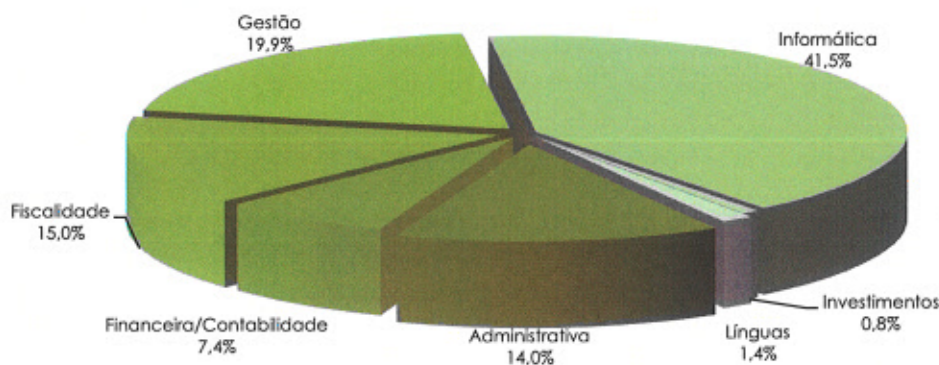
Foram ministradas ações de formação que envolveram praticamente a totalidade dos colaboradores da empresa e que atingiram cerca de 1141 horas formativas, com particular destaque para o reforço de competências na área de informática (ótica do utilizador), Gestão e também nas áreas Direito/Fiscalidade e Administrativa, em virtude da constante necessidade de atualização de conhecimentos face ao tipo de serviço prestado pela Futuro.

Ainda no âmbito da valorização das competências académicas existe na empresa, abertura a financiamento de Pós-graduações e Mestrados.

Relatório de Sustentabilidade 2021

Refira-se que a Formação de Pessoal é uma das áreas mais bem cotadas nos inquéritos de Clima Organizacional realizados bianuais na Futuro, indicativo da valorização que os colaboradores atribuem à formação.

As horas de formação realizadas durante o ano incidiram sobre os seguintes temas (distribuição considerando o número de horas de formação): Informática: 41,5%, Gestão: 19,9%, Fiscalidade: 15,0%; Administrativa: 14,0%, Financeira/Contabilidade: 7,4%, Línguas: 1,4% e Investimentos: 0,8%.



Em termos de apoio e intercâmbio com a Universidade a empresa recebe anualmente estagiários, e seguindo esta prática admitiu para estágio, uma pessoa com formação na área de Contabilidade e outra com formação na área de Informática.

A iniciativa tem como objetivo auxiliar os jovens a ingressar no mercado laboral e é praticada desde o ano de 2007.

A nossa contribuição para os objetivos de desenvolvimento sustentável faz-se disponibilizando aos colaboradores a oportunidade de obter a formação de que necessitam.

4.8 Iniciativas Ambientais

Desde há vários anos que a FUTURO tem vindo a implementar diversas práticas e medidas na área da Sustentabilidade, em consonância aliás com as políticas do Grupo Montepio nesta matéria. Prosseguimos internamente uma política de combate ao desperdício (especificamente de papel), tendo enveredado pelo arquivo digital há mais de 20 anos e fomenta-se internamente a recolha de desperdícios para reciclagem, nomeadamente tampas de plástico, *toners* e equipamento obsoleto.

Na empresa foi ainda totalmente abolido o uso de copos de plástico.

A nível laboral, a Futuro tem por prática auxiliar jovens adultos a ingressar no mercado de trabalho, facultando anualmente um estágio remunerado a um ou dois recém-licenciados em áreas de Contabilidade, Gestão, Economia, Matemática ou Informática.

Quanto à adoção de extratos digitais, a grande maioria dos nossos clientes já recebem o extrato digital, referente às subscrições de unidades de participação dos Fundos de Pensões da Futuro.

Para clientes empresa a Futuro dispõe de um portal para acesso online por parte de empresas clientes dos fundos – Netfuturo – que tem como principal funcionalidade a consulta de posições e movimentos realizados, para além de permitir anualmente a indicação das opções de investimento pelos empregados das empresas com adesões coletivas que facultam essa liberdade de escolha.

Em termos de utilização por parte de Clientes Particulares, não ligados a Empresas, já existem alguns participantes com acesso online e será gradualmente alargada esta funcionalidade a todos os participantes dos fundos, à medida que a plataforma for evoluindo tecnologicamente.

O site da Futuro tem vindo a ser melhorado no sentido de promover a interação com os clientes, facilitando a subscrição dos fundos destinados a particulares.

No que se refere ao cumprimento legal do Regulamento 2019/2088 - Sustainable Finance Disclosure Regulation (SFDR) foram aprovadas e divulgadas através dos meios de comunicação internos e externos a Política ESG da Futuro, a Declaração de princípios das Políticas de Investimentos dos fundos sob sua gestão e de alteração das políticas de remunerações existentes.

Por fim, assinala-se que em sintonia com as diretrizes do grupo a Futuro tem vindo a substituir progressivamente a sua frota automóvel por veículo híbridos, como medida de combate à poluição.



4.9 Avaliação da Satisfação dos Clientes

Satisfação do cliente particular

A Futuro está ciente de que só pode evoluir na qualidade operacional e no seu serviço comercial se auscultar a satisfação dos Clientes. Para este efeito, analisa periodicamente alguns fatores como o número de reclamações e outros mecanismos de avaliação da satisfação do mercado, incluindo novos clientes e fidelização dos atuais. Os resultados obtidos dão entrada para a Revisão pela Gestão – momento no qual a Administração Executiva, as Diversões Direções e funções-chave efetuam uma análise ao desempenho anual da atividade e efetuam o planeamento das medidas principais para o próximo ciclo de gestão.

A Satisfação do cliente Particular foi avaliada durante o ano de 2021 através de inquérito em papel.

Os resultados apurados nas três dimensões consideradas permitem concluir que se mantém a tendência de estabilidade face aos resultados apurados nos dois últimos inquéritos. Os indicadores selecionados (escala 1-5) revelam:

- **“Qualidade de atendimento”** – 4,0 – Tendência de estabilidade face aos resultados apurados nos dois últimos inquéritos;
- **“Rendibilidade e Gestão dos Fundos”** – 3,5 - Estabilidade em linha com os resultados dos dois últimos inquéritos;
- **“Documentação/Informação”** – 3,7 – Tendência de estabilidade embora com ligeira descida face aos anos anteriores.

Para indicadores de satisfação poderão também ser utilizados outros métodos como os inquéritos telefónicos quando o inquérito de Satisfação em papel ou eletrónico não se realizar. Satisfação do cliente Institucional

Em extensão da metodologia aplicada para a avaliação da satisfação dos clientes particulares, também para os Clientes Institucionais são analisados periodicamente alguns dos fatores considerados mais relevantes para a atividade e que espelham a satisfação deste segmento de clientes.

A análise da satisfação destes clientes é, tal como no caso dos clientes particulares, entrada para a Revisão pela Gestão.

No ano de 2021 a Satisfação de Clientes Institucionais face aos serviços Financeiros e Atuariais prestados (escala 1-5), apresentam os resultados indicados para as seguintes dimensões:

- **“Monitorização do Fundo/Acompanhamento ao Cliente”** – 4,4 - Tendência de ligeiro crescimento face aos dois últimos inquéritos;
- **“Relatório Atuarial”** – 4,6 – Tendência de crescimento face aos dois últimos inquéritos;
- **“Informação Financeira”** – 4,3 - Tendência mista face aos dois últimos inquéritos;

Relatório de Sustentabilidade 2021

- **"Rentabilidades"** – 3,5 - Tendência mista face aos dois últimos inquéritos, relacionado com a volatilidade verificada nos mercados financeiros durante os períodos considerados;
- **"Netfuturo"** – 4,0 – Tendência mista face aos dois últimos inquéritos;
- **"Desempenho/Imagem da Futuro"** – 4,3 - Tendência mista face aos anos transatos.

A satisfação dos clientes Institucionais é avaliada com regularidade anual com recurso a inquéritos online disponibilizados através de plataformas próprias para o efeito.

4.10 Contributo para a Solidariedade Social, Desporto e Cultura

No âmbito da sua política de responsabilidade social, a Futuro distribuiu em 2021, entre patrocínios e donativos a instituições que atuam na esfera social e educativa, um total de € 41.500.

Foram contempladas as seguintes instituições: Acreditar, Aprender em Parceria A PAR, Associação Hípica Terapêutica de Cascais, Clube de Badminton de Tires, Fundação A.J.U. – Jerónimo Usera e Grupo Desportivo Estoril Praia (GDEP).

O donativo a favor da Acreditar destina-se a auxiliar na atividade regular desta Associação, que se dedica a apoiar as crianças vítimas de cancro.

No caso da associação Aprender em Parceria A PAR, o donativo foi destinado à edição do novo livro de leitura e entretenimento destinado a crianças, no âmbito do projeto Cantar Juntos pelo Mundo.

O contributo dado à Associação Hípica Terapêutica de Cascais destinou-se a assegurar na manutenção de estrutura necessária à recuperação de crianças vítima de acidentes traumáticos ou doenças incapacitantes, por recurso à hipoterapia.

O Clube de Badminton de Tires dedica-se ao desenvolvimento da modalidade nas camadas jovens, até à categoria Sub-19, tendo já obtido diversas qualificações a nível nacional e internacional e tem auxiliado no desenvolvimento de atletas com potencial de alta competição, destacando-se o caso de uma atleta de Parabadminton que se qualificou para os jogos olímpicos de TOKYO 2020, realizados em 2021, onde obteve um Diploma Paralímpico por se ter classificado em 5º lugar.

A Fundação AJU - Jerónimo Usera é uma IPSS ao serviço das comunidades mais vulneráveis do Concelho de Cascais. Através de um trabalho de proximidade centrado sobre a pessoa humana e a família, desenvolve projetos que dão resposta aos desafios das famílias ao longo de todo o ciclo de vida. A Fundação intervém junto de mais de 1000 pessoas na reconstrução dos seus projetos de vida, dando-lhes novos modelos e oportunidades.

A Futuro continuou a apoiar, durante 2021, as modalidades de Surf e Bodyboard do Estoril Praia (GDEP), auxiliando a promoção e progressão dos atletas do clube onde se incluem os profissionais de primeiro nível, que poderão vir a integrar a equipa olímpica nacional e participar nos próximos Jogos Olímpicos.

4.11 Saúde e Segurança Ocupacional

A Futuro caracteriza-se desde o início da sua atividade pelo elevado grau de retenção dos seus colaboradores.

Não é alheio a este facto a preocupação constante que tem havido por parte da organização em prestar boas condições de apoio ao nível da saúde e da sua segurança.

Para além do cumprimento rigoroso de todas as normas relacionadas com Higiene e Segurança no Trabalho, a Futuro oferece como benefício a todos os colaboradores, extensível ao seu agregado familiar, um seguro de saúde com boas condições, atestada pelas opiniões favoráveis recolhidas nos últimos inquéritos de ambiente organizacional.

A ligação ao Grupo Montepio proporciona ainda o acesso a todos os seus colaboradores, dos serviços prestados pelos Serviços Sociais Montepio. Todos os serviços, regalias e benefícios pretendem contribuir para a melhoria do nível de vida dos associados e respetivas famílias, promovendo valores como a solidariedade, a igualdade, o humanismo, a ética e transparência e a felicidade.

Por fim assinalar que desde 2019 a Futuro contratou o fornecimento de um Serviço de Corporate Wellness - Chair Massage, disponibilizado a todos os colaboradores da empresa semanalmente no local de trabalho, em sessões de 15 minutos, tendo cada colaborador direito a duas sessões por mês.

Trata-se de uma massagem que é feita com a ajuda de uma cadeira especialmente concebida para o efeito e cujos principais benefícios se prendem com a redução do nível de stress, do aumento da energia, da diminuição da tensão muscular e do aumento do bem-estar físico e emocional.

4.12 Gestão de Reclamações

Adianta-se como definição para o conceito de reclamação a expressão de insatisfação apresentada à empresa, relacionada com os produtos ou/e serviços disponibilizados, ou com o próprio processo de tratamento de reclamações, relativamente à qual é esperada, explícita ou implicitamente, uma resposta ou resolução.

As reclamações são registadas em base de dados, e são sujeitas a uma análise com vista a delinear o tratamento/resolução adequado ao assunto formulado.

O registo na base de dados permite a impressão de uma "Ficha de Reclamação", que é encaminhada para a Área responsável pela anomalia.

A Área a quem compete a correção da anomalia analisa os motivos que estiveram na origem da reclamação e desencadeia as correções necessárias.

Caso o motivo que esteve na origem da reclamação implique a abertura de uma ação corretiva, procede-se também ao seu registo na "Base de dados de ações corretivas e de melhoria" e segue o instituído na "Metodologia de tratamento de ações", que implica entre outras fases, a interpretação de causas na vertente qualidade e na vertente risco.

Periodicamente é feito o tratamento estatístico de reclamações, o qual permite detetar a existência de uma tendência de agravamento ou persistência de um problema específico, atuando sobre ele e definindo ações corretivas, se for caso disso.

O prazo médio para resolução de reclamações estabelecido na empresa é menor ou igual a 6 dias.

As reclamações dos Participantes dos Fundos da Futuro, para além de origem direta, podem ainda ser formuladas através dos seguintes órgãos:

- Provedor dos Participantes e Beneficiários dos Fundos de Pensões Abertos", designado pela Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios-APFIPP em nome das suas Associadas;
- Provedor do Montepio;
- Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões –ASF.

Conforme legislação em vigor existe um Livro de Reclamações na Futuro, que permite a sua apresentação diretamente à Futuro, podendo também ser apresentada por correio, por email ou através de formulário próprio disponibilizado no site institucional da organização (www.futuro-sa.pt). É também possível a utilização do Livro de Reclamações Eletrónico em www.livroreclamacoes.pt. Por qualquer destes meios é garantido ao cliente o tratamento da reclamação de acordo com os procedimentos instituídos.



Montepio Seguros SGPS, S.A.

